

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
[RAMO C- MEDIAÇÃO PATRIMONIAL]

Expor à Caridade e Misericórdia:
A Casa da Roda do Porto enquanto observatório das
dinâmicas familiares e afetivas (1757-1778)

Érica Ariana Castro Silva

M

2025



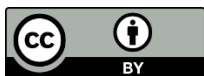
Érica Ariana Castro Silva

Expor à Caridade e Misericórdia:
A Casa da Roda do Porto enquanto observatório das
dinâmicas familiares e afetivas (1757-1778)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela Professora Doutora Inês Amorim e pela Professora Doutora Paula Menino Homem.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

Sumário

Declaração de honra	7
Resumo	8
Abstract	9
Índice de Figuras	10
Índice de Tabelas	11
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	13
1.A exposição de crianças, contextos e espaços afetivos - enquadramento conceptual e historiográfico.....	29
1.1. A história das emoções - uma aproximação ao sensível.....	29
1.2. A família, um ambiente de emoções	35
1.3. Evolução do conceito de infância.....	38
1.4. A experiência da infância	40
1.5. A criança e as relações afetivas.....	43
1.6. A assistência às crianças expostas	45
1.7. As Casas da Roda.....	48
2.A Casa da Roda do Porto - uma plataforma de acolhimento e vigilância.....	50
2.1. A administração da Casa da Roda do Porto	50
2.2. O funcionamento da Casa da Roda do Porto	53
2.3. As amas da Casa da Roda do Porto	54
3.Uma estrutura dinâmica - um universo em mudança	57
3.1. Uma administração de proximidade.....	57
3.2. Quantos eram os expostos? Uma avaliação global.....	61
3.3. Movimento e características das entradas	63
3.4. Caracterização das crianças	65
3.5. Marcadores identitários - bilhetes, enxovais e sinais	69
3.6. Crescer na Roda	77
3.6.1. Para lá dos sete anos.....	79
3.6.2. A morte	81
3.6.3. Procurados pelos familiares	83

3.7. As amas internas	85
3.8. As amas de fora.....	95
4.As Realidades Afetivas.....	104
4.1. As preocupações administrativas	104
4.2. As famílias	105
4.2.1. As motivações para a exposição.....	106
4.2.2. A relação dos pais com as crianças	106
4.2.3. Elementos identitários – laços de ternura?.....	110
4.3. As amas internas	114
4.4. As amas de fora.....	116
5.Um contributo para a mediação da Casa da Roda	120
5.1. Objetivos	122
5.2. Estrutura do projeto	123
5.3. Uma abordagem multissensorial	125
5.4. As emoções - um veículo de mediação	129
5.5. Face a face - reconstrução de percursos de vida: “o meu nome é Custódia”/“o meu nome é Maria Theresa”	133
Considerações Finais	141
Referências Bibliográficas.....	146
Anexos	165
Anexo 1 - Regimento das Amas, 1768	165

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação.

Porto, 30/09/2025

Érica Ariana Castro Silva

Resumo

A Casa da Roda do Porto, instituição sustentada financeiramente pela Câmara do Porto e administrada pela Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, tinha por função criar os expostos, crianças, tipicamente, recém-nascidas, com horas, dias, ou poucos meses de vida que, removidas dos seus contextos familiares de origem, se encontram numa posição extremamente vulnerável e a necessitarem de assistência. Assim que uma criança entra na Roda ganha uma identidade, sendo o seu percurso documentado: nome, batismo, sinais, por vezes peças de enxoval e outras marcas específicas de uma individualidade passível de reconhecimento em circunstâncias futuras, quando a família, se o puder fazer, a vier procurar. Tirando partido da natureza particular da informação que é preservada no Arquivo Distrital do Porto, e focando-nos no período correspondente aos anos de 1757 e 1778, procuramos explorar todos os indicadores possíveis para realizar uma análise do ponto de vista da história das emoções. Assim sendo, usamos a Casa da Roda como observatório das dinâmicas afetivas da época, para compreender a relação estabelecida com destas crianças por parte das famílias, amas internas e amas de fora. Dentro da Roda, denota-se a procura do bem-estar das crianças considerando as mudanças que se dão relativamente às amas. As evidências reunidas denotam sinais de “zelo, caridade e limpeza”, tal qual era recomendado e observado pela Ama Seca, vigilante da Roda, desde 1768. Procurando responder à vontade de compreender com mais detalhe e profundidade as vidas destes agentes históricos associados à Roda, elaboramos uma proposta de mediação, através da reconstrução de percursos de vida, capaz de criar uma experiência valiosa, educativa e impactante nos visitantes e que permita um contacto com as complexidades do passado histórico.

Palavras-chave: Casa da Roda; expostos; amas; história das emoções; Porto.

Abstract

The *Casa da Roda of Porto*, an institution supported financially by the City Council and administered by the *Santa Casa da Misericórdia* of the same city, was in charge of taking care of foundlings, typically newborn children, with few hours, days or months of life that, removed from the context of their family of origin, find themselves in a position of extreme vulnerability, and in need of help. As soon as a child enters the *Roda*, they are given an identity and their path is recorded: name, christening, tokens, sometimes other items and other specific marks of individuality that can be recognised in the future, when the family, if they can, takes the child back. Taking advantage of the particular nature of the information preserved in the Porto District Archives, and focusing on the period between 1757 and 1778, we sought to explore all possible indicators to conduct an analysis from the perspective of the history of emotions. Therefore, we used the *Casa da Roda* as an observatory of the emotional dynamics of the time, to understand the relationships around these children, their families and the women who nurse them. Within *the Casa da Roda*, the search for the well-being of children is clear, considering the changes that occur in relation to the wet nurses. The evidence gathered shows signs of “care, charity and cleanliness”, as recommended and observed by the dry nurse, who watched over the *Roda*, since 1768. Seeking to answer the desire to understand in greater detail and depth the lives of these historical agents associated with the *Roda*, we developed a mediation proposal, through the reconstruction of life paths, capable of creating a valuable, educational and impactful experience for visitors and allowing them to come into contact with the complexities of the historical past.

Key-words: Casa da Roda; foundlings; wet-nursed; history of emotions; Porto.

Índice de Figuras

FIGURA 1- REGISTO ANUAL DE EXPOSTOS, ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NA CASA DA RODA ENTRE 1757-58 E 1777-78	62
FIGURA 2- IDADE DOS EXPOSTOS QUANDO ENTRAM NA CASA DA RODA DO PORTO	66
FIGURA 3- IDADE DA MORTE DOS EXPOSTOS QUE ENTRAM NA RODA	83
FIGURA 4- IDADE DO LEITE DAS AMAS INTERNAS DA RODA	89
FIGURA 5- TEMPO EM FUNÇÕES DAS AMAS INTERNAS	90
FIGURA 6- TEMPO DE ESPERA ATÉ OS EXPOSTOS SEREM ENTREGUES À PRIMEIRA AMA DE FORA	97
FIGURA 7- TEMPO QUE AS CRIANÇAS PASSAM COM AS AMAS DE FORA	103
FIGURA 8- EXEMPLO DE UMA VERSÃO SIMPLES DE UMA RODA EMOCIONAL	132

Índice de Tabelas

TABELA 1- TOTAL DAS ENTRADAS NA CASA DA RODA, COM DISTINÇÃO ENTRE EXPOSTOS E CRIANÇAS

PARA LACTAR 64

TABELA 2- DISTRIBUIÇÃO DOS EXPOSTOS POR SEXO 65

TABELA 3- PRESENÇA E TIPOLOGIA DE BILHETES, EM PERCENTAGEM 70

TABELA 4- TIPOLOGIA DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O ENXOVAL E SINAIS DEIXADOS

COM OS EXPOSTOS E A SUA PRESENÇA EM PERCENTAGEM 76

TABELA 5- O PERCURSO DE CRIANÇAS DEIXADAS NA RODA ATÉ AOS 7 ANOS, EM PERCENTAGEM 78

TABELA 6- TOTAL DE CRIANÇAS QUE ATINGE OS SETE ANOS DE IDADE 79

TABELA 7- RELAÇÃO ENTRE AS CRIANÇAS QUE DÃO ENTRADA NA RODA E AS MORTES 82

TABELA 8- NÚMERO DE CRIANÇAS QUE SÃO PROCURADAS, E QUEM AS PROCURA 84

TABELA 9- NÚMERO TOTAL DE AMAS INTERNAS DA CASA DA RODA DO PORTO 86

TABELA 10- ESTADO MATRIMONIAL DAS AMAS INTERNAS DA CASA DA RODA DO PORTO 87

TABELA 11- MOTIVOS DE DESPEDIMENTO DAS AMAS INTERNAS 92

TABELA 12- ESTADO MATRIMONIAL DAS AMAS DE FORA 95

TABELA 13- TOTAL DAS AMAS DE FORA EM FUNÇÕES NO PERÍODO EM ESTUDO 96

TABELA 14- NÚMERO TOTAL DE AMAS QUE CADA CRIANÇA TEVE, EM PERCENTAGEM 98

TABELA 15- MOTIVOS DO FIM DA CRIAÇÃO DE UM EXPOSTO POR PARTE DAS AMAS DE FORA 100

Lista de abreviaturas e siglas

ADP ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Introdução

Por volta das cinco horas da manhã do dia treze de janeiro de 1768, Joze Antonio foi exposto na Casa da Roda do Porto, acompanhado pelo bilhete seguinte:

“Este menino naceu de madrugada aos nove de Dezembro de 1767 foi solenem^{te} batizado p^{lo} Paroco da freg^a de sua Mãe, e se lhe poz o nome de Joze Antonio, e p^{la} d^a Mae alem de ser sumam^{te} pobre, fica com dois buracos em um peito, e mais trez lancetados, e por esta Razão he q o manda expor á carid^e e misericordia desta S^{ta} Caza”¹

O escrito faz estremecer. A criança não é anónima, tem mãe, que, por estar muito doente, entrega o filho, “o manda expor”, confiando na caridade e misericórdia de uma instituição secular – a Roda dos Expostos, sob a tutela da Câmara e Misericórdia do Porto. A existência de crianças expostas, deixadas à caridade e misericórdia de algum indivíduo ou instituição que as acolhesse e cuidasse, não é uma realidade do século XVIII, existindo, por toda a história, desde os tempos mais remotos, relatos similares ao que acontece com este menino.

Ainda que a exposição de crianças não seja uma novidade que se manifesta na modernidade, é, durante este período, que nos deparamos, por toda a Europa católica, com o surgimento de instituições que se dedicam a recolher e cuidar destes expostos (Heywood, 2001, pp. 163-171), de que podem ser exemplo as Casas da Roda, em Portugal. É, também, ao longo da época moderna, em particular nos finais do século XVIII e inícios de XIX, que nos deparamos com um aumento muito considerável nos valores de crianças expostas, e de indivíduos a recorrer a estas instituições. Joze Antonio é apenas uma das centenas de crianças que deram entrada na Casa da Roda do Porto no ano de 1768 e das milhares que darão entrada nas décadas seguintes.

Este fenómeno, e a sua evolução, leva-nos a questionar o lugar que a criança ocupa nestas sociedades, o valor que esta possui e os significados a ela associados, tanto por estarmos perante uma realidade em que estas crianças são excluídas dos seus grupos biológicos de origem, assim como pela presença de um sistema assistencial

¹Registo de Entrada de Jose Antonio: ADP - Livro 21 das Entradas 1767, fl.127-127v.

sustentado pelas comunidades, que asseguravam o apoio necessário para sobreviverem.

Quando se toca em temas da infância e família, tende-se a levantar questões relativas à vida afetiva, tanto de um modo mais geral, entre os diversos elementos do grupo familiar, como, em particular, à relação que era estabelecida entre os diversos indivíduos do grupo e a criança. Responder a esta questão não é um exercício fácil, sendo complexa a análise de manifestações afetivas no passado, onde os entendimentos destas e as suas vivências eram distintas das atuais, acrescendo-se a dificuldade de aceder a esta dimensão afetiva, íntima, nas fontes, que nem sempre preservam estes aspetos, em particular quando nos debruçamos sobre indivíduos que, devido ao seu lugar na sociedade, não são produtores de informação, pela sua própria mão.

Parte considerável das investigações em torno de instituições irmãs da Roda do Porto tende a focar-se em aspetos administrativos, bem como em questões mais quantitativas, em torno do volume de crianças por elas socorridas. A sua maioria orienta-se para aspetos do seu funcionamento e para a recolha de dados quantitativos que avaliam a espessura das tendências seculares de exposição. Outros estudos, nos últimos anos, exploram novas temáticas, destacando-se, em particular, a abordagem em torno da cultura material, ou seja, dos objetos que se associam aos expostos².

As questões afetivas, de reconstituição do sensível, sendo indissociáveis, tendem a ser, sempre, um aspeto brevemente mencionado, não existindo uma exploração sistemática e que tenha por base as questões teóricas da história das emoções vertidas na análise das fontes da época e, para além disso, este tema não tende a ser objeto de mediação projetada, que toque e suscite no(s) público(s) as emoções que a exposição de crianças suscita.

Sendo o nosso observatório a Casa da Roda do Porto, existe uma produção historiográfica essencial para compreender o funcionamento desta instituição. Os

² Os trabalhos recentes que se focam na cultura material dos expostos que aqui mencionamos são o trabalho de Maria Reis (2016), acerca dos expostos de Lisboa, e de Ângela Machado (2021), para Braga.

primeiros trabalhos acerca da Roda do Porto partem de Isabel Sá, que, desde a sua dissertação de mestrado (1987) e inúmeros outros trabalhos, explora o funcionamento e as dinâmicas da instituição. Mais recentemente, Ana Moreira (2011) e Patrícia Alves (2011), com o trabalho realizado ao longo dos seus mestrados, contribuíram para a organização do arquivo da Casa da Roda do Porto, imprescindível para uma eficiente investigação que recorra à documentação desta instituição, aos quais se somam trabalhos posteriores, que sucessivamente iremos usando, que aprofundam e exploram, com maior detalhe, alguns aspetos do seu funcionamento e estrutura governativa.

A ausência de investigações que façam uma abordagem à exposição a partir da lente da história das emoções, e tendo em conta as potencialidades que uma exploração deste tipo tem, em particular para uma mais profunda compreensão e tridimensionalidade dos indivíduos históricos e a ligação que se pode estabelecer com estes, motivou-nos a explorar esta realidade a partir dessa lente, já ensaiada num estudo anterior (Silva, 2024). Assim, procura-se ir além de uma abordagem limitada à Casa da Roda do Porto meramente como uma instituição de assistência, o que seria redutor das potencialidades deste tema e das informações preservadas pelo arquivo da instituição. Procuraremos, antes, explorar a Casa da Roda como um observatório das dinâmicas sociais, familiares e afetivas do período em que esta se encontra.

Partindo deste ponto de vista, pretendemos compreender a exposição de crianças e a sua assistência, de modo a tentar extrapolar os significados e a importância colocada nestas crianças e nesta instituição, pelos seus contemporâneos, de modo a atingir uma visão mais integrada e completa desta realidade histórica. As dimensões afetivas encontram-se emaranhadas, diluídas, tantas vezes invisíveis. Por isso, focando-nos nos vários vestígios que se encontram salpicados ao longo das fontes, iremos tentar desenrolar estas realidades sensíveis, emotivas, tal como o bilhete daquela mãe que entrega o seu filho. O alcance dos laços afetivos, de modo a compreender a relação que era estabelecida com a criança, em particular a criança exposta, quer do ponto de vista familiar, quer da perspetiva da sociedade em que estas se encontram, é o principal objetivo.

Pretendemos trazer uma lente da micro-história que nos possibilite olhar para alguns destes indivíduos com maior detalhe, através da reconstrução dos seus percursos de vida. Com isto, procuraremos realçar as suas particularidades e vivências, usando-os como um exemplo da complexidade deste tema e das relações humanas envolvidas.

Finalmente, porque as emoções ocupam um lugar central na nossa investigação, pretendemos transpor esta dimensão em algumas considerações para a mediação, em duas vertentes distintas: o lugar das emoções nos contextos museológicos e como transmitir e fazer sentir nos públicos a dimensão afetiva vivenciada no passado. Assim sendo, e assentando nos resultados que obtivermos no processo de investigação, iremos apresentar algumas abordagens que poderão ser aplicadas num projeto de mediação em torno deste tema.

Delimitação do objeto de estudo

Apesar de explorarmos uma realidade em torno de uma instituição que se encontra na cidade do Porto, o espaço sobre o qual se desenrola a nossa investigação será mais alargado, por diferentes motivos. Primeiramente, a Roda portuense recebe crianças não apenas do termo da cidade, mas para lá do seu limite. Além disto, o grupo de amas de fora, ou aqueles que as criavam após os sete anos, tende a ser originário, cada vez mais de lugares bem distantes da cidade (Alves e Moreira, 2012, p. 316; Sá, 1992b, pp. 21-23; Sá e Cortes 1992, p. 180).

O funcionamento da Casa da Roda, no seu modelo de tutela repartida entre a Câmara e a Misericórdia do Porto, expande-se por quase duzentos anos³ e, por mais interessante e relevante que fosse explorar a totalidade deste período, tendo em conta o volume de informação, realisticamente, não seria possível fazê-lo. Foi, então, necessário limitar o período em estudo, pelo que procuramos identificar momentos em que parecesse existir alguma mudança na visão ou tratamento dos expostos.

³ A relação entre a Câmara do Porto e a Misericórdia da cidade inicia-se em 1689, com a realização de um contrato entre estas duas entidades, e mantém-se até 1838, quando uma ordem régia determina que as Rodas devem ser administradas unicamente pelas municipalidades.

Destacamos, pelas razões adiante justificadas, dois momentos que nos parecem relevantes assinalar como balizas cronológicas.

No ano de 1767, em novembro, os registos de despesa mencionam a compra de “hu painel dos S^{tos} Innocentes p^a a Capella”⁴ da Casa da Roda, situada na Rua dos Caldeireiros. No ano seguinte, em setembro, doura-se o “caixilho dos S^{tos} Inocentes”⁵. Seria hum grande quadro, onde estão pintados os Santos Innocentes” e que este estaria disposto lado a lado com um painel do “S^r D. Joze e outro da Snr^a D. M^a Primeira”⁶. O objetivo seria o de assinalar um local onde seriam colocadas as crianças, enquanto não fossem sepultadas: “huã grande urna proximo a elle pela parte de diante, onde se depositão as crianças Expostas, que morrem na Roda, e nesta Cidade, vestidas com mortalhas, que se lhe da pela mesma Administraçam, que existem em sima desta urna em quanto não são mandadas enterrar pelo Cappellão do Hospital Real no mesmo Cemiterio da Santa Caza”⁷.

A compra deste painel marca o início da celebração da Festa dos Santos Inocentes, que ocorria a 28 de dezembro. Pouco sabemos acerca desta celebração, mas traduz a celebração da morte, inocente, de crianças às mãos de Herodes, narrado por S. Mateus, que a Igreja celebrava naquela data⁸. A alegoria é flagrante com a morte das crianças da Roda. Os registos de despesa apontam para “armafao, gasto de sera, e sermão da festa dos Santos Inocentes”⁹, e, de acordo com um registo de 1783, o quadro, aparentemente, vai à Igreja da Misericórdia, no âmbito da festa: “se muda o quadro

⁴ Registo de despesas do mês de novembro de 1767: ADP - Livro 5º da Despesa Miúda, fl.6.

⁵ Registo de despesas do mês de setembro de 1768: ADP - Livro 5º da Despesa Miúda, fl.15v.

⁶ De acordo com um inventário da Casa da Roda que surge no início do Livro I do Registo 1768 (páginas iniciais, não numeradas). O paradeiro deste painel é também desconhecido. Consultando livro do Inventário de 1839, onde se encontram presentes inventários dos bens da Casa da Roda e do Hospício dos Expostos do Porto entre 1839 e 1980, verificamos que este painel se encontra listado nos móveis da capela em todos os anos em que estes registos são realizados, 1839 (fl. 4v-5), 1849 (fl.9v-10v), 1878 (fl. 21v-23v) e em 1886 (fl. 31v-32), neste último caso no oratório. No ano seguinte em que é feito o inventário, 1890 (fl. 37v-38v), já não surge a menção a este painel.

⁷ ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 140-140v.

⁸ Vatican News. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/12/28/ss--inocentes--martires.html> (consultado a 19 de setembro de 2025).

⁹ Registo de despesas do mês de dezembro de 1768: ADP - Livro 5º da Despesa Miúda, fl.17v.

destes Santos, que está no Altar da Roda para a Tribuna da Igreja da Misericórdia, a qual se arma toda, e se lhe faz huma grande festa, a que assiste toda a Meza com o Senhor Exposto, Sermão, e Missa cantada tudo a custa da mesma Administração”¹⁰.

A despesa com a celebração da Festa dos Santos Inocentes não aponta apenas para uma simples festa, supérflua, mas como uma celebração religiosa de envolvimento público, que ocupa um lugar de importância na Casa da Roda e que surge como parte importante da assistência aos expostos, apesar das amplas despesas que consomem a sustentação dos enjeitados. Desta forma, a festa (e a despesa) parece sugerir que a visão em torno da criança exposta se altera, e com ela os significados e importância colocada nestas crianças desamparadas - a ligação de exposto à de inocente.

A segunda justificação prende-se com o facto de, em 1768, ter sido criado o Regimento das Amas, que apresenta um conjunto de regras e estabelece formalmente o modo de proceder e de cuidar das crianças, sendo um guião das amas internas enquanto estas exerciam o seu cargo. Sobretudo, introduz uma personagem de vigilância, a ama seca, ou diretora, mulher “viúva, com nenhuã ou pouca família, Christãa velha, bem procedida, e temente a Deos, de quarenta annos para cima, de munta capacidade, proposito, e Respeito, que saiba Ler, e escrever desembaraçadamente”¹¹, sobre quem recaíam funções de controlo do funcionamento interno da Roda e a quem competia fazer registos provisórios das crianças que davam entrada na instituição. A introdução destas medidas de controlo parece apontar para a existência, neste momento, de uma particular preocupação com o bem-estar, o tipo de tratamento e a sobrevivência das crianças que eram entregues ao cuidado da Casa da Roda, bem como assegurar um melhor funcionamento da instituição¹².

Assim, os anos administrativos de 1767-68 e 1768-69 são centrais para a nossa investigação, por poderem evidenciar uma mudança no modo de perceber o exposto e o cuidado que lhe era atribuído. Em que medida pode isto estar associado a uma

¹⁰ ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 143.

¹¹ Regimento das Amas: ADP - Livro I do Registo 1768, fl.82.

¹² Destaca-se que é também neste ano que é realizada a cópia do Livro I do Registo, onde se preserva um conjunto de documentos importantes para o funcionamento da Roda.

mudança da percepção da criança pela sociedade no geral, bem como uma alteração nas relações afetivas com ela estabelecidas? A resposta exige uma metodologia comparativa, uma opção que pretende testar uma aproximação ao tema. Para isso, selecionamos dois outros marcos temporais, equidistantes destes anos centrais, o ano administrativo de 1757-58 e de 1778-79, dez anos antes e depois dos anos centrais definidos.

Metodologia e fontes de informação

Antes de iniciarmos, de facto, o nosso caminho para encontrar respostas às questões que guiam a nossa investigação e explorarmos a Casa da Roda do Porto enquanto um observatório das dinâmicas sociais e afetivas, é necessário apresentar as fontes de informação que serão usadas na investigação de carácter documental desenvolvida e refletir acerca de algumas questões inerentes. A seleção das fontes é essencial e a que aqui propomos parte de estudos que já as utilizaram e demonstraram as suas valências, potencialidades, assim como debilidades. Fazemos esse balanço nas páginas seguintes.

Ao longo do seu funcionamento a Casa da Roda do Porto produziu um volume considerável de informação, possuindo um sistema de referenciação entre as diversas tipologias de documentos, que permitia um fácil e eficiente acesso aos dados registados (Alves, 2011, pp. 58-71). Para a investigação que levaremos a cabo, usaremos um conjunto de documentos que se encontram e preservam no Arquivo da Casa da Roda, assim como algumas outras fontes, de modo a cruzar e validar a informação.

Os Livros do Registo

Os Livros de Registo da Casa da Roda compilam um conjunto de documentos de natureza variada, desde contratos realizados entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara, decisões e resoluções da administração, a cópias de cartas ou alvarás régios, ou qualquer outro tipo de registo que fosse considerado importante para o governo e bom

funcionamento da Casa da Roda. É neles que se encontra o Regimento das Amas de 1768, essencial para a compreensão regulamentar do funcionamento da Roda.

Dos dois livros deste tipo existentes, interessou-nos o Livro I do Registo 1768¹³, produzido entre os anos de 1768 e 1826, porque não só cobre o período em análise, como contém cópias correspondentes a um período anterior, desde o ano de 1687. De um modo geral, a organização de informação deste livro é cronológica, excetuando a parte inicial que apresenta alguma descontinuidade entre as datas, o que poderá significar que, ao mesmo tempo que estes registos estavam a ser copiados, novos registos estavam a ser adicionados. Apesar de ser incerta a data em que tal ocorreu, na margem de alguns destes registos existem anotações que apontam para a localização de certas informações, principalmente em registos que tocam o funcionamento da Roda ou questões de responsabilidade financeira, facilitando o acesso a certas informações, o que parece provar a sua importância e a utilidade para o quotidiano da instituição. Sendo o Livro do Registo uma compilação de documentos de diversos tipos e origens, possui mais do que um produtor, desde a administração da Roda, à Mesa da Misericórdia do Porto, ou até ao próprio rei.

Os registos permitem perceber que questões preocupavam a administração da Roda, assim como as perspetivas que existiam em torno da exposição, da assistência, das crianças e outros intervenientes nestes processos, bem como o tipo de linguagem e termos que eram usados para referir estas realidades. Mesmo assim, sendo uma cópia realizada no ano de 1768, que refere documentos anteriores, pode ter sofrido um processo seletivo dos registos que eram considerados necessários à gestão da Roda, para memória futura, pelo que acautela a necessidade de cotejar com outras fontes.

¹³ ADP - Livro I do Registo 1768 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/ADM/015/0385).

Livros de Entradas e Termos das Amas

Para avaliar as amas que trabalhavam dentro do espaço da casa da Roda, tanto as amas de leite como as amas secas¹⁴, existia um livro próprio onde eram feitos os assentos de entrada daquelas mulheres. Pelas razões da cronologia definida, atrás justificada, apenas recorremos ao Livro 1º das Entradas e Termos das Amas¹⁵, onde se encontram os registos datados de 1710 a 1780. No mesmo livro, a partir de 1770, e como resposta a um incidente com os mordomos, aqui passam também a ser feitos os termos dos serventes¹⁶ da Roda.

Na abertura do livro, existe uma tabela com informações relativas aos valores a serem pagos às amas, por determinados períodos, cuja finalidade seria facilitar o cálculo do dinheiro que se lhes deveria pagar. No final deste livro encontramos um índice alfabético de todas as amas que estiveram ao serviço da Roda, associadas ao fólio, ou fólhos, onde consta o seu registo, ou registos, caso tenham estado ao serviço da Roda mais de uma vez.

Os registos destas amas iniciam-se com a data de entrada nas funções, nome, nome do marido ou pais e as suas ocupações/profissões. Seguidamente, surge uma listagem de um conjunto de tarefas e responsabilidades que estas amas deveriam assumir no decorrer da sua atividade ao serviço da Roda. De forma mais irregular e com variações ao longo dos anos, encontramos diferentes tipos de certificados de capacidade, quer esta seja moral, como demonstrar ser de bom procedimento, ou física, no que diz respeito à qualidade do leite e à respetiva idade. Quando estas amas terminam o seu serviço na Roda, esta menção é adicionada à margem, com a informação

¹⁴ As amas de leite eram responsáveis por cuidar dos expostos enquanto estes se encontravam na casa da Roda, e a ama seca, figura introduzida em 1768, tinha como funções controlar os registos e identidade das crianças e vigiar o comportamento das amas (Sá, 1987, pp. 96-102).

¹⁵ ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/005/0389).

¹⁶ O mordomo encontrava-se responsável pelos gastos da Casa da Roda e pela sua manutenção, possuindo ainda a responsabilidade de abrir e fechar as portas do edifício da Roda (Alves e Moreira, 2009, p. 166). Este cargo vai ser substituído pelo servente, em 1770, após um mordomo roubar uma soma de dinheiro, momento a partir do qual se demonstra necessário existir um registo com a informação destes funcionários.

da data em que isto acontece, as causas do seu despedimento ou motivo de saída e os pagamentos dos seus serviços.

Os registos das amas internas da Roda sofrem uma evolução, destacando-se dois momentos distintos, separados pelas alterações que se introduzem com o Regimento das Amas, em 1768. Nos registos que antecedem esta data, ainda que as informações que identificam as amas, bem como algumas outras características, como a limpeza de sangue ou informações sobre os seus filhos, tendam a estar sempre presentes, existe alguma variação na sua estrutura, não havendo um modelo definido para estes registos. As responsabilidades que estas amas assumem, quando ocupam o seu cargo, expressas nestes registos, sofrem uma variação ao longo do tempo. Num momento mais inicial, em cada entrada era descrito o conjunto de obrigações e condições a que a ama se sujeitava, sendo que, muitas vezes, existe uma variação de escrivão para escrivão, e cada um deles tinha um modo distinto de apresentar estes elementos. A certo ponto, para simplificar e uniformizar as obrigações das amas, passa a remeter-se para as obrigações que se encontram presentes nos fólios 65¹⁷ e 77v¹⁸ deste mesmo Livro das Entradas e Termos das Amas, que compilavam os diversos aspetos que iam sendo mencionados nos registos anteriores, simplificando a habitual repetição, em cada registo de uma nova ama.

Perante estes dados, será possível explorar o tipo de cuidado que era esperado que fosse dado aos expostos, através das funções que recaíam sobre estas amas, assim como compreender a forma como estas, de facto, tratavam os expostos. Por exemplo, a sistematização dos motivos de despedimento permitirá explorar a forma como a administração da Roda reagia a certos tipos de comportamentos. Note-se que esta

¹⁷ “ser m^{to} obediente a quem administrar na Roda de goardar segredo de não admitir na Roda homem algum de noute nem de dia, e de tractar as crianças com zello amor e limpeza e que não o fazendo assim seria desde logo expulça do Serviço da Mesma Roda”, datado de 18 julho de 1749: ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas, fl. 65 (fl. 43 na nova numeração).

¹⁸ “declarei a sua obrigação, q prometeo cumprir, e guardar na forma do termo escrito a fl. 64 deste libro; fazendolhe outro sim especial Recommendação da fedilidade com q se devia portar na entrega de todos os sinaes que troucessem os meninos expostos, pelo irreparavel prejuizo q aos mesmos, e a Adm^{am} (do contrario) se seguia.”, datado de 13 novembro de 1755: ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas, fl. 77v (fl.59v na nova numeração).

informação é enviada, não presenciada, diretamente, pela administração da Roda. Nem os informadores entravam na Casa da Roda, nem tinham contacto com as vivências neste espaço. Tal ocorre, em particular, no período anterior ao Regimento das Amas e à introdução da ama seca, que passou a superintender e a residir na casa da Roda. Assim sendo, as informações acerca do comportamento das amas podem não ser presenciadas pessoalmente, mas resultar de relatos feitos, presumivelmente, por outras funcionárias da Roda. Isto significa que pode existir alguma dissonância nestas informações, quer por causas acidentais, como esquecimentos, confusões ou deturpações, que acontecem no hiato de tempo entre o acontecimento e o registo, quer propositadas, quando existem conflitos pessoais entre as várias partes¹⁹.

Além do mais, os produtores destas fontes são elementos da administração, do sexo masculino, de um certo nível social, o que significa que as suas perspetivas e modos de encarar as ocorrências são particulares. Deste modo, quando estes se referem a um mundo marcado por mulheres, e mulheres pobres, tão diferentes deles, podem existir preconceitos que, hipoteticamente, transparecem, ou não, na informação produzida.

Os Livros de Entradas e Livros de Saídas

O funcionamento da Casa da Roda dependia da existência de um sistema que preservasse a informação relativa aos expostos, sendo isto crucial para saber do paradeiro e do estado de cada criança, durante o período em que esta se encontrava sob a alçada da Roda. Este sistema de gestão da identidade destas crianças era possível através de dois tipos de registos, que correspondem a fases distintas da passagem pela

¹⁹ Esta possibilidade não é apenas uma teoria, mas uma realidade que verificamos. Uma das amas internas da casa da Roda foi despedida após ser feita uma acusação que, mais tarde, se revelou falsa (Registo de Maria de Sá: ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas, fl. 66v).

Roda, os Livros de Entrada²⁰ e os Livros de Saída²¹, ambos produzidos pelos provedores da Roda²².

Nos Livros de Entrada da Casa da Roda encontram-se registadas informações relativas ao momento em que a criança é deixada na instituição, data e hora, assim como o nome que lhe era atribuído (por quem expõe ou pela instituição), se apresentavam sinais específicos e/ou eram entregues peças de enxoval, tudo com bastante rigor e detalhe, assim como transcrições de bilhetes, ou seja, mensagens escritas que eram deixadas com os expostos ou informações orais dadas à entrada na Roda. Por fim, as informações relativas ao batismo que todos os expostos o recebiam *sub condicione* quando entravam na instituição.

Na margem esquerda destes registos, encontramos o número de entrada da criança na Roda, um elemento atribuído pela instituição, assim como a idade destas crianças quando chegam à Roda, uma referência que acompanhará a criança exposta, hoje comparável a um número de identificação. Ocasionalmente, surgem referências a algumas características particulares da criança, normalmente a descrição de aspetos físicos, como a cor da pele ou alguma deficiência ou deformação física. Na margem direita, encontramos a referência ao livro e fólio que permitem fazer ligação com o Livro de Saídas, onde se encontravam as informações relativas à passagem das crianças para o cuidado de uma ama de fora. Nalguns casos, encontramos, no lugar desta referência de saída, informações relativas à morte da criança ou à existência de iniciativas de contacto e à procura por parte de parentes.

No que diz respeito aos Livros de Entrada, onde era feito o registo da informação relativa ao momento de entrada da criança na Roda, ao longo destes anos, não nos deparamos com uma mudança na estrutura e nos conteúdos da informação presente, seguindo sempre a mesma fórmula, desde 1757 até 1779. A única diferença que se pode

²⁰ ADP - Entradas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002).

²¹ ADP - Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003).

²² O provedor tinha a responsabilidade de administrar a Roda, sendo este selecionado pela Mesa da Misericórdia, anualmente, para cumprir este cargo, não recebendo pagamento por estas funções (Sá, 1987, p. 102; Sá, 1985, p. 5; Alves e Moreira, 2009, p. 165).

ressaltar é que em 1778-79, em margem, surge a informação do número de dias que as crianças tinham estado ao cuidado das amas de empréstimo, enquanto aguardavam por uma ama de fora, realidade que não existe nos períodos anteriores.

Com a passagem dos expostos para o cuidado das amas de fora, é criado um registo nos Livros de Saída, onde, após ser identificada a criança, com a referência ao seu registo no Livro de Entradas, se procede à identificação do nome da ama que a leva, o nome do marido e a sua ocupação ou, no caso de serem solteiras, o nome dos pais e o local onde habitam. A cada três meses, quando as amas têm de apresentar a criança ou uma certidão comprovativa de que a criança se encontra viva e bem tratada, insere-se uma nova entrada nestes registos, que menciona a data e o estado destas crianças. Só então, as amas eram pagas, informação registada nas margens.

Por vezes, outras informações são assinaladas nas margens, como a não comparência das amas, o envio de um caminheiro para averiguar o estado das crianças, queixas apresentadas por párocos ou vizinhos, entrada no hospital ou curas dadas aos expostos ou às amas. Nos casos em que as crianças acabam por falecer quando estavam ao cuidado destas mulheres, associa-se uma certidão de óbito, passada pelo pároco do local de residência da ama, e registada a data da morte e o local onde a criança foi enterrada. Ainda, muito raramente, pode surgir a causa da morte destas crianças.

Em situações em que as crianças expostas eram procuradas pelos seus parentes, também este momento era datado e identificada a pessoa que a procurava, na margem, com o nome, informação sobre os cônjuges ou os pais e identificação do local de habitação. A par disto, surgem menções ao pagamento dos custos de criação até então ou à isenção desta obrigação, por serem pobres.

Por fim, chegados aos sete anos, os expostos viam a sua passagem pela Roda terminada e passavam para o cuidado de outros. Nestes casos, mais uma vez, é identificada a pessoa que assume a responsabilidade por estas crianças, sendo esta obrigada a assumir um conjunto de obrigações relativas ao tratamento a dar, descrito explicitamente, tendo também de apresentar um fiador.

Nos registos de saída dos expostos, onde se faz assento da sua passagem para as amas de fora e do seu percurso pela Roda e após, deparamo-nos com algumas mudanças ao longo do tempo. A cada três meses, quando era necessário apresentar provas do estado do exposto, notamos alguma evolução. Se, nos anos de 1757-58 e 1778-79 esta prova podia ser feita através da apresentação da criança na administração ou através da apresentação de uma certidão que comprovasse o bem-estar da criança, nos anos de 1767-68 e 1768-69, a maioria destas provas é feita em pessoa, com a apresentação da própria criança na Roda para averiguação do seu estado, sendo registadas descrições do estado em que as crianças se encontravam ou de como estavam a ser criadas, algo que não existia em períodos anteriores sendo, no entanto, incerto se esta terá sido uma exigência temporária da administração²³.

Estas fontes, evidentemente, tornam possível seguir os passos destas crianças dentro da instituição, ao mesmo tempo que nos elucidam sobre o tipo de tratamento e cuidados recebidos e as preocupações que surgiam em torno destas. Por exemplo, através das transcrições (cópias) dos bilhetes deixados pelos familiares dos expostos e das descrições dos enxovais, conseguimos ter algum contacto com as famílias destas crianças. O nível de detalhe destes registos, não deixado de ser cópias, e podendo existir lacunas, indicia o desejo de manter a prova, a memória do passado de uma criança, na eventualidade, mesmo na esperança, de a restituir ao seio familiar, seja qual for a sua natureza.

Por seu lado, os registos de saída permitem-nos aceder ao mundo das amas que cuidavam destas crianças, as suas características e contextos familiares, como se enquadravam e relacionavam com as crianças. Mesmo assim, neste caso, o menor detalhe escrito pode indiciar que os homens da administração da Casa da Roda teriam algum distanciamento, físico e cultural, do que seria cuidar de uma criança, por ser considerado, à época, uma função marcadamente feminina.

²³ Apenas considerando os restantes meses seria possível compreender se, de facto, isto é uma tendência destes anos ou um acaso ocorrido durante os dois meses considerados no âmbito da nossa delimitação temporal.

Os Livros da Despesa

A existência de um sistema de governo económico eficaz exigia um apertado controlo dos gastos feitos no seu funcionamento. Para a Casa da Roda, estes registos são, no período em estudo, os Livros da Despesa²⁴. Estes livros são compostos por listagens organizadas mensalmente, onde se discrimina o produto ou serviço a que se recorreu, como a compra de papel ou alimentos, ou o contrato de alguém para fazer obras de manutenção e a sua despesa, sendo feito, no final de cada mês, o somatório de todos estes gastos.

Os detalhes chegam a ser do quotidiano, que, de outra forma, seriam perdidos, como os problemas com o edifício da Casa da Roda, o arranjo de mobílias ou a compra de veneno para pestes animais, sinais de extraordinária importância para o entendimento da vida nesta instituição.

Registos Paroquiais

Com o objetivo de fazer a reconstrução de percursos de vida de algum indivíduo associado à Casa da Roda, os registos paroquiais, produzidos pelos párocos de cada unidade religiosa, foram usados para o cruzamento com a informação atrás referida. Com efeito, os Registos de Batismo, Casamento e Óbito, de um conjunto variado de freguesias, de acordo com a informação da origem das amas ou de outros protagonistas, serão cruzados com os Registos da Casa da Roda do Porto, contribuindo para reconstituir momentos-chave de várias vidas e as redes de relações existentes em torno destes.

Assim, o uso de toda a informação contida nas fontes descritas obedecerá a uma lógica de reconstituição de percursos e relações tecidas entre amas, crianças e ambientes em que se inseriam, fora da Roda. No caso do Livro do Registo e no Livro das Entradas e Termos das Amas iremos explorar a totalidade da informação contida entre

²⁴ ADP - Livro 4º da Receita e Despesa (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/ADM/018/0360); ADP - Livro 5º da Despesa Miúda (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/ADM/018/0361).

os anos de 1757 e 1778. No entanto, a informação relativa aos expostos, presente nos Livros de Entrada e de Saída, é muito superior, e não foi tratada de forma sistemática, ou seja, exploramos de forma exaustiva dois meses de cada ano: julho, por ser o momento em que se inicia o ano civil dentro da instituição; e janeiro, por ser um ponto intermédio e equidistante (seis meses antes e depois). No fundo, foi a estratégia metodológica utilizada, comportável e exequível, de forma a levantar, de forma comparativa, informação sincrónica. A delimitação temporal que fizemos, abrangendo apenas dois meses de cada ano, poderá ser um ponto frágil e que pode não refletir, necessariamente, valores e tendências que se verificam anualmente, e este aspeto deve ser tido em consideração quando abordarmos os resultados da nossa investigação. Mesmo assim, não havia possibilidade de fazer de outra forma, numa dissertação com os objetivos definidos, mas poderá vir a sê-lo, num futuro académico.

1. A exposição de crianças, contextos e espaços afetivos - enquadramento conceptual e historiográfico

Este capítulo procura conceptualizar a possibilidade de as emoções poderem ser observadas a partir do universo das crianças, dentro e fora dos quadros familiares. Primeiramente, iremos fazer uma breve reflexão em torno da história das emoções, dado que esta serve de base para toda a exploração que faremos. De seguida, procuramos contextualizar o tema que vamos explorar nos discursos historiográficos existentes em torno da infância e da família, considerando sempre a vertente afetiva.

1.1. A história das emoções - uma aproximação ao sensível

A história das emoções, mais do que explorar as emoções em si, procura debruçar-se sobre os sistemas de sentimentos das comunidades e a natureza das relações afetivas, de modo a compreender que aspetos um determinado grupo considera importante (Rosenwein, 2002, p. 842) e os modos como estes são experienciados e expressados (Boddice, 2017, p. 11). Compreendendo o modo como as normas em torno das emoções evoluem, e as suas motivações, torna-se possível uma aproximação à experiência humana no passado (Matt e Stearns 2014, p. 5), que permite iluminar alguns dos entendimentos atuais e enquadramentos mentais em torno das emoções: “a história das emoções é uma conversa entre o presente e o passado, e esperamos que esta conversa possa melhorar o nosso entendimento sobre as emoções no presente, bem como aprofundar o nosso conhecimento sobre o passado” ²⁵ (Dixon, 2023, p. 18).

A exploração das emoções implica, primeiramente, a sua definição, tarefa que não é, de todo, simples. Várias áreas de estudo e diferentes indivíduos propõem

²⁵ Tradução nossa de “the history of emotions is a conversation between the present and the past, and we can hope that the conversation will enhance our understanding of emotions in the present, as well as deepening our knowledge of the past”.

definições e interpretações distintas. Aqui, não pretendemos fazer uma exploração teórica em torno deste aspeto que, no entanto, sendo essencial para enquadrar epistemologicamente toda a investigação que iremos realizar, nos compele a respaldar os entendimentos possíveis em torno das emoções, as suas definições e as suas dinâmicas. Adotamos uma visão abrangente do que é uma emoção, apropriando-nos da sucinta explicação que Rosenwein refere num dos seus trabalhos: “Uso o termo emoções neste livro reconhecendo que é uma conveniência: um termo construído que se refere a reações afetivas de todos os tipos, intensidades e durações”²⁶ (Rosenwein, 2006, p. 4). Esta breve definição requer um complemento imprescindível às abordagens historiográficas, que se prende com a natureza das emoções, em particular o peso da biologia e a influência da cultura.

Atribuindo prevalência à dimensão biológica, a teoria universalista considera que as emoções são uma reação natural, uma resposta biologicamente determinada a uma certa situação e um conjunto de fatores. Com proximidade às ideias de Ekman²⁷, esta teoria surge associada à presença de um conjunto de emoções básicas que se verificam em todos os seres humanos e se mantêm inalteráveis ao longo do tempo (Rosenwein, 2002, pp. 836-837; Rosenwein, 2010, pp. 2-4), exatamente por serem impulsos de origem biológica. Esta visão não prevê influências externas, da cultura e das normas culturais, deixando apenas espaço, de acordo com algumas visões, para aceitar que as expressões das emoções sejam culturalmente influenciadas.

Esta teoria universalista das emoções é, atualmente, fortemente questionada, sendo que diversos trabalhos, de várias áreas, apontam para o facto do contexto cultural ser um elemento que influencia, se não mesmo determina, a experiência emocional de um indivíduo e da comunidade em que este se encontra. A maioria dos historiadores das emoções tende a alinhar-se com a teoria construtivista das emoções. Este modelo

²⁶ Tradução nossa de “I use the term emotions in this book with full knowledge that it is a convenience: a constructed term that refers to affective reactions of all sorts, intensities, and durations.”.

²⁷ Paul Ekman, nos anos 60, defendeu a existência de um conjunto de emoções básicas, que se expressavam através de expressões faciais particulares, que estariam presentes em todas as culturas. Esta investigação e os seus métodos, atualmente, não possuem mérito e foram já descredibilizados por estudos mais recentes, que consideram o contexto cultural uma peça essencial para o reconhecimento destas expressões faciais (Dodman, 2021, pp. 18-19; Rosenwein, 2010, pp. 5-7).

construtivista considera, então, que as emoções são um produto dos seus ambientes culturais (Barclay, 2021a, p. 458) bem como um importante instrumento de sociabilidade (Rosenwein, 2010, pp. 19-21). É dentro deste contexto cultural, que varia ao longo do espaço e do tempo, que se realiza um processo onde se determinam as emoções que são encorajadas e desencorajadas, bem como os modos como estas podem ou devem ser expressas (Rosenwein, 2002, p. 842) pelos indivíduos, que agem de acordo com um conjunto de elementos verbais e não verbais que são aprendidos (Dixon, 2023, pp. 55-56). Ao reconhecer as experiências emocionais como algo que é mais do que uma simples resposta biológica, como uma realidade marcada pela heterogeneidade e variabilidade, altera-se o tipo de relação que estabelecemos com as emoções e o modo como as podemos explorar e estudar (Barclay, 2021b, p. 32).

Como a maioria dos historiadores das emoções, a abordagem que seguimos alinha-se com a perspectiva construtivista, na medida em que pretendemos avaliar a variabilidade das dimensões afetivas ao longo do tempo e entre os diversos contextos culturais de cada comunidade em particular. No entanto, não consideramos, como alguns construtivistas mais radicais, que as experiências emocionais são apenas determinadas por aspetos culturais. Por isso, a abordagem a realizar tem de estar atenta ao impacto de algumas condicionantes e respostas biológicas nas vivências emocionais humanas, sendo que os seus significados, entendimentos e experiências devem ser sempre considerados dentro do contexto cultural em que estas ocorrem.

Entre as diferentes representações da dimensão coletiva das emoções destacam-se o termo *emotionology*, proposto pelos Stearns (Stearns e Stearns, 1985; Dodman, 2021, p. 19), o de regimes emocionais sobre os quais se foca Reddy (Barclay et al, 2019, p. 5; Boddice, 2014, pp. 154-156) ou as comunidades emocionais de Rosenwein. Ainda que existam ligeiras variações nas definições destes, sobre as quais não nos iremos focar neste trabalho, todos estes termos, no seu cerne, partem da mesma ideia base e referem-se a um espaço coletivo onde se estabelecem, de forma explícita ou implícita, as regras e expectativas que governam a vida emocional, num determinado momento e contexto, e no qual as vivências emocionais individuais se enquadram.

Exploreemos, brevemente, o conceito de comunidades emocionais, defendido por Barbara Rosenwein no seu livro *Emotional Communities in the Middle Ages*, de 2006, com o qual possuímos uma maior afinidade e cuja definição nos parece mais apropriada para a realidade que exploramos, e que iremos dar preferência no desenrolar deste trabalho.

Reiterando um pouco do que já foi dito acima, mas desta vez citando as palavras da autora, “As comunidades emocionais são em grande parte as mesmas que as comunidades sociais (...) procuram acima de tudo descobrir os sistemas de sentir, estabelecer o que estas comunidades (e os indivíduos dela) definem e avaliam como sendo valioso ou perigoso para eles (dado que é sobre essas coisas que as pessoas expressam emoções); as emoções que eles valorizam, desvalorizam ou ignoram; a natureza das ligações afetivas entre pessoas que elas reconhecem; e os modos de expressão emocional que esperam, encorajam, toleram e deploram”²⁸ (Rosenwein, 2010, p. 11).

Uma comunidade emocional é, então, um grupo de indivíduos unidos por um conjunto de normas de expressão emocional (Rosenwein, 2006, p. 2). Dentro destas comunidades estão presentes constelações de emoções, cujas normas determinam o modo como estas se dispõem, as emoções que são importantes e as que são desvalorizadas, bem como quando e a forma como se devem manifestar (Dixon, 2023, p. 46; Rosenwein, 2010, p. 11). Os contornos destas comunidades e os elementos que as caracterizam não se mantêm estáticos, sofrendo uma evolução e mudanças ao longo do tempo. Num mesmo determinado momento coexiste uma multiplicidade de comunidades emocionais, que em certos momentos se sobrepõem, facilitando a mobilidade entre si (Dodman, 2021, pp. 19-20). Um indivíduo não se limita a ser parte

²⁸ Tradução nossa de “Emotional communities are largely the same as social communities (...) seeks above all to uncover systems of feeling, to establish what these communities (and the individuals within them) define and assess as valuable or harmful to them (for it is about such things that people express emotions); the emotions that they value, devalue, or ignore; the nature of the affective bonds between people that they recognize; and the modes of emotional expression that they expect, encourage, tolerate, and deplore”.

de uma única comunidade emocional, enquadrando-se em mais do que uma ao mesmo tempo e movendo-se entre elas no seu dia-a-dia.

A avaliação das vivências afetivas do passado não é um processo simples, sendo poucos os casos em que as fontes mencionam aspetos da vida emocional dos indivíduos e das comunidades de forma direta. Esta dificuldade em aceder à vida interior de indivíduos do passado, que não nos deixam registos diretos destas experiências, tende a ser vista como um problema central para a história das emoções. No entanto, raros, se não mesmo inexistentes, são os casos em que um investigador se depara, nas fontes, com as respostas exatas que procura alcançar, sendo sempre necessária uma leitura, cruzamento e interpretação cuidada e crítica das informações contidas nas fontes, assentes numa base metodológica, para que, de facto, seja possível responder às questões colocadas pelo investigador. Assim, a história das emoções não diverge de qualquer outro trabalho de investigação histórica, sendo necessário ter em conta um contexto metodológico particular no qual se deve assentar.

O ser humano é, naturalmente, um ser emocional, e esta dimensão afetiva está sempre presente em todos os aspetos da vida, de forma mais ou menos consciente, e transparece, por vezes de forma mais evidente, noutros casos de modo mais discreto, em todos os aspetos da vida dos indivíduos e comunidades. Então, todas as possíveis fontes de informação, quer estas sejam produzidas ou apenas estabeleçam uma relação com o ser humano, vão estar fundidas com estas realidades afetivas às quais, prestando atenção, conseguimos ter acesso. Mesmo assim, existe o desafio de definir e compreender de forma clara o seu significado, porque estas se encontram associadas a contextos culturais da comunidade em questão. Então, as categorias emocionais do passado não são, necessariamente, as mesmas que existem atualmente, sendo, por vezes, difícil determinar as definições ou encontrar equivalentes atuais para as emoções (Matt, 2014, p. 41; Rosenwein, 2010, pp. 3-4). Deve, então, existir sempre o cuidado de não fazer uma análise com anacronismos destas realidades, nem transpor os entendimentos atuais para o passado.

Isto leva-nos a uma dimensão que ocupa um lugar fundamental para o entendimento e o estudo das emoções, a linguagem. É através da linguagem que o ser

humano processa a realidade, tanto no passado como no presente. As palavras são o elemento essencial para os indivíduos, potenciando, mas também limitando, o modo de descrever, compreender e expressar experiências emocionais. A disponibilidade de termos que sejam capazes de descrever estes fenómenos internos, ou a ausência de certas conceções moldam o modo como se experiencia a vida afetiva (Matt, 2014, p. 43; Dixon, 2023, p. 43).

Ainda que seja condicionada por este paradigma linguístico, a verbalização dos estados emocionais é uma das principais, ainda que não seja a única, manifestações desta realidade que pertence ao mundo interior. No entanto, para os historiadores, exceto aqueles que se focam em períodos mais recentes e ainda podem recorrer à história oral, os sujeitos sobre os quais se debruçam já há muito que não estão presentes. Possuímos, no entanto, registos escritos que podem colmatar esta ausência. As fontes escritas, sendo o mais próximo da verbalização a que podemos chegar, enquanto manifestações das emoções, e pela particular ligação que estabelecem com a linguagem, tendem a ser as fontes que recebem a maior atenção dentro da história das emoções. É certo que vários autores apontam para a importância das ausências de informação na análise das fontes. Como acima mencionamos, a respeito das comunidades emocionais, um determinado grupo define não apenas o que é uma expressão emocional aceitável, mas estabelece também limites sobre o que deve ser excluído. Os silêncios que, por vezes, notamos nas fontes podem, então, falar acerca destas conceções emocionais (Dodman, 2021, p. 18; Plamper, 2015, p. 295).

Ainda que seja colocada ênfase e dada alguma predominância às fontes escritas, estas não são as únicas que podem ser usadas para adivinhar as emoções, sendo que diversos investigadores ampliam e recorrem a um conjunto diversificado de indicadores. Por isso, destaca-se a interseção entre a história das emoções e a cultura material. A materialidade, de modo similar às emoções, é uma realidade histórica e culturalmente determinada (Randles, 2021), em torno da qual se reconhece não apenas um conjunto de significados e a importância que lhes é atribuída, pelos indivíduos, mas também a presença de uma relação afetiva em torno destes objetos, ou de alguns objetos em particular (Barclay, 2021a, p. 465). Assim, um conjunto variado de objetos pode ser tido

como fonte de estudo para a história das emoções, sendo que “um único objeto material pode ser testemunho de uma história emocional extremamente complexa”²⁹ (Dixon, 2023, p. 117).

1.2. A família, um ambiente de emoções

A família, independentemente do tempo e do espaço, é uma forma de organização social que se mantém até à atualidade, ainda que com manifestações distintas, estruturas diferenciadas e significados que variam e são culturalmente determinados. É, em torno desta unidade de organização e das relações nelas presentes, que se estruturam os diversos aspetos da vida de um indivíduo e, consequentemente, da sociedade em que este se insere (Reher, 1998, p. 203).

A conceção de família com a qual nos deparamos na época moderna não assenta meramente em categorias biológicas (Cavallo, 2010, p. 16), referindo-se antes a um grupo de indivíduos que se encontram sob a alçada do poder de um *paterfamilias*, quer isto seja, de facto, por existir uma relação de sangue ou matrimonial, os agnados, quer por ser estabelecido algum tipo de laços jurídicos ou fruto das relações de trabalho, os cognatos (Hespanha, 1993, pp. 957-958). Estamos, então, perante uma visão de família mais ampla do que a que concebemos atualmente, sendo que os grupos familiares de antigo regime envolvem um conjunto distinto de indivíduos e relações entre estes.

Parece importante considerar a visão de economia familiar que Katie Barclay apresenta, e que, adiante, iremos retomar devido à sua relevância no contexto da exposição: “O propósito das economias domésticas era garantir, no mínimo, a sobrevivência e, na melhor das hipóteses, o sucesso económico e político da unidade familiar. As decisões económicas, portanto, não eram necessariamente movidas por imperativos económicos- o que fazia mais sentido financeiramente- mas pelas

²⁹ Tradução nossa de “a single material object can bear testimony to an extraordinarily complex emotional history”.

necessidades, desejos, contingências e estrutura da família”³⁰ (Barclay, 2020, p. 187). Esta definição ressalta a família enquanto um espaço de negociação entre o individual e o coletivo, tendo por base uma mentalidade centrada no grupo, no qual um indivíduo deve agir considerando os interesses do grupo familiar, não apenas as motivações pessoais (Gélis, 1989, p. 310).

É, dentro do enquadramento familiar, que se manifestam as questões da honra. A honra surge como uma realidade que impacta e determina a vida de um indivíduo numa comunidade (Farge, 1989, pp. 581-582), não se referindo, no entanto, apenas aos indivíduos, sendo algo coletivo e que possui repercussões para todo o grupo familiar, o que nos retoma a ideia, acima apresentada, da família enquanto um todo que determina e condiciona as ações do indivíduo. Parece importante considerar a honra enquanto “um código flexível de comportamentos que, como diversas outras construções mentais, a sua verdadeira natureza apenas pode ser vista na sua *performance* e articulação”³¹ (Thomas, 2013, p. 340), e colocar no centro das observações não apenas a manifestação destas concepções no plano teórico, mas explorar as ações e o modo como os conceitos de honra são postos em prática pelos indivíduos. Nas questões que adiante tocaremos, esta *performance* dos códigos de honra pode ver-se plasmada nas diversas decisões, sendo que esta concepção poderá também ser considerada quando explorarmos a exposição de crianças em mais detalhe.

Sobre a figura feminina, manifestam-se mais fortemente as noções de honra, em particular quando esta questão surge associada às ideias de sexualidade, e é sobre estas que recaem as principais consequências (Heijden, 2021, p. 3). Em situações em que a honra feminina se encontra ameaçada, em particular por transgressões sexuais que resultam em gravidez, estas mulheres deparam-se com a necessidade de tomar uma

³⁰ Tradução nossa de “The purpose of household economies was to ensure, at a minimum, the survival, at best the economic and political success, of the family unit. Economic decisions therefore were not necessarily driven by economic imperatives- what made the best financial sense- but by the needs, desires, contingencies and structure of the household”.

³¹ Tradução nossa de “a flexible code of behaviour and, as with so many other mental constructs, its true nature can only be seen in its performance and articulation”.

decisão, que, por vezes, se manifesta através da tentativa de aborto, do infanticídio ou da exposição de crianças.

Considerando este tipo de situações, ressaltamos a relação que Barclay e Reynolds estabelecem entre o infanticídio e o significado e visões da criança: “[...] o facto de algumas pessoas estarem dispostas a matar os seus filhos, quer seja para preservar a reputação sexual ou devido às necessidades da pobreza, sugere o peso social e cultural que as crianças carregavam como marcadores de identidade familiar, de moralidade e de pecado dentro dessas comunidades. Aqui, a inocência da criança perdia-se sob as ramificações culturais mais amplas de seu nascimento”³² (Barclay e Reynolds, 2016, p. 15).

Sobre o infanticídio, é importante considerar o que diversos trabalhos em trono desta realidade revelam acerca das reações perante os que cometem este crime. A posição das comunidades perante as mulheres³³ que, sendo colocadas em posições difíceis, tomam a decisão de tirar a vida aos seus filhos, tende a ser de simpatia e compreensão, existindo relatos de tentativas de proteção destas mulheres em momentos em que estas são julgadas, sendo estas aceites e reinseridas dentro do grupo, posteriormente (Gardiner, 2021, pp. 363- 369; Ferraro, 2013 p. 69). No entanto, em casos onde os bebés morrem com sinais de violência, as comunidades tendem a responder negativamente e a rejeitar os que comentem este crime (Walker, 2016, p. 162).

Em suma, independentemente da sua estrutura e organização, para qualquer indivíduo, o contexto familiar possui um lugar de importância. Para uma criança, pelas suas particularidades e pelo seu estado de dependência, em destaque nos primeiros

³² Tradução nossa de “Yet, that some people were willing to kill their children, whether to preserve sexual reputation or due to the necessities of poverty, is suggestive of social and cultural weight that children carried as markers of family identity, of morality, of sin within such communities. Here the innocence of the child was lost beneath the broader cultural ramifications of their birth”.

³³ Aqui, apesar de mencionarmos as mulheres e da figura feminina ser, tendencialmente, a que é apresentada como principal autora destes crimes, reconhece-se o envolvimento das figuras masculinas nestes processos (Ferraro, 2013, p. 68). Focamos aqui a mulher, também, por ser em torno destas que os estudos que consultamos incidem.

anos de vida, a família é um contexto imprescindível, cujo tipo de enquadramento pode mesmo ser determinante para a sobrevivência, ou não, destas.

1.3. Evolução do conceito de infância

Quando abordamos a infância numa perspetiva histórica, é necessário considerar que esta não representa meramente uma categoria biológica (Barclay e Reynolds, 2016, p. 7), mas que é uma realidade condicionada culturalmente (Brookshaw, 2009, p. 367). Ainda que esta efémera fase da vida seja uma das experiências universais da humanidade (Maza, 2020, p. 1262), as conceções de infância, as expectativas e relações estabelecidas com a criança variam ao longo do tempo e do espaço, sendo influenciadas por diferentes aspetos.

Falando de infância, Philippe Ariès, cujos trabalhos foram basilares para o entendimento deste conceito, é incontornável. Recorrendo à arte como a fonte central para a sua investigação, e tendo em conta a presença ou a ausência da criança, o modo de representação e o lugar que esta ocupa no enquadramento da pintura, desde a idade média, o autor aponta para uma evolução do lugar da criança na sociedade³⁴. De forma sumária, e nas palavras do autor, “a descoberta da infância começou no século XIII, e o seu progresso pode ser traçado na história da arte dos séculos XV e XVI. Mas as evidências de seu desenvolvimento tornaram-se mais abundantes e significativas a partir do final do século XVI e ao longo do século XVII”³⁵ (Ariès, 1962, p. 47). Ariès verifica que, durante a idade média, a presença da criança na arte era rara, e a sua representação tendia a ser uma versão miniaturizada de um adulto, sem características particulares e, por volta dos séculos XV e XVI, a criança começou a estar presente com

³⁴ Uma das principais críticas apresentadas a esta teoria, prende-se com o facto das fontes usadas para o seu trabalho, a pintura, ser produzida e refletir um grupo e contexto social particular, o que, por sua vez, leva a resultados que não refletem as realidades da sociedade no geral, mas sim os contextos de uma elite.

³⁵ Tradução nossa de “the discovery of childhood began in the thirteenth century, and its progress can be traced in the history of art in the fifteenth and sixteenth centuries. But the evidence of its development became more plentiful and significant from the end of the sixteenth century and throughout the seventeenth”.

mais frequência, tendencialmente enquadrada no contexto de pinturas familiares. Ainda que não fosse o objeto central destas obras, esta alteração aponta para os começos de uma mudança, a partir do século XVII. Neste século, as obras que tinham como objeto a criança tornam-se mais numerosas e os retratos familiares focam-na, o que parece manifestar, mais solidamente, uma alteração na conceção da infância (Ariès, 1962, pp. 33-61). Existem, ainda, outras evidências desta alteração, como é o caso da evolução que se verifica nas roupas das crianças³⁶ (Ariès, 1962, pp. 50-61; Moźdzysłska-Nawotka, 2020, p. 26), ou até mesmo o aparecimento de jogos específicos para este grupo (Lopes, 2002, p. 157).

Apontar o catalisador desta mudança não é tarefa simples. Poder-se-ia esperar que uma mudança nas realidades demográficas, em particular a redução da mortalidade infantil, alterasse as dinâmicas relacionais com a criança. No entanto, como Ariès ressalta, esta mudança de atitude precede a redução dos valores da mortalidade infantil (Ariès, 1962, p. 39).

Parece importante clarificar um ponto da tese de Ariès que, por vezes, é mal interpretado. Nos seus trabalhos, o autor explora a ideia de sentimento de infância, que se refere aos entendimentos existentes acerca da criança e à consciência das suas particularidades. Este conceito não se refere ao tipo de relação afetiva estabelecida com a criança, e a inexistência de compreensão das particularidades da infância não pode ser lida como sinónimo de falta de afeto. Apesar disto, por vezes, os resultados apresentados por este investigador acabam por ter esta interpretação, quer por erro de interpretação, quer por convicção de que, de facto, esta seria a realidade. No entanto, e tendo por base outros estudos, torna-se evidente que tal não parece verificar-se, e que, desde cedo, existe uma preocupação com o bem-estar e o cuidado das crianças,

³⁶ Este aspeto não é aplicável a todos os indivíduos, dado que os mais pobres teriam acesso a peças de roupa mais simples, antigas e já anteriormente usadas, que não se conformavam nem refletiam as mudanças que ocorriam na moda infantil em grupos que viviam com maior conforto económico e que podiam dispor de fundos para comprar vestimentas novas para as crianças.

mesmo quando não se compreendem as especificidades desta fase da vida, na totalidade.

A visão que o autor apresenta tem sido, ao longo dos anos, complementada, questionada e até mesmo negada. Aqui, daremos ênfase a uma crítica que nos parece ter um peso considerável e ser uma consideração necessária para a interpretação desta teoria. Esta crítica refere-se ao facto de existirem evidências, desde a idade média, do reconhecimento das particularidades e necessidades das crianças, que não eram, em muitos casos, tratadas nem vistas da mesma forma que os adultos (Barclay e Reynolds, 2016, p. 7), evidenciando, deste modo, que já existiria um entendimento das particularidades da criança, perspectiva que contraria a exclusividade do despertar do reconhecimento das particularidades da criança apenas durante a época moderna.

1.4. A experiência da infância

A chegada de uma nova criança poderia suscitar uma multiplicidade de reações, sabendo-se já que não havia uma natalidade natural. Ou seja, pela existência de um conjunto de métodos usados para evitar a gravidez, como as tentativas de aumentar o período de lactação para evitar a concepção ou o aborto ou a exposição de crianças, nem todas as casais, ou mulheres, pretendiam ter filhos, quer por medo de passar por uma gravidez, pela dificuldade em alargar o número de filhos ou por estes serem resultados de relações não legítimas. As respostas à presença de uma nova criança são, então, condicionadas por aspetos psicológicos internos, crenças religiosas, pelo ambiente cultural, económico e relacional de um indivíduo, em particular da mulher, enquanto mãe (Sieff, 2019, p. 18).

Além disto, nem todas as crianças seriam recebidas do mesmo modo. O primeiro filho poderia ser mais bem recebido, por ser uma prova da capacidade de reprodução de um casal, enquanto filhos posteriores, especialmente se a família já fosse numerosa, eram vistos com menos entusiasmo, pelas dificuldades de sustento associadas a uma prole alargada. Parece também existir alguma diferença entre a presença de um filho do sexo masculino, por representar a continuidade da família, mais positiva do que uma

menina (Cavallo, 2010, p. 22), que, quando chegasse à idade de abandonar a casa, necessitaria de algum tipo de dote que a acompanhasse, logo, representava maiores encargos (Heywood, 2001, pp. 118-123).

A receção de uma criança é, ainda, determinada pelo contexto relacional dos pais. Ser filho de uma relação que não é legítima não seria recebido da mesma forma que uma criança legítima. A categoria de ilegítimos alberga diferentes tipos de realidades. Os filhos naturais, resultantes de uma relação entre indivíduos que não possuem qualquer tipo de impedimento para o casamento, tornando-se legítimos caso os pais se unissem em matrimónio. A par destes, existem os filhos espúrios, fruto de relações onde não existe a possibilidade dos progenitores se unirem pelo matrimónio, em casos onde um dos indivíduos fosse já casado, ou tivesse assumido votos religiosos, ou em situações em que os progenitores possuem uma relação de consanguinidade (Pereira, 2009, pp. 107-108; Hespanha, 1993, pp. 956-957).

O discurso que tradicionalmente se desenvolve em torno da receção e relação com a prole ilegítima tende a apontar para a presença de uma reprovação destas crianças e das relações que as geraram, pondo em causa a honra, em especial das mães. Para lidar com esta realidade e os problemas a ela associados, poderia recorrer-se ao aborto, infanticídio ou exposição de crianças, de modo a ocultar estas transgressões. Contudo, em vários casos, as mães e famílias não recorrem a estas opções, integrando no seio familiar estas crianças que, apesar de ilegítimas, se mantêm e fazem parte das suas famílias biológicas como qualquer outra criança (Perrot, 2006b, pp. 266-269; Sá, 2007, p. 23). O facto de um filho ser ilegítimo não significa, necessariamente, que este seja removido do seu grupo familiar.

Note-se que a maternidade e o nascimento são mundos reservados ao feminino³⁷, visto que esta era considerada uma função natural deste grupo. Dentro de grupos de mulheres eram passados conhecimentos e informações, adquiridos

³⁷ Ainda que o mais comum seja recorrer a parteiras, existem médicos do sexo masculino a assistirem a partos. Se a presença de partos medicalizados se vai tornando gradualmente mais comum, nesta altura é menos frequente e vista de forma mais negativa, dado que ter um filho no hospital possui conotações com pobreza e vergonha (Perrot, 2006c, p. 152).

empiricamente ao longo dos tempos, necessários para assistir ao nascimento e para o posterior cuidado da criança (Crawford, 2014, p. 79). Exatamente por ser nestas mulheres que recai toda a responsabilidade do cuidado infantil, quando algo de errado acontece, estas são as únicas sobre as quais recaem culpas e responsabilidades, sendo que os olhares masculinos colocam sobre elas fortes críticas relativas aos modos de cuidar das crianças. Ainda que não lidassem de forma direta com as realidades da infância, as figuras masculinas influenciavam, de fora, criando uma versão idealizada de maternidade através de tratados médicos, sermões ou livros de conselhos (Crawford, 2014, p. 88). Uma visão idealizada da maternidade, cujas marcas ainda atualmente são visíveis, considera a existência de um instinto maternal para o qual todas as mulheres se encontram biologicamente programadas, que faz com que as mulheres, naturalmente, se preocupem e se dediquem aos seus filhos de forma incondicional. Neste contexto, é inconcebível a presença de qualquer tipo de sentimento de indiferença ou de desagrado para com as crianças ou o papel de mãe (Sieff, 2019, pp. 17-18).

O impacto da morte infantil poderia oscilar entre o cotidiano da dor, que torna a sociedade insensível, e o sentimento de perda. Um aspeto que marca o modelo demográfico de antigo regime é a elevada mortalidade infantil. Muitas das crianças que nasciam neste período morriam nos primeiros momentos de vida, sendo que um quarto das crianças nascidas não completaria o primeiro aniversário (Rodrigues, 2008, p. 267; Benzaquén, 2019, p. 197). Gradualmente, conforme a criança ia sobrevivendo, a probabilidade de morte ia reduzindo (Flandrin, 1979, pp. 198-203). As causas de morte exatas são, muitas vezes difíceis de determinar, mas as condições de vida, com uma falta generalizada de higiene, inexistência de saneamento e de acesso a água limpa, bem como a habitação, de muitos, em espaços exíguos, por vezes partilhados com animais, impactam a mortalidade, não apenas infantil, mas de um modo geral. A distribuição da mortalidade infantil é desigual ao longo dos meses, existindo uma variação sazonal. Nos meses de inverno, o clima mais frio é propício às doenças no aparelho respiratório. No entanto, são os meses de verão os mais mortíferos. Durante esta estação, as doenças gastrointestinais possuem predominância e propagam-se com maior facilidade uma vez

que, nesta época, tendem a ser introduzidos novos alimentos nas dietas das crianças, impróprios para o seu consumo e muitas vezes contaminados, devido ao intensificar dos trabalhos agrícolas que impossibilitam a amamentação como forma de prevenção imunológica. Este maior foco no trabalho reflete-se, também, numa menor vigilância das crianças, que, por sua vez, estão sujeitas a mais acidentes, por vezes mortais (Benzaquén, 2019, pp. 197-201; Rodrigues, 2008, pp. 268-269; Osswald, 2008, pp. 365-367).

O momento do desmame, que se deveria situar por volta do ano e meio e dos dois anos, mas que, em muitos casos, acontecia cedo de mais, é um período em que o perigo para a vida das crianças aumenta, dada a redução da imunidade que o leite materno criava, o que colocaria a criança numa posição mais vulnerável (Pollock, 1987, p. 54). Segue-se um período de transição, em que são introduzidos novos alimentos, numa época em que não existe alimentação apropriada para crianças, e o consumo de produtos e água contaminados levava a doenças gastrointestinais (Lopes, 2002, pp. 64-66), como acima mencionamos, mortais para muitas das crianças.

Dentro deste contexto, em que a vida de uma parte considerável de crianças estava condenada a ser breve, manifesta-se uma preocupação clara com a salvação eterna, tanto por parte de clérigos como pela população em geral, através do batismo, que, por volta do século XVII, se encontra já bastante sedimentado. A morte de uma criança sem receber este sacramento era vista como algo imperdoável, sendo que o batismo devia ser dado logo nos primeiros dias de vida, e as próprias parteiras sabiam como batizar as crianças, ainda antes de nascerem, para que, em caso de risco, estas crianças não falecessem sem receber o batismo (Lopes, 2002, p. 159).

1.5. A criança e as relações afetivas

Alguns autores defendem que existia uma distância, desinteresse e apatia para com as crianças e as suas necessidades, enquanto outros apontam para a existência de afeto e preocupação com estas, ainda que este não fosse expresso da mesma forma, ao longo do tempo.

Philippe Ariès, como atrás sintetizado, assinalou sinais de valorização das representações e centralidade da criança. Alguns estudos defendem a presença de afeto pela criança, dado que a preocupação e o cuidado para com estas seriam algo inato no ser humano, um instinto sempre presente. No entanto, o comportamento humano não é totalmente determinado pelos instintos, existindo um contexto cultural que condiciona o mundo afetivo e os comportamentos³⁸.

Algumas práticas, como as tentativas de evitar gravidez, o aborto, o infanticídio ou a exposição de crianças, são prova de que nem toda a gente queria ou recebia positivamente uma criança (Hunt, 1970, p. 81), como vimos. Esta pode ser, no entanto, uma visão demasiado simplista, que não acomoda as diversas condicionantes que podem levar a uma decisão deste tipo, e estas podem não refletir apenas os sentimentos perante uma criança, mas ser uma resposta a outras realidades.

Alguns autores apontam para a existência de práticas cruéis com as crianças (Ferraro, 2013, p. 67). No entanto, esta tende a ser uma perspetiva anacrónica que coloca certas práticas com as crianças fora do seu contexto cultural e do entendimento da época (Grant, 2013, p. 107). Se, com os conhecimentos que possuímos na atualidade, somos capazes de reconhecer certos hábitos ou práticas como perigosas, os indivíduos do passado não possuíam esta visão, e, quando agiam de um modo que, na realidade, era prejudicial para um bebé, faziam-no pensando que estariam a fazer algo inocente ou benéfico.

A verdade é que a alta mortalidade infantil corresponde a um cenário onde a morte de uma criança, de um filho, era algo comum, uma realidade com a qual os indivíduos lidavam frequentemente. O nascimento de uma criança era acompanhado de uma probabilidade de não sobrevivência, realidade que os pais e familiares estavam cientes (Sá, 2011, p. 73). Ainda que alguns autores apontem para a existência de um conformismo com estas perdas e desapego para com os bebés, trabalhos mais recentes evidenciam que, na realidade, isto não seria verdade, surgindo manifestações de

³⁸ Adiante, quando explorarmos as questões metodológicas iremos tocar neste ponto com mais detalhe.

sofrimento e tristeza associadas à perda de uma criança (Stearns, 2013, pp. 159-160; Gélis, 1989, pp. 313-315; Walker, 2016, p. 155). Ainda que distintos dos modos de processar estas perdas na atualidade, e sendo, de novo, culturalmente determinados, estes indivíduos possuíam estratégias e mecanismos para lidar com esta realidade e responder à morte de uma criança (Grant, 2013, p. 106).

Perante esta realidade, alguns investigadores sugerem a existência de um mecanismo psicológico que permitia lidar com esta difícil experiência, no qual, nos primeiros momentos de vida destas crianças existiria um afastamento, de modo a evitar a criação de laços, para que, caso estes não sobrevivessem, não se sofresse de forma tão profunda a dor de uma perda (Ariès, 1962, p. 38; Badinter, 1985, p. 84).

Sendo uma criança um símbolo de vida, assim como pela associação à inocência, que começa a surgir na modernidade, cresce uma visão da criança como um ser vulnerável e que necessita de proteção (Maza, 2020, p. 1263; Vallgård et al., 2015, pp. 18-19). Isto coloca a preocupação com a criança não apenas na esfera privada, mas no domínio público e de toda a comunidade em que estas se enquadram (Gélis, 1989, pp. 311-313). Esta diligência torna-se evidente nos cuidados que se procurava dar àquelas crianças que eram separadas das suas redes familiares e que as comunidades viam como importante ajudar e assegurar a sobrevivência (Barclay e Reynolds, 2016, p. 13), como é o caso dos expostos, assim como dos órfãos, que serão alvo de assistência, com os recursos comunitários que asseguravam a sua sobrevivência.

1.6. A assistência às crianças expostas

Vistas como vulneráveis, por um conjunto diversificado de motivos, as crianças necessitam de algum tipo de apoio para sobreviver. A exposição, que pressupõe a entrega a outros para sobreviver, coloca estas crianças numa posição de particular vulnerabilidade. Para se lidar com estas, deixadas, tipicamente, em locais estratégicos para serem facilmente encontradas, desenvolvem-se mecanismos, alguns mais informais, outros mais formais. Gradualmente, começam a surgir instituições com o

intuito de servirem de espaços seguros para o acolhimento e cuidado destas crianças desamparadas, cujos números começam a aumentar.

A decisão de separação não deve ser lida, diretamente, como uma manifestação de desinteresse, mas antes compreendida como uma estratégia de gestão familiar e de sobrevivência (Reis, 2016, p. 113), sendo a incapacidade de cuidar e ter uma criança no grupo familiar que se encontra na raiz desta decisão. Esta decisão pode partir de questões de natureza económica, quando as condições de vida e a pobreza causam situações onde não existe a capacidade nem rendimentos que permitam sustentar uma criança (Heywood, 2001, p. 167). A par disto, um bebé, em particular durante os primeiros anos de vida, nos quais se encontra dependente da amamentação, provocava nas mães embarços e impedimentos, nomeadamente na sua capacidade de trabalhar e trazer para o grupo familiar rendimentos suplementares, o que teria também um impacto na economia familiar (Paulino, 2017, p. 222). Ainda associados aos impedimentos económicos, deparamo-nos com casos de doença ou morte de um ou ambos os parentes. Nestes casos tornava-se difícil, ou mesmo impossível, que o membro sobrevivente do casal se encarregasse de todas as responsabilidades de um, ou possivelmente mais, filhos. Em alguns casos, estas crianças podem encontrar-se totalmente desamparadas, sem ambos os pais (Reis, 2016, p. 84), justificando-se a necessidade de recorrer à exposição, muitas vezes por parte de outros familiares, como avós ou tios.

Uma motivação que surge associada também a exposição é a presença de deficiências ou deformações, tanto físicas, como psicológicas, pelos possíveis preconceitos a isto associados, como pelo reconhecimento de que uma criança nestas condições pode não ser capaz de se sustentar e contribuir para o grupo familiar, representando, por isso, um encargo e responsabilidade extra, em contextos que podem ser já precários, o que pode motivar a sua exclusão do grupo familiar (Heywood, 2001, p. 167).

Por fim, um fator motivador que surge fortemente associado à ideia dos expostos é a ilegitimidade (Heywood, 2001, pp. 168-169). A presença de um filho ilegítimo é uma prova de relações ilegítimas ou transgressões sexuais, que colocam em

causa a honra dos parentes destas crianças. Considerando que a honra ocupa um lugar de importância nestas comunidades e na condição dos indivíduos, a sua preservação implica a eliminação da evidência destes comportamentos, ou seja, destas crianças, e uma forma de o fazer é através da exposição.

Voltemos, agora, à citação de Barclay, mencionada no início deste capítulo, relativamente à família. A definição proposta por esta autora ressalta que a tomada de decisões não é motivada apenas por vontades individuais, sendo antes um processo que tem no seu cerne o que será mais benéfico para todo o grupo familiar. Esta definição ressoa nas motivações que levam à decisão de se expor uma criança, sendo que se tornam evidentes as estratégias familiares em jogo.

O quadro legal pode condicionar as decisões, sobretudo se tiverem efeitos práticos na criação de estruturas de apoio à exposição. Com efeito, as ordenações manuelinas consagram algumas das ideias-chave associadas à exposição e assistência de expostos. Contêm a vertente normativa, a seguir pelas câmaras e outras instituições contratualizadas, como as Misericórdias. Primeiramente, neste texto legislativo, transparece a visão existente relativamente a crianças frutos de relações sexuais transgressoras, quer isto seja de indivíduos já casados, ou de relações com religiosos, onde fica patente a impossibilidade de cuidar destas crianças, razão pela qual estas devem ser enviadas e colocadas sob tutela de hospitais e albergarias³⁹.

Neste corpo legislativo assentam as bases do que vai ser o sistema assistencial a expostos, em termos de responsabilidades económicas. Aqui, consagra-se que a criação destas crianças deve ser feita com base nos rendimentos concelhios e, caso estes não sejam suficientes, excecionalmente, as câmaras têm autorização para lançar fintas “pera a criaçam de meninos engeitados”⁴⁰. Aqui, torna-se evidente a aceitação e compreensão que existe do processo de exposição de crianças, não sendo isto visto como um crime ou transgressão, mas compreendido quase como uma necessidade, realidade que é

³⁹ “Do Juiz dos orfaõs, e cousas que a feu Officio pertence” - Ordenações Manuelinas- Livro 1- Tit. LXVII (pp. 475- 517).

⁴⁰ “Das peffoas que podem dar licença pera as fintas, e quaes fam as peffoas que dellas fam efcufas, e que os Concelhos nom ponham tença a alguem” - Ordenações manuelinas- Livro 1, Tit. XLVII (p. 335).

apenas aceite e não punível por lei (Sá, 1992a, pp. 75-77), mas suportada por estes mecanismos legislativos, sendo asseguradas as fontes dos rendimentos para a assistência a esta infância desamparada (Lopes, 2002, p. 14; Abreu, 2008). Efetivamente, ao longo do tempo, a legislação procura apoiar o sistema de assistência aos expostos, intervindo, ocasionalmente, sendo que os monarcas concedem privilégios àqueles que criam os expostos, as amas e suas famílias, através da isenção de alguns tributos e de alguns cargos ou serviços para os filhos e maridos das ditas amas (Sá, 1987, pp. 31-35).

1.7. As Casas da Roda

As primeiras e mais antigas Casas da Roda a surgir no território português são criadas em resposta ao Alvará Régio de 4 de março de 1686 (Alves, 2011, p.12), como é o caso da Roda do Porto. No entanto, mais tarde, num contexto de reforma da assistência, levada a cabo por Pina Manique, e em resposta ao crescente número de expostos, em 1783 (Aviso de 10 de maio de 1783), determina-se que todos os concelhos e vilas deveriam ter uma Roda (Alves e Moreira, 2009, p. 170) argumentando “hum dos objectos mais interessantes, e próprios de huma bem regulada policia por consistirem as forças e riquezas de hum Estado na multidão dos habitantes se acha este tão esquecido Reino” (Abreu, 2013, p. 245). Após esta data, verifica-se o aparecimento de novas instituições, obrigadas a zelarem e alimentarem as crianças expostas dentro do seu círculo administrativo, “salvando” os muitos que morriam, como o aviso do intendente subentendia.

As responsabilidades destas instituições recaem nas câmaras municipais, que devem assegurar os fundos para o sustento destas crianças, bem como gerir a assistência e os cuidados dados a estas. No entanto, em vários espaços, as Misericórdias associam-se à assistência dos expostos, encarregando-se de gerir estas crianças e a sua entrega a amas, mas nunca aceitando qualquer tipo de responsabilidade financeira com estes (Machado, 2018, p. 265). Esta tutela partilhada entre Câmaras e Misericórdias mantém-se até 1838, quando, num contexto de reforma dos modelos assistenciais, se determina que a totalidade das responsabilidades compete apenas à municipalidade,

terminando assim estas relações (Alves e Moreira, 2012, pp. 331-332; Moreira, 2011, p. 33).

Ao longo do século XIX, as críticas apontadas às Rodas crescem e estas instituições começam a ser vistas não como assistência aos expostos, mas como potenciadoras da exposição e como espaço de perpetuação do infanticídio. A isto somam-se um conjunto de críticas relativas às condições e modos de cuidar destas crianças. Estes problemas, assim como as mudanças no clima político, levam a que em 1865 se determine o fim das Casas da Roda, sendo posto em prática um novo modelo assistencial que irá eliminar elementos como o anonimato e a admissão livre na instituição.

2. A Casa da Roda do Porto - uma plataforma de acolhimento e vigilância

Neste capítulo, iremos fazer um enquadramento, ainda que sem entrar em demasiados detalhes, do modo de funcionar da Casa da Roda do Porto, passando pela sua estrutura administrativa, o processo de receção e cuidado das crianças nesta instituição, finalizando com uma exploração um pouco mais detalhada das amas que exercem funções na Roda, no sentido de apresentar as bases para compreender toda a informação que trataremos posteriormente.

2.1. A administração da Casa da Roda do Porto

O modelo assistencial a expostos, que se manterá até inícios do século XIX, no Porto, inicia-se no ano de 1689, quando a Misericórdia assume as funções que, por princípio, competiam à Câmara da cidade do Porto, passando, então, a existir uma tutela bipartida da Casa da Roda⁴¹. No contrato realizado entre estas duas entidades, determina-se que a municipalidade mantém as suas responsabilidades de financiamento, que, de acordo com a legislação, advinham das rendas concelhias. A Misericórdia, por sua vez, responsabiliza-se por assegurar a gestão e organização da instituição e de todo o processo de entregar as crianças a amas até que os expostos atingissem os sete anos de idade, momento em que passavam para a responsabilidade do Juiz dos Órfãos (Sá, 1987, pp. 25-26).

A Casa da Roda instalou-se na Rua dos Caldeireiros, uma rua secundária, suficientemente escondida para permitir a exposição de modo anónimo, mas localizada no centro da cidade, num local conhecido e de fácil acesso (Sá, 1985, p. 8). A par disto, estabelecia uma ligação interna com o Hospital de D. Lopo, localizado na hoje conhecida

⁴¹ A assistência aos expostos não tem início apenas com a criação da Casa da Roda do Porto. Antes disso, existia já um sistema que permitia socorrer estas crianças, e que assentava em duas figuras, o pai e a mãe dos enjeitados, indivíduos que se encarregavam de entregar estas crianças a amas (Sá, 1987, pp. 56-59).

Rua das Flores, que também estava sob a administração da Misericórdia, que tratava os expostos sempre que necessário (Alves, 2011, p. 12) ⁴².

A administração da Casa da Roda nem sempre decorreu sem turbulências. Os mais frequentes problemas prendem-se com as questões de financiamento. Apesar de a Misericórdia não ter nenhuma responsabilidade financeira com a criação dos expostos, por vezes, a Câmara tentava o contrário. No entanto, apesar da Misericórdia, em várias outras situações ligadas à infância, como no caso dos órfãos ou de crianças doentes, contribuir para os gastos, no caso dos expostos recusam-se sempre a fazê-lo (Machado, 2018, p. 265).

A Casa da Roda do Porto surge como um polo de assistência à infância exposta, quer por não existirem instituições em redor, quer por se crer que, por ser de uma cidade maior, pudesse assegurar um melhor cuidado. A Roda do Porto assistia, então, a crianças não exclusivamente da cidade, causando uma sobrecarga de atenção e falta de recursos financeiros, desagradando o município que considerava que se assegurava de responsabilidades que, tecnicamente, não lhe competiam (Alves e Moreira, 2012, p. 316; Sá e Cortes, 1992, p. 180; Sá, 1992, p. 118).

Os custos com a criação dos expostos, desde o pagamento às amas, que representava uma parte considerável das despesas, até aos gastos com roupas, têxteis e a manutenção das infraestruturas (Sá, 1985, pp. 8-12) aumentam ao longo do tempo, consoante o número de expostos cresce. Com isto, torna-se cada vez mais difícil satisfazer estas necessidades com os rendimentos concelhios, sendo que a Casa da Roda só excecionalmente, e com grande turbulência, foi recetora de doações ou heranças que pudessem servir de apoio⁴³. Em vários momentos, a instituição pediu ao monarca verbas, subsídios ou redirecionamento de rendimentos para cobrir estas despesas (Sá, 1987, pp. 23-24).

⁴² A localização desta instituição não se mantém sempre neste local, sofrendo algumas mudanças nas décadas seguintes (Alves, 2011, pp. 12-19).

⁴³ Existem dois legados que são aplicados à Casa da Roda, um deles de João Rodrigues de Freitas (Alves e Moreira, 2009, p. 202-203), outro de D. Luiza Roza Avondona Pereira (Alves e Moreira, 2012, p. 332). Em ambos os casos, a sua aplicação foi razão de contestações.

As dificuldades com a Roda agravam-se à medida que aumenta o número de expostos, pelo que, em vários momentos, a Misericórdia tenta exonerar-se das suas responsabilidades⁴⁴. Quando, finalmente, é determinado que a assistência aos expostos e a administração das Rodas recaia apenas nas Câmaras, em 1836⁴⁵, e a Santa Casa da Misericórdia do Porto se livra das suas responsabilidades, a mensagem que esta deixa é de alívio por não serem mais responsáveis por uma “administração [que] nunca serviu para esta Santa Casa senão de mortificação e dificuldades” (Alves e Moreira, 2018, pp. 341-342).

A Casa da Roda do Porto reflete a organização da Misericórdia, possuindo, no topo, o provedor, articulado com o tesoureiro, o escrivão e os mordomos. Envolviam-se diretamente na administração as amas que criavam os expostos, bem como um amplo conjunto de “trabalhadores ocasionais, que permitiram a manutenção e o funcionamento desta Instituição de caridade” (Alves e Moreira 2009, p.169; Sá, 1985, pp. 5-6). Conforme o número de expostos aumenta, e as responsabilidades com a assistência se multiplicam, a estrutura funcional desta instituição foi-se complexificando e aperfeiçoando, refletindo-se no aumento dos funcionários ao serviço da Roda (Alves e Moreira, 2009, p. 165; Sá, 1985, p. 5).

O modo eficiente de administrar a Roda do Porto, com as suas “infraestruturas de acolhimento, procedimentos governativos e mecanismos de controlo” (Alves e Moreira, 2012, p. 317), é tomado como modelo ideal de funcionamento para as restantes Rodas, em 1783, quando se determina que devem ser criadas Rodas em todos

⁴⁴ Exemplo de um momento em que isto acontece pode ser encontrado no trabalho de Patrícia Alves e Ana Moreira (2012, pp. 321-328).

⁴⁵ Em 1836, uma ordem régia determina que as Rodas devem estar apenas sobre a alçada das Câmaras locais, cortando-se as relações que existiam com as Misericórdias na assistência aos expostos (Alves e Moreira, 2012, p. 331). No caso do Porto, esta ordem formaliza-se em 1838, e cessa definitivamente o envolvimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto na Casa da Roda (Alves, 2011, p. 55; Moreira, 2011, p. 31). Décadas mais tarde, com um aumento das críticas relativas à mortalidade e à falta de cuidado com as crianças, em 1865, após quase dois séculos de funcionamento, decreta-se o encerramento das Casas da Roda, pondo-se em prática um novo modelo assistencial que se afasta consideravelmente do modo de funcionar das Rodas. Apesar de não nos estendermos acerca deste período após o encerramento das Casas da Roda e desta mudança no sistema assistencial, recomendamos a dissertação de Ana Moreira (2011), para compreender mais detalhadamente o processo após esta mudança.

os concelhos e vilas e, neste contexto, a Roda do Porto produz um documento⁴⁶ onde se explicita o modo de operar e os procedimentos desta instituição (Alves, 2011, pp. 13-14).

2.2. O funcionamento da Casa da Roda do Porto

Era de forma discreta que se expunha uma criança, sem pôr em causa a sua identidade, sendo colocada no tambor rotativo, similar aos que se encontram em alguns espaços conventuais de clausura. Depositada, a roda circulava para o interior do edifício e tocava um sino para avisar a nova chegada. Ao corpo, podiam juntar-se alguns objetos, que serviam de elementos de ligação entre o exposto e as suas famílias: bilhetes escritos ou então mensagens orais, que continham um conjunto de informações consideradas importantes para o futuro da criança (Alves e Moreira, 2009, p. 178). Ainda se podia juntar uma tipologia variada de peças que constituem os enxovais, com uma função de agasalho, mas não deixando de ter uma dimensão simbólica e identitária, assim como os sinais, objetos cujo intuito era atribuir à criança um elemento identificador e individualizador.

Tocado o sino da Roda, uma das amas que se encontrava no interior da casa recebia o exposto e assegurava qualquer cuidado imediato. No dia ou manhã seguinte, estas amas internas levavam estas crianças para serem batizadas, sacramento que todas as crianças recebiam, independentemente das informações transmitidas, *sub condicione*, sendo, posteriormente, levadas ao provedor que faria o registo da sua entrada, batismo e dos eventuais elementos complementares, nos Livros de Entrada.

A permanência na casa da Roda seria temporária. Rapidamente, as crianças passavam para o cuidado das amas de fora, que as levavam para as suas casas e delas

⁴⁶ Este documento encontra-se no Livro do Registo, sendo intitulado de “Relação da Real Caza da Roda da Cid^e do Porto q igualm^{te} comprehende o Metodo em q sempre se costumou tratar as crianças expostas na d^a Adm.am pedida pelos Provedores das Com^{cas} crircunver^{as} p^a por ella poderem dar melhor cumprim^{to} a hua Nova Ordem da Raynha N^a Snr^a em q lhe mandou estabelecer Cazes de Roda em todas as Villas, e Cabeças de Com^{co}, cujo cytado foi dado em 30 de Mayo de 1783”: ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 139-145.

cuidavam até aos sete anos de idade. Neste momento, era elaborado um novo registo, desta vez no Livro de Saída, onde se identificava a ama que se encarregava de cada criança.

Aos sete anos, quando estes expostos deixam de ser responsabilidade da Casa da Roda, deveriam passar para a alçada do Juiz dos Órfãos⁴⁷ e iniciar a aprendizagem de um ofício, trabalhando em troca de alimento, vestuário e alojamento, sem salário, que apenas deveria ser pago a partir dos 12 anos (Lopes, 2002, p. 169). Em vários casos, após os sete anos, estes expostos ficam com as amas de fora que continuam a cuidar deles, por manifestarem interesse em manter e responsabilizar-se por estes, sem receber soldo.

Note-se que, a qualquer momento deste processo, estas crianças podiam ser retomadas pelos seus pais ou familiares, embora os estudos já realizados demonstrem que são poucos os casos em que tal ocorria. Quando acontecia, não era frequente que fosse feito o pagamento dos custos de criação, por ser apresentado um certificado de pobreza, o que traduz a posição económica daqueles que recorrem à Casa da Roda. Contudo, a morte também podia cortar a ligação à Misericórdia. Em vários casos, as crianças faleciam antes de chegarem à instituição, o que aponta para a possibilidade de terem falecido no caminho (Sá, 1987, p. 18), em alguns casos longo, mas são, mesmo assim, depositadas com o objetivo de receberem o funeral de forma gratuita.

2.3. As amas da Casa da Roda do Porto

As amas são centrais no percurso da criança exposta, nas suas várias tipologias. Após a sua entrada, esta era imediatamente recebida pelas amas internas, que se asseguravam do seu cuidado até à sua passagem para as amas de fora. Estas amas estariam com cada criança por um tempo reduzido, meros dias, tendo, muitas vezes, a

⁴⁷ A alçada do Juiz dos Órfãos mantinha-se até os expostos atingirem a emancipação aos vinte anos de idade, particularidade deste grupo uma vez que a emancipação tipicamente acontecia aos vinte e cinco (Sá, 1987, p. 27). A partir deste momento estes expostos, agora adultos, estavam dependentes de si mesmos.

seu cargo mais do que uma criança em simultâneo. Isto significa que por estas amas passava um volume considerável de crianças. Pelo cansaço e pelo risco que corriam de contraírem doenças (Sá, 1994, p. 237), recebem os salários mais elevados de todas as amas. A par de cuidarem destas crianças, eram responsáveis por levá-las ao batismo, conservando até lá as informações e objetos identitários dos expostos, ao mesmo tempo que teriam de assegurar as tarefas de manutenção do edifício da Roda, onde habitavam num regime de semiclausura (Sá, 1985, p. 13; Sá, 1994, p. 237; Sá, 1987, pp. 96-98; Alves e Moreira, 2009, pp. 182-185).

Já as amas de fora, que passariam mais tempo com os expostos, estavam encarregues de as criar nas suas próprias casas, localizadas sobretudo em espaços mais rurais, até aos sete anos de idade. Os salários eram um pouco mais reduzidos, pagos de três em três meses, quando apresentavam a criança na administração ou um certificado do pároco da sua freguesia que comprovasse o bem-estar destas crianças (Sá, 1994, p. 238; Sá, 1987, pp. 99-102; Alves e Moreira, 2009, p. 182).

Durante períodos de grande afluxo de expostos, ou momentos em que não existiam amas de fora suficientes, os expostos acumulavam-se na casa da Roda, sendo necessário recorrer a amas ditas de empréstimo. Estas mulheres, de modo similar ao que faziam as amas de fora, levavam estas crianças para as suas próprias casas, cuidando delas, de forma temporária, até que estivessem disponíveis amas de fora para as receber (Sá, 1987, pp. 98-99; Sá, 1994, pp. 237-238).

Existiam algumas variações nas caracterizações destas mulheres, dentro de cada tipologia de ama, ao longo do tempo e de um modo geral. Ainda que existisse uma minoria que era viúva e algumas solteiras, a maioria destas mulheres é casada. Os seus maridos tendem a ser artesãos ou trabalhadores agrícolas, dependendo do espaço de origem destas amas (Sá, 1994, pp. 237-243).

Dentro das motivações existentes para se ser ama de expostos, destacam-se, evidentemente, as questões económicas, sendo esta uma fonte adicional de recursos que contribui para todo o grupo familiar. No entanto, como Sá (1994, pp. 243-249) ressalta, existem outros motivos para esta decisão, como a forma de substituir a perda

de um filho ou responder à vontade de ter uma criança no grupo familiar, sendo também importante considerar os benefícios que a amamentação prolongada teria enquanto um método contraceptivo, por adiar uma outra gravidez.

A sobrevivência dos expostos dependia do tipo de tratamento e cuidados que as amas tinham para com estas crianças, motivo pelo qual a instituição procura pôr em prática um conjunto de medidas que permitem exercer algum controlo. No interior do edifício da Roda, onde residiam as amas internas, em particular após a introdução da ama seca, era mais fácil exercer algum controlo dos comportamentos (Alves e Moreira, 2009, pp. 180-181)⁴⁸ e avaliar as diversas falhas das amas e as atitudes irregulares. Várias são despedidas por estes incumprimentos.

As amas externas eram mais difíceis de fiscalizar e de manter um controlo sobre o tratamento que davam aos expostos a seu cargo. Mesmo assim, existiam mecanismos que o permitiam. Os párocos, onde residiam as amas, tornam-se vigilantes auxiliares, ao escreverem as certidões a apresentar na Roda e que atestavam o bem-estar das crianças. Em alguns casos, são estes que fazem queixas à administração, de diversas situações, desde o estado das crianças até outros detalhes da vida e família das amas. Também os vizinhos, mais próximos, apresentam queixas acerca de irregularidades. Chegando estas queixas à administração, era enviado um caminheiro para averiguar as ocorrências e a sua veracidade, para que, posteriormente, se lidasse com as infrações (Alves e Moreira, 2009, p. 198).

Partindo deste enquadramento geral, exploraremos mais à frente, com mais detalhe o mundo destas mulheres, as suas características e o modo como cumprem as suas funções e as relações que estabelecem com estas crianças.

⁴⁸ Ainda que os elementos da administração não se encontrem dentro deste espaço, onde não podem entrar figuras masculinas.

3. Uma estrutura dinâmica - um universo em mudança

Neste capítulo, procura-se fazer uma exploração do período selecionado, entre 1757 e 1779, tendo em conta as evoluções, variações e tendências das entradas dos expostos na Casa da Roda do Porto e as suas diversas características, de uma perspectiva mais quantitativa, introduzindo e ressaltando elementos que, adiante, serão essenciais para reconstruir a vida emocional dentro deste contexto.

3.1. Uma administração de proximidade

Seria expectável que a oscilação do número de expostos e as diversas mudanças que ocorrem ao longo do período de atuação da Casa da Roda exigissem adaptações e intervenções no sentido de assegurar uma maior vigilância, melhor articulação com outras instituições e indivíduos, até um aperfeiçoamento da forma de registar o quotidiano. Estas alterações podem refletir a perspectiva que os diversos elementos envolvidos no funcionamento da Roda possuem, relativamente aos expostos. As respostas para isto serão procuradas nas fontes que já apresentámos na Introdução⁴⁹.

De forma muito sucinta, podemos dizer que toda a atividade da Roda, não apenas para o período em que nos focamos, mas em toda a sua existência, revela uma intenção de melhorar o aparelho administrativo e o funcionamento da instituição. Sabendo que o funcionamento da instituição depende, em grande parte, se não mesmo totalmente, da existência de um sistema de informação que seja capaz de organizar toda a documentação produzida no contexto da sua atividade, quer estejamos a falar do ponto de vista administrativo e funcional da Roda, quer das informações relativas às crianças, a sua passagem pela instituição e a sua identidade. Como Coleborne e Stearns

⁴⁹ Quando falamos de uma perspectiva administrativa referindo-nos ao Livro I do Registo, estamos cientes que esta documentação não é, na sua totalidade, produzida pela própria administração da Casa da Roda, e que muitos destes registos são cópias de documentos de outros produtores. Quando utilizamos o termo administrativo neste trabalho não nos queremos apenas referir a fontes produzidas por membros da instituição, mas também a fontes que são valorizadas e às quais é dada uma importância por parte dessa dita administração para o funcionamento da Casa da Roda.

(2021, p. 96) defendem, a própria existência de um registo cuidado das informações pode ser vista, em si, como reflexo da existência de preocupação com estas crianças.

Consideremos o modo de intervir desta administração tendo em conta os assentos que encontramos no Livro de Registo. Nota-se, desde já, que num período anterior ao aqui focado, uma parte considerável dos assentos tratava questões de gestão económica da Roda, principalmente em momentos de conflito entre a Câmara e a Misericórdia, acerca de em quem recaíam as responsabilidades financeiras da instituição. Nos anos em análise, estes conflitos deixam de ocupar o lugar central nesta fonte, focando-se noutras questões que aqui sumariamos, ligadas à organização da instituição.

Um bom observatório foi o Motim da Companhia⁵⁰, ocorrido na cidade do Porto. A preocupação com os filhos inocentes do grupo considerável de pessoas condenadas leva a uma ação conjunta do monarca e da Misericórdia, relatada numa carta régia, datada de 21 de outubro de 1757⁵¹. Nela ordena-se que os filhos e netos dos condenados desta revolta, sendo inocentes, sejam cuidados e tratados, e que a Misericórdia se encarregue de os alimentar, criar e dar ofício, como se fossem enjeitados, demonstrando, ao mesmo tempo que condena, fortemente, os atos dos envolvidos no conflito, uma sensibilidade e preocupação com o destino destas crianças.

Um segundo indicador é a medida aplicada no sentido de garantir o anonimato daqueles que expõem as crianças e a manutenção do modelo assistencial providenciado pela Casa da Roda, longe de olhares vigilantes. Este é assegurado pelo Juiz do Crime da cidade do Porto⁵² (25 de maio de 1767), que manda cumprir a ordem para que não

⁵⁰ Este conflito responde à criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que causa grande desagrado na população, sendo um momento bastante violento e que vai ser repreendido de forma severa (Pinheiro et al., 2010, p. 289; Alves e Moreira, 2018, p. 335).

⁵¹ “Copia de hua Carta Regia feita a João Pacheco Pr^a Dezembg^r do Passo[...]”: ADP - Livro I do Registo fl.33- 33v.

⁵² “Registo de huma Ordem do Doutor Juiz do Crime desta Cidade que determina ao Juiz da Guadrilha do Bairro pertencente ao sítio onde está a Roda dos Expostos não abolete os Guardas chamadas da Policia junto a ella nem ainda se ponhao as mesmas em lugar que possam avistar, para que não impidem, nem atemorizem as pessoas que nella vão expor o Meninos”: ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 77-77v.

fossem aboletados guardas nas imediações da Roda, para não “impedir a que livremente sejam expostas as crianças pelas pefoas, que as conduzirem occultamente”.

Um outro indicador remete a 2 de julho de 1767⁵³, data de uma cópia de uma carta da Mesa da Misericórdia, dirigida ao provedor da Roda, informando este que os funcionários da Casa da Roda deveriam manter-se nos seus cargos. Por trás disto estava o cumprimento de uma carta régia, obrigatoriamente transcrita nos livros da administração. Este registo explica, em parte, o porquê de, entre julho de 1766 e dezembro de 1778, o cargo de provedor ter sido ocupado pelo mesmo indivíduo, Manoel de Moura e Castro (Alves, 2011, Anexo 3, pp. 4-9). Ainda relativamente aos funcionários desta instituição, em 1770, o mordomo, um dos vários funcionários que trabalham para a Roda, foi objeto de especial atenção, na sequência de irregularidades por parte de um destes funcionários (6 e 23 de maio de 1770⁵⁴), sendo estes substituídos pelos serventes, cujas identidades passaram a ser registadas nos Livros das Entradas e Termos das Amas.

Talvez a acima mencionada durabilidade em funções do provedor tenha dado coerência à observação de comportamentos indevidos, que terá resultado numa atenção redobrada sobre as amas internas da Roda, decorrente da elaboração do Regimento das Amas de 3 de julho de 1768⁵⁵, sobretudo como reação, principalmente, à falta de zelo que consideravam existir por parte das amas, “em ponto tao importante”⁵⁶ como a preservação da identidade dos expostos e o “gravifimo prejuízo, que se lhe pode rezultar”⁵⁷ caso estas informações se perdessem. Este documento introduz, então, um conjunto de novidades que pretendem controlar as amas internas, com a definição de regras de recrutamento e funcionamento organizacional, sendo

⁵³ “Copia e Registo da Carta da Mesa da Mizericordia, por ordem, digo, por onde ficou continuando nesta Admin^{am} da Roda o atual Provedor o Reverendo Doutor Manuel de Moraes Castro no seguinte anno”: ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 78-78v.

⁵⁴ “Copia e Registo de huma Conta q a Menza da Mizericordia deu a M R^{do} D^{or} Provedor da Real Caza dos Expostos Manule de Moura e Castro sobe a fugida do Mordomo da Roda e da Rezul^m q se tomou sobre [...]”: ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 86-88.

⁵⁵ “Registo de huma Resolução que tomou o M R^{do} Sr. D^{or} Provedor actual sobre o que hão de obsrvar as Amas no tempo do seu governo”: ADP - Livro I do Registo 1768, 81-85v.

⁵⁶ Regimento das Amas: ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 81.

⁵⁷ Regimento das Amas: ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 83v.

introduzida a figura da ama seca⁵⁸, enquanto elemento de controlo e vigilância no interior da instituição⁵⁹, sobre quem recaía a responsabilidade de produzir um documento identitário provisório, de modo a lidar com o problema das trocas de crianças.

Neste Regimento transparece a preocupação com os cuidados que são dados aos expostos, sendo que, para assegurar que “nunca as crianças não padeçam na falta das suas afistencias”⁶⁰, se regulamenta a forma como os expostos deveriam ser distribuídos por estas mulheres, não devendo, cada uma, em cada momento, ter a seu cargo mais de três crianças. Determina-se ainda que, face a um excedente de expostos dentro da casa da Roda, se deveriam mandar vir amas extranumerárias, o que, de facto, acontece em alguns momentos.

A urgência em bem tratar as crianças e as suas cuidadoras, parece afirmar-se ao acentuar-se a atenção privilegiada que se deveria dar a algum doente, criança ou ama, enviado para receber tratamento no Hospital Real da Cidade (3 de agosto de 1768⁶¹) e ainda o papel dos sangradores, que deveriam ir à casa da Roda sangrar os expostos doentes (23 de fevereiro de 1769⁶²). Note-se que esta proximidade também se traduz na construção do novo espaço da Casa da Roda, perto do novo Hospital Real de Santo António, para a qual a Roda contribui com uma soma de dinheiro (12 de julho de 1773⁶³). Assegurar os cuidados com a saúde e o tratamento das crianças em casos de doença

⁵⁸ Na verdade, reintroduzida, dado que neste mesmo registo se refere que anteriormente esta instituição já teria tido uma ama seca, nos seus primórdios, mas sem especificar a altura em que ocorreu nem as circunstâncias.

⁵⁹ Em anexo encontra-se a transcrição deste documento na sua totalidade, e nele pode-se ver, em maior detalhe, exatamente as questões que preocupam a administração e as medidas que são aplicadas com este Regimento.

⁶⁰ Regimento das Amas: ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 82v.

⁶¹ “Registo da Cópia de hum Edital que se mandou fixar na Casa do Despacho do Hospital Real desta Cidade, que ordena os irmãos mordomos do mesmo Hospital dem logo à execução qualquer bilhete do Irmão Provedor da Roda para nelle serem recolhidos es enfermos da Administração da dita Roda”: ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 79-79v.

⁶² “Cópia e Registo de outro edital que manda os Sangradores do Hospital Real vão Sangrar a Caza da Roda es expostos della”: ADP - Livro I do Registo 1768, fl.80.

⁶³ “Cópia do Registo da carta da Meza da Mizericórdia por onde se determinou q a Admin^{am} da Roda concoresse com quatro centos mil annuaes p^a a dspeza da obra das Cazas da mesma que atualmente se estão fazendo no sitio do Hospital”: ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 89-89v; “Registo do Conhecimento em forma da quantia retro”: ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 90-90v.

torna-se preocupação central. Os Livros de Despesa da Roda são também testemunho desta preocupação de curar, com verbas pagas destinadas a despesas médicas e tratamentos da botica.

Um outro indicador é o da relação da Roda com o exterior, que ganha corpo e assume um papel simbólico. Em 23 de fevereiro de 1769⁶⁴, determina-se que, em domingos e dias santos, deveriam ser abertas as portas da Casa da Roda para que as amas, acompanhadas dos expostos maiores de sete anos de idade, pudessem sair para assistir à missa, vincando a formação cristã, crucial no bem-estar espiritual, além do bem-estar físico. Se acrescentarmos a cerimónia e Festa dos Inocentes, já referida, a Roda vem à rua e ganha visibilidade externa, na cidade.

Finalmente, a preocupação com o futuro das crianças acima dos sete anos parece estar nos horizontes, sendo que surge a transcrição de uma série de recomendações do monarca, datadas de 31 de janeiro de 1775⁶⁵, que pretendiam orientar o modo como se deveria proceder com os expostos após o fim do período de tutela da Roda, existindo um claro foco em assegurar a autossuficiência e independência destas crianças no seu futuro.

3.2. Quantos eram os expostos? Uma avaliação global

Apesar de, neste trabalho, não nos ser possível tratar a totalidade da informação ao longo dos 22 anos delimitados, como justificámos na introdução, parece importante considerar uma visão geral da evolução do número de expostos. Esta avaliação foi possível com os dados que a própria Roda produz a partir de um pequeno sumário que

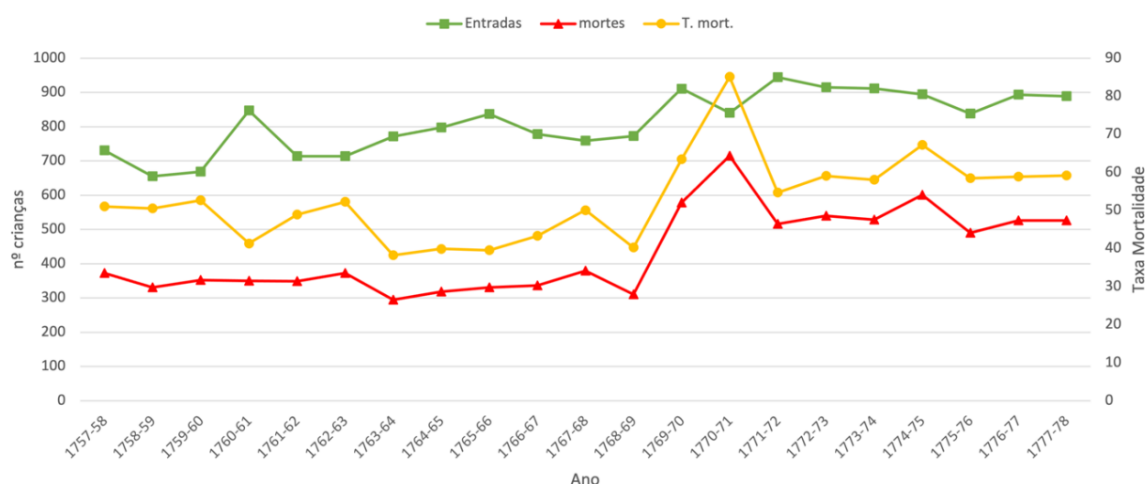
⁶⁴ “Copia e Registo de hum Edital p^a que se abra a porta de carro e dê noticia as Amas da Roda q^{do} os Reverendos Padres Capelaes do Hospital Real dicerem Missa p^a que aquellas a vão ouvir, e os Expostos de sete annos”: ADP - Livro I do Registo 1768, fls. 80v.

⁶⁵ “Copia dos §.os da lei de 1775 que S Mag^e mandou que se havia de practicar com os expostos da cidade de sete annos da cidade de Lisboa”: ADP - Livro I do Registo 1768, fl.94-97v.

consta no final de cada ano económico, nos Livros de Entrada, no qual se encontra o número de entradas e de mortes dos expostos⁶⁶.

Na Figura 1, torna-se evidente o crescimento anual do número de crianças que são expostas, assim como as que morrem⁶⁷. Destacam-se alguns anos de aumento mais considerável de óbitos, como é o caso de 1760-61, onde se dá o maior aumento deste período, de quase 200 crianças, em comparação com o ano anterior, e o ano de 1769-70, que, depois de uma ligeira descida, no ano seguinte volta a aumentar, em 1771-72, para depois se manter nos quase 60%, muito superior à taxa entre os 40 e os 50% das décadas de 50-60.

Figura 1- Registo anual de expostos, óbitos e taxa de mortalidade na Casa da Roda entre 1757-58 e 1777-78



Fonte: ADP- Livros de Entrada⁶⁸

⁶⁶ Nos anos anteriores a 1767-68, estas informações são um pouco mais detalhadas, sendo que nos anos seguintes são eliminados alguns aspetos destes registos. Apesar de existirem outras informações, daqui retiramos apenas o número de crianças que deram entrada na Roda e os que faleceram, por serem valores que aparecem sempre nestes registos.

⁶⁷ Quando aqui nos referimos às mortes consideramos tanto as que acontecem quando estas crianças se encontram na Roda, bem como as crianças que são deixadas mortas na instituição. Estamos cientes que não tratamos a taxa de mortalidade dentro da Roda verdadeiramente, mas dada a impossibilidade de considerar a volumosa quantidade de informação para realizar tais cálculos, decidimos optar por este método de calcular a taxa de mortalidade.

⁶⁸ Estas informações encontram-se nos Livros de Entradas, por ordem cronológica, livro 17 fls. 95, 238 e 412, livro 18 fls. 65v, 285v, 549, livro 19 fls. 160, 352, 642-642v, livro 20 fls. 343v-344, livro 21 fls. 322-322v,

A mortalidade possui sempre valores bastante elevados, e, de um modo geral, na maioria dos anos, mais de metade das crianças acaba por falecer. Na primeira metade do período em análise, deparamo-nos com valores mais reduzidos da taxa de mortalidade, que pouco ultrapassam os 50%, destacando-se os anos de 1763-64 até 1765-66 em que estes valores são consideravelmente reduzidos, situando-se nos 38% e 39%. Já a segunda metade deste período é marcada por taxas de mortalidade mais elevadas, que começam a sua ascensão no ano de 1768-69, atingindo um pico no ano de 1770-71, em que a morte acaba por ceifar 85% das crianças que entram na instituição.

3.3. Movimento e características das entradas

Dentro do total de crianças pelas quais a Roda assume responsabilidade, existe uma distinção entre as que eram realmente expostas e aquelas que davam entrada na instituição apenas para serem lactadas, quando as mães, por não terem leite, por doença ou morte, não existindo a capacidade de pagar a uma ama de leite, recorrem à instituição, que se encarrega de entregar estas crianças a uma ama, assumindo os custos de criação, sendo que o número de situações deste tipo é reduzido.

Dado que, neste trabalho, pretendemos focar os casos das crianças que são, de facto, expostas, na análise que iremos fazer adiante, não incluímos as crianças que entram na Roda apenas para lactar, dado que os seus contextos familiares e motivações para recorrerem a esta instituição são distintos. Seja como for, o seu número (Tabela 1) não é, quantitativamente, significativo, mas qualitativamente poderá ser importante analisar em trabalhos futuros.

livro 22, fls. 279v-280, livro 23, fls. 313v-314, livro 24, fls. 236v-237, livro 25, fls. 223-223v, livro 26, fls. 222v-223, livro 27, fls. 255v-256, livro 28, fls. 224-224v, livro 29, fls. 250-250v, livro 30, fls. 249-249v, livro 31 fls. 265-265v.

Tabela 1- Total das entradas na Casa da Roda, com distinção entre expostos e crianças para lactar

Anos	Expostos	Para Lactar	Total dos Registos
1757-58	109	5	114
1767-68	126	11	137
1768-69	126	5	131
1778-79	155	4	159

Fonte: Registos de Entrada: ADP - Livros de Entrada 16, 17, 20, 21, 22, 31 e 32.

Seguindo as tendências de evolução gerais das entradas de expostos na Casa da Roda, ao longo dos anos em que trabalhamos, verificamos a presença de um contínuo e gradual aumento no número de crianças que deram entrada na instituição. Os resultados de uma análise fina, ao pormenor da hora de entrada, permitem enquadrar este momento. A maioria destas crianças era deixada na Casa da Roda por volta do anoitecer e nas primeiras horas da noite, sendo que as horas de mais atividade de entradas se encontram entre as 18 horas e as 23 horas, para todos os anos em estudo. Seguidamente, são frequentes, ainda que com um peso mais reduzido, entradas durante a madrugada e as primeiras horas do dia, antes do amanhecer, sendo que o ano de 1778-79 se destaca por possuir uma maior percentagem de pessoas que se dirigem à instituição durante a meia-noite e as 5 horas da manhã. Ocasionalmente, com uma representatividade reduzida, existem entradas que acontecem durante o dia.

Para os anos em estudo, deparamo-nos com dois casos nos quais as crianças passam pela casa da Roda uma segunda vez, curiosamente, dois meninos que têm em comum o nome; Luiz. Um destes casos encontra-se no ano de 1758 e refere-se a uma criança que terá dado entrada pela primeira vez no ano de 1756⁶⁹, já o segundo

⁶⁹ Luiz entra na Roda, pela primeira vez, a 27 de setembro de 1756. Três dias depois, Apolónia Pereira, parteira, sabendo quem eram os pais, faz o pagamento dos gastos com a criação, e leva-o para entregar aos pais. A 31 de janeiro de 1758, com dois anos de idade, o menino volta a entrar na Roda, com o nome de João. Na margem do primeiro registo dizem-nos que este teria sido furtado da ama, Conceição de Jezus,

corresponde a uma criança que é deixada morta na Roda, apenas dois dias após a sua primeira entrada, em 1779⁷⁰.

Existem situações em que não é deixada apenas uma criança na Roda, mas um par de irmãos. Para este corte temporal verificam-se dois pares de gémeos em 1757-58 e um par de gémeos em 1768-69 e outro em 1778-79.

3.4. Caracterização das crianças

No que se prende com a distribuição por sexo das crianças expostas na Roda do Porto (Tabela 2), não existe uma grande disparidade, sendo que com um valor um pouco mais elevado surgem os meninos, com exceção do ano de 1767-68, em que existem mais meninas. Apesar de alguns autores sugerirem que a exposição de meninas tende a ser superior à de meninos, pelos encargos adicionais que estas tendem a representar, exigindo um dote quando saem das casas para casar ou para se juntarem a uma ordem religiosa, isto não se verifica para os períodos aqui analisados.

Tabela 2- Distribuição dos Expostos por Sexo

Anos	Meninos	Meninas
1757-58	56	52
1767-68	62	64
1768-69	67	59
1778-79	88	67

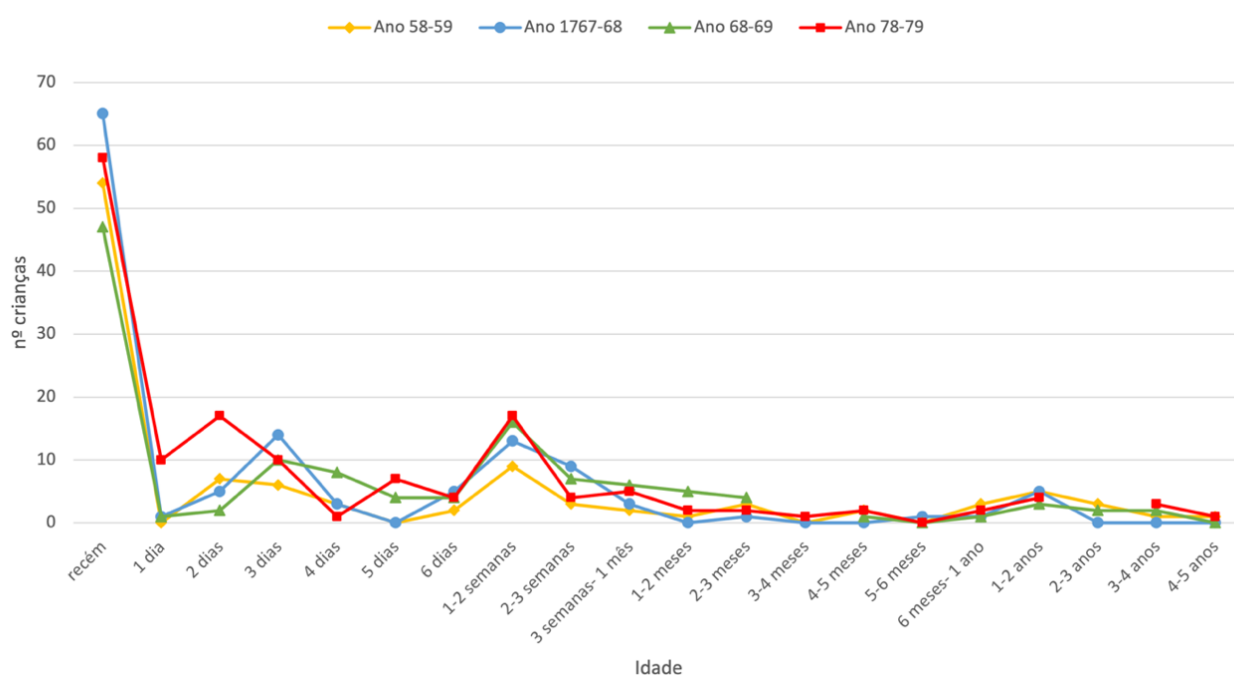
Fonte: Registos de Entrada: ADP - Livros de Entrada 16, 17, 20, 21, 22, 31 e 32.

a quem os pais tinham entregue para criar, em Vila Nova de Gaia. A 8 de julho de 1759, a sua mãe, Maria Felizarda, solteira, procura-o, procedendo ao pagamento das despesas da criação (ADP - Livro 16 das Entradas 1755, fl.234; ADP - Livro 17 das Entradas 1757, fl. 26; ADP - Livro 44 das Saídas 1755, fl. 402v).

⁷⁰Em 24 de janeiro de 1779, Luiz entra na Roda pela primeira vez, sendo, no dia seguinte, procurado pela mãe. Dois dias depois volta a entrar na Roda, desta vez, morto: ADP - Livro 32 das Entradas 1779, fls. 26 e 28.

A idade das crianças no momento de entrada na Roda mantém-se relativamente estável em todos os períodos em análise, seguindo, com ligeiras variações, o mesmo padrão (Figura 2). A maioria das entradas na instituição é de crianças recém-nascidas, algumas com meras horas de vida, outras já com alguns dias. Deparamo-nos, ainda, com alguns bebés que dão entrada um pouco mais tarde, quando já têm algumas semanas de idade, mas isto acontece com menor frequência. Conforme a idade destas crianças avança, menos casos se verificam, sendo pouco frequente a presença de expostos com mais de alguns meses.

Figura 2- Idade dos expostos quando entram na Casa da Roda do Porto⁷¹



Fonte: Registos de Entrada: ADP - Livros de Entrada 16, 17, 20, 21, 22, 31 e 32.

O elevado número de expostos recém-nascidos que entra na Roda diz-nos que estes nasceram perto da cidade, no máximo, a algumas horas de distância do centro do

⁷¹ A estes valores adicionam-se quatro no de 1757-58 e um no ano de 1778-79 sobre os quais não existe informação, e três em 1768-69 e quatro em 1778-79 de crianças que dão entrada na Roda *sem tempo ordinário*.

Porto. Por outro lado, e sabendo que algumas das crianças que entram na Roda não têm origem no espaço portuense, podemos assumir que, alguns dos expostos entram mais tarde porque têm de ser transportados até à cidade, o que, dependendo do ponto de origem, poderia ser um trajeto mais ou menos demorado, ou terem algumas ficado com os seus pais durante um período mais prolongado do que outras.

As descrições físicas destas crianças são raras e, quando surgem, tendem a ser de dois tipos: a descrição da cor da pele ou a descrição de alguma deficiência ou particularidade física. Estas surgem tantos nos bilhetes como nos registos de entrada, quando são características evidentes, como a cor da pele, em alguns casos, ou uma deficiência física mais notável, mas podem também surgir mais tarde, ao longo do registo de saída do exposto, por vezes quando a cor da pele se torna mais evidente ou algum outro problema físico, ou de foro psicológico se revela.

No que diz respeito à cor da pele, em 1757-58, quatro crianças são descritas como sendo *mulatas* e, em 1767-68, encontramos apenas uma criança com esta descrição, sendo que no ano seguinte voltamos a deparar-nos com 4 crianças *mulatas*. Em 1778-79 os termos sofrem uma alteração, surgindo duas crianças descritas como *pardas* e duas como *pretas*.

No que diz respeito a particularidades físicas, nos anos de 1767-68, 1768-69 e 1778-79 existem menções a crianças que possuem alguma deficiência, sendo estas, respetivamente, um menino que é “aleijado de ambos os pes”⁷², uma menina com o “dedo minimo da mão esquerda defetuoso”⁷³ e uma que “tem falta de vista”⁷⁴.

Pela sua excecionalidade, parece pertinente apresentar aqui o único bilhete, para o período em consideração, que nos oferece uma descrição física de uma menina exposta na Roda, já com idade mais avançada, Joaquina: “Em 6 de Julho de 1778 se pos huã Menina q se chama Joaquina tem de idade quatro annos, cabelo louro, olhos

⁷² Registo de entrada de Gregorio Francisco, 4 de janeiro de 1768: ADP - Livro 21 das Entradas 1767, fl. 115.

⁷³ Registo de entrada de Izabel, 3 de julho de 1768: ADP - Livro 21 das Entradas 1767, fl. 324v.

⁷⁴ Registo de Saída de Rita, em margem de registos correspondentes ao ano de 1784: ADP - Saídas 76, fl. 70.

castanhos, cara redonda e branca, miúda das feições, levemente brancacento[...]"⁷⁵. A par deste, pode-se também mencionar um outro bilhete, de duas meninas gémeas, que recorre a aspetos físicos para as distinguir: "Estas raparigas são ambas irmaas, e vao batizadas por mim, e huma a mais gorda he Anna, e a outra he Maria, que foram ambas batizadas por mim o que posso jurar sendo necefario"⁷⁶

A presença de adjetivos como estes últimos, que nos revelam o estado físico da criança, surge ao longo dos registos de saída enquanto elementos que descrevem como as crianças saem da Roda, ou como se encontram quando, ao fim de três meses, se verifica o estado da sua criação pelas amas. Encontramos, então, expressões como *vai gordinho* ou está *magrinha* ao longo destes registos.

Todas as crianças que entram na Roda recebem um nome e mais de metade destas é batizada com um nome que é atribuído pelos pais, e dito através dos bilhetes escritos ou oralmente, aos funcionários da Roda, que respeitam este desejo e o mantêm⁷⁷. No ano de 1758-59, 59% das crianças possuem um nome atribuído pelos seus parentes. Uma década mais tarde, este valor sobe para 67%, sofrendo uma ligeira descida no ano seguinte, para 60%. O ano de 1778-79 possui a percentagem mais reduzida, sendo que os valores descem para 45%.

Vale a pena mencionar que, as crianças que dão entrada na Casa da Roda já mortas, para todos os períodos temporais aqui explorados, nenhuma delas surge acompanhada de um nome. Se, para algumas destas crianças, por falecerem enquanto recém-nascidas, ou mesmo *sem o tempo ordinário*, se possa presumir que, talvez, nunca lhes terá sido atribuído um nome, noutros casos sabemos que estas crianças teriam um nome, pois possuem já vários anos de idade. De qualquer modo, não parece importante para aqueles que deixam estas crianças já falecidas na Roda informar a administração dos nomes que estas crianças tinham recebido ou lhes atribuir um.

⁷⁵ Registo de Entrada de Joaquina, de 10 de julho de 1778: ADP - Livro 31 das Entradas 1778, fl. 279v-280.

⁷⁶ Registo de Entrada de Ana, de 14 de julho de 1768: ADP - Livro 21 das Entradas 1767, fl. 337-337v.

⁷⁷ Esta realidade, noutras instituições, como o *Foundling Hospital* de Londres, não se verifica, sendo que mesmo em situações onde as crianças tinham já recebido um nome, este é alterado (Berry, 2019, p. 49).

3.5. Marcadores identitários - bilhetes, enxovais e sinais

Um dos elementos que possuem um papel central no contexto da exposição na Roda são os bilhetes e objetos com os quais estas crianças são deixadas, servindo como elementos identificadores deixados por quem os entrega.

O trabalho que Maria Reis (2016) desenvolveu em torno dos enxovais e bilhetes de expostos da Roda de Lisboa, com a sua análise minuciosa dos diversos detalhes destes elementos, seria o nível de profundidade que desejaríamos aplicar aqui. No entanto, este tipo de análise, considerando que possuímos como foco principal as questões emocionais, não responde, propriamente, ao projeto proposto. Por isso, optamos por fazer uma caracterização destes elementos de modo mais simples, aprofundando apenas detalhes que sejam relevantes para os nossos objetivos.

Os bilhetes deixados com as crianças são uma visão, na maioria dos casos, muito turva das realidades familiares dos grupos de origem destes expostos. Já o dissemos, estes escritos possuem também uma função identitária, que deriva dos conteúdos particulares neles mencionados.

Consideramos aqueles que são, de facto, bilhetes escritos, mais ou menos complexos, com mais ou menos informação, e os bilhetes orais, informações que são passadas pelas pessoas que deixam a criança na Roda às amas de forma oral, e que, pela sua natureza, tendem a ser muito mais simples. Como podemos observar na Tabela 3, uma parte considerável destas crianças, mais de metade, é acompanhada de algum tipo de bilhete, sendo, claramente, predominante a presença das mensagens escritas sobre as orais que, aliás, diminuem ao longo deste período a sua representatividade.

A evolução destes valores ao longo do tempo é curiosa. Nos anos de 1767-68 e 1768-69, a percentagem de bilhetes é superior, parecendo existir um aumento desde os finais dos anos 50, que é seguido de uma diminuição nos finais de 70. Ainda que, dentro de cada período, existam variações, e nos deparemos com escritos que são mais complexos e ricos em detalhes, e outros mais simples e diretos, ao ler estes documentos, somos capazes de identificar uma certa estrutura estereotipada, sendo comum a referência aos mesmos tipos de informação, organizada de forma similar. Tal

formulação pode ser interpretada como uma intenção, por parte dos produtores, de corresponder ao que consideram serem as expectativas da administração da Roda para estas notas. Não se desviando do padrão, os produtores estariam a assegurar uma boa receção e que a informação transmitida seria apreendida, sem qualquer problema. Evidentemente, o motivo que parece estar na base da existência de bilhetes tão similares é a existência de um conjunto de informações, comum a todos os indivíduos, que é essencial mencionar quando se escreve um bilhete, como é o caso do nome ou da situação do batismo. Por outro lado, como sugere Maria Reis (2016, p. 5), a existência deste modelo padronizado pode, também, ser um reflexo da vulgaridade e banalidade desta ação.

Tabela 3- Presença e tipologia de bilhetes, em percentagem

Anos	Bilhetes Escritos	Bilhetes Orais	Total Escritos + Orais	Sem Bilhete
1757-58	41.3	15.6	56.9	43.1
1767-68	55.6	15.9	71.5	28.5
1768-69	54	13.5	67.5	32.5
1778-79	49	3.9	52.9	47.1

Fonte: Registos de Entrada: ADP - Livros de Entrada 16, 17, 20, 21, 22, 31 e 32.

Estamos perante cinco tipos de informação que, independentemente do período, surgem repetidamente e com mais frequência nestes bilhetes: o nome que se quer que seja atribuído à criança, a sua idade ou data de nascimento, o batismo, descrições do enxoval e de sinais e manifestações da intenção de procurar a criança. A par destas, que ocupam um lugar central, esporadicamente e com uma representatividade muito mais reduzida, encontramos algumas informações adicionais, assim como pedidos que concernem à criação das crianças.

Acima de qualquer outra, o nome que os pais pretendem que seja atribuído à criança é a informação que se encontra em quase todos os bilhetes ou constitui as mensagens que são passadas oralmente para o interior da Roda, sobrepondo-se a qualquer outra informação, em todos os períodos. A presença desta informação parece diminuir com o passar dos anos, sendo que em 1757-58 e em 1767-68, os valores são ligeiramente mais elevados, de 92% e 93%, e nos anos seguintes diminuem para 88% e 86%, em 1768-69 e 1778-79, respetivamente, sendo que entre 1767-68 e 1768-69 se dá a maior quebra. Sendo raros os bilhetes que não mencionam o nome, aludimos ao aspeto anteriormente já tocado, o facto de nenhuma das crianças que dá entrada morta trazer consigo um nome. Na maioria dos casos em que existe um bilhete em que não é mencionado o nome, estes pertencem a crianças que deram entrada já falecidas⁷⁸.

De seguida, a informação que surge com mais frequência são as ricas e detalhadas descrições das peças de enxoval e dos sinais, sendo este um tipo de informação que, pela sua complexidade e minúcia, nunca é deixado oralmente por quem expõe a criança na Casa da Roda. No ano de 1758-59, 51% dos bilhetes possuíam estas descrições, 10 anos depois, este valor sofre um aumento, para 64%, voltando a decrescer no ano seguinte, em 1768-69, e descendo ligeiramente, para 56%, no ano de 1778-79.

Para uma parte considerável dos produtores destes escritos, informações relativas ao batismo são importantes. Os bilhetes dizem-nos que as crianças entram na Roda tendo já recebido os santos óleos, noutros, tendo recebido o batismo em casa, de acordo com o expectável de uma sociedade católica. No entanto, a menos que existisse prova concreta, o batismo era administrado *sub condicione* a todas as crianças que entravam na Roda⁷⁹. A percentagem dos casos em que esta informação surge de forma

⁷⁸ Em 1758-59, dos cinco bilhetes sem esta informação, quatro deles estão associados a crianças que foram deixadas mortas na instituição, em 1768-69 a totalidade dos bilhetes sem esta informação, seis acompanham crianças falecidas, em 1768-69 quatro de um total de dez e em 1778-79, cinco de um total de onze.

⁷⁹ No que diz respeito aos casos onde não é mencionado nenhum tipo de informação relativa ao batismo, podemos considerar que, estando cientes de que todas as crianças que entravam na instituição recebiam o batismo *sub condicione*, quem escreve estes bilhetes ou deixa estas crianças se encontrava assegurada de que estas crianças indubitavelmente o iriam receber.

explícita⁸⁰ varia ao longo dos anos, sendo quase metade em 1757-58, 49%, em 1767-68, com uma redução para 44%, para no ano seguinte ter uma subida para os 53%, valor que se verifica, também, em 1778-79.

A referência a este sacramento é uma das duas únicas informações que são transmitidas através dos bilhetes orais. Aqui, parece prudente voltar, de novo, a tocar na questão das crianças que são deixadas sem vida, onde esta informação é comum. Considerando que o objetivo de deixar uma criança já falecida na Roda seria receber um funeral gratuito, e que o enterro em espaço sagrado era apenas concedido a crianças que tivessem sido batizadas, ou, pelo menos, exempladas, compreende-se a importância de mencionar este tipo de informação nestas situações⁸¹.

Com uma representatividade mais reduzida, encontramos referências à idade, ou à data de nascimento das crianças, em alguns casos com o detalhe adicional da hora em que vieram ao mundo. A presença desta informação pode, tal como o nome, servir como um outro aspeto singular, usado como elemento de identificação. Esta informação encontra-se presente em 27% dos registos nos anos de 1757-58 e 1767-68, com um aumento de um ponto percentual em 1768-69, e, em 1778-79, sofre um decréscimo para apenas 20%.

Em cerca de um terço dos bilhetes, os seus autores referem a intenção de, em algum momento no futuro, procurarem e retomarem estas crianças. A presença deste desejo, ou promessa, aumenta gradualmente ao longo do tempo, sendo que surgem em 30%, 32%, 36% e 39% dos bilhetes, por ordem cronológica das datas focadas neste trabalho. A par disto, mas com uma representatividade residual, encontramos alguns

⁸⁰ Quando consideramos a possibilidade de existirem pedidos de batismo que não são feitos de forma direta referimo-nos aos pedidos para que seja atribuído um nome a uma criança uma vez que podemos argumentar que ao pedir para atribuir um nome, indiretamente, os parentes poderiam estar a pedir que fosse dado este sacramento à criança. Não obstante esta possibilidade, aqui apenas temos em conta os casos em que o pedido é expresso de forma direta.

⁸¹ Das crianças falecidas que dão entrada na Roda, apenas as que viessem acompanhadas de informação que tinham sido exempladas, ou batizadas, sem necessidade de ser comprovado por um pároco, ou aquelas que tivessem uma idade mais avançada, e que, por isso, quase de certeza tinham recebido o sacramento, são enterradas no cemitério. As restantes crianças, não existindo evidência alguma de que tivessem recebido o batismo, estavam destinadas a um enterro mais profano, na Casa da Lenha ou, num período posterior, no Quintal do Hospital.

bilhetes que mencionam a intenção de pagar os gastos que a instituição tem com a criação das crianças.

Em alguns destes bilhetes, os cuidados que seriam dados a estas crianças aparecem como uma preocupação, tipicamente em forma de pedido para que esta criança se *mande criar*, que se *trate bem*, que se dê *boa criação* ou *bom tratamento*. Estes pedidos aparecem esporadicamente, estando presentes em apenas 10% no ano de 1757-58, descendo para 5% em 1767-68, seguido de uma ligeira subida em 1768-69 para 8%, e, por fim, no ano de 1778-79, surgindo em 6% dos casos.

A par destes pedidos mais gerais, encontramos ainda pedidos relativos às amas que criam estes expostos, para que estas sejam *boas*, *capazes*, *limpas*, de *bom provimento* e de *sangue limpo*. A presença destes pedidos tem uma evolução distinta dos pedidos mais gerais que vimos acima, sendo que estão presentes numa proporção mais reduzida, de 5% e 3% em 1757-58 e em 1778-79, havendo um maior valor de 10% e 9% nos anos de 1767-68 e de 1768-69, respetivamente.

Existem ainda alguns outros tipos de pedidos, também raros. O de maior representatividade é o pedido para que seja feito o registo da criança ou para que se guarde o escrito ou sinais, que aparece em percentagens similares em todos os anos, exceto em 1778-79, quando não existe nenhuma menção nos bilhetes selecionados. Com muito menos frequência temos os pedidos para que as crianças não sejam trocadas e para que se saiba para onde estas são enviadas. Este aspeto, da não troca, aponta para a promessa de um retorno, de uma devolução do seu/sua filho/a.

Ao longo da leitura dos bilhetes, tornou-se evidente um conjunto de expressões às quais podemos associar uma carga emocional particular, ainda que muito esporádica na totalidade dos escritos. Primeiramente, destacamos expressões com um pendor religioso, que podemos considerar como possuindo algum peso, tendo em conta o contexto da época. As primeiras expressões que destacamos são aquelas referentes a Deus, de um modo geral, e na forma particular de *amor de Deos*. Da totalidade dos bilhetes analisados, estas surgem sete vezes, duas em 1757-58, uma para o ano de 1767-68 e para 1768-69, aumentando para três em 1778-79. A par destas surge a sigla *JMJ*,

invocação da Sagrada Família de Nazaré, Joze, Maria, Jezus, que tipicamente surge no início dos escritos. Esta aparece num total de seis vezes, duas em 1757-58, uma em 1768-69 e três em 1778-79.

A palavra *caridade* surge uma vez em 1755-59, duas em 1767-68 e três em 1778-79. Consultando um dicionário da época para compreendermos o entendimento desta, deparamo-nos com uma única e simples definição: amor⁸². A presença da palavra amor na documentação é muito rara, mas quando esta aparece, surge sempre no contexto da expressão *amor de Deos*. Isto poderá evidenciar um padrão rotineiro, habitual, mas não temos informação suficiente para sustentar tal ideia⁸³.

No que diz respeito às motivações que levam os familiares a recorrer à Roda, estes bilhetes tendem a não dar satisfações, salvo raras exceções. Em 1767-68 deparamo-nos com um caso que alude à ilegitimidade, com a presença de uma criança natural. Evidência adicional de que esta realidade se encontra presente é encontrada na informação dos pais no momento em que estes procuram os seus filhos. Como veremos, uma proporção considerável são as mães, maioritariamente mulheres solteiras⁸⁴.

A questão da pobreza surge mencionada duas vezes em 1767-68 e uma vez nos anos de 1768-69 e 1778-79. Esta realidade é suportada quando as crianças são retomadas e se apresentam certificados de pobreza que dispensam o pagamento dos gastos da criação destes expostos, bem como pelas descrições dos enxovais, raramente descritos como novos, e em algumas instâncias surgem descritos como velhos.

Deparamo-nos com casos em que as mães destas crianças adoecem ou morrem, sendo que esta razão surge três vezes, duas em 1767-68 e uma em 1778-79. A falta de

⁸² Entrada de Caridade - Dicionario da Língua Portuguesa composta pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa. 1789, p. 235.

⁸³ Aqui, quando falamos de amor, temos em conta o entendimento da época desta ideia, cujos contornos não reconhecemos totalmente.

⁸⁴ Apesar de, nestes casos, não termos informação que nos aponte para o estado matrimonial do pai, para que seja possível determinar se estas crianças são, de facto, ilegítimas, sabemos que estamos perante, pelo menos, filhos naturais.

leite para amamentar é outra razão para entregar a criança, realidade mencionada uma vez em 1758-59⁸⁵.

Destacamos, ainda, duas situações particulares em que as mães das crianças, quando as procuram, informam a administração que não consentiram a exposição ou foram informadas já depois do ato, uma delas em julho de 1768 e a outra em janeiro de 1779: “Logo no seguinte dia [...] veio a esta Administração Anna Maria parda [...] dizendo que o dito menino era seu filho e lho tinham exposto contra sua vontade [...]”⁸⁶.

Por fim, temos outras motivações, tipicamente mais vagas e que não nos deixam compreender exatamente as causas, que surgem duas vezes em 1767-68 e uma vez em 1768-69 e 1778-79⁸⁷.

De uma forma geral, estes são os conteúdos que mais marcam os bilhetes que são deixados com estas crianças, nos períodos temporais que aqui delimitamos. Adiante iremos refletir mais aprofundadamente acerca dos possíveis significados destes, bem como ter em conta alguns outros aspetos destas notas.

A necessidade de assegurar que, no futuro, seria possível identificar uma criança leva a serem usados sinais. Estes surgem de diversas formas, podendo ser objetos físicos que distinguem a criança, peças que fazem parte do enxoval, os próprios bilhetes que muitas destas crianças trazem, mas também informações que são associadas a um exposto, como o nome ou a data de nascimento.

Os enxovais deixados com os expostos variam na dimensão e quantidade de peças que se encontram presentes. Algumas crianças trazem consigo um conjunto de peças reduzido, e peças mais básicas, como camisas ou cueiros, enquanto outras

⁸⁵ Nestes casos, pode-se colocar a questão do porquê de não recorrer, como alguns o fazem, à Roda apenas para lactar as crianças. Poderá ser uma questão de não estarem numa situação económica suficientemente precária para receberem um certificado de pobreza para que estas crianças sejam amamentadas de forma gratuita? Ou serão estas justificações fabricações usadas para gerar compaixão nos leitores destes bilhetes?

⁸⁶ Registo de Luis: ADP - Livro 32 das Entradas 1779, fl. 20

⁸⁷ Aqui referimo-nos a justificações como a que encontramos no bilhete de Custodia Dionizia do Nascimento, “por sua Mãe a não poder creae por justa cauza” (ADP - Livro 21 das Entradas 1767, fl. 125), ou caso da menina Anna Maria dos Anjos, onde o seu escrito nos informa de que “vai a engeitarse por necefi^e grave” (ADP - Livro 20 das Entradas 1766, fl. 363v-364).

possuem um enxoval com um maior número de peças, e com maior variedade dentro destas. Salienta-se que, apesar destas variações, nos casos por nós examinados, nenhuma criança é deixada na Roda nua ou sem algum tipo de resguardo, mesmo que seja apenas uma camisa ou um pano velho a cobri-las.

Ainda que a maioria das descrições não faça menção, em alguns casos, é referido o estado em que estas peças se encontram, quer seja por parte de quem faz o registo de entrada da criança, quer descrito nos próprios bilhetes, remetendo-se, principalmente, à caracterização de peças de roupa e têxteis. Com menor frequência, quase nunca, surgem menções de peças novas. Mais frequentemente, existiam peças descritas como velhas, usadas ou remendadas. Se os extremos são descritos, nova/velha, as restantes, não descritas, poderiam corresponder a um estado expectável, face à obrigatória necessidade de prolongar a vida destes têxteis⁸⁸.

Tabela 4- Tipologia dos elementos que constituem o enxoval e sinais deixados com os expostos e a sua presença em percentagem

Anos	Roupas	Têxteis	Objetos espirituais
1757-58	89	76	32
1767-68	94	85	35
1768-69	96	91	27
1778-79	92	74	15

Fonte: Registos de Entrada: ADP - Livros de Entrada 16, 17, 20, 21, 22, 31 e 32.

As peças que aparecem em maior quantidade são peças de uso quotidiano, como a roupa, com destaque para a presença de camisas em quase todas as crianças, e

⁸⁸ A maioria dos objetos deixados com estas crianças, não tendo nenhum elemento descritivo, provavelmente seriam peças que se enquadrariam numa ideia de normal, não merecedoras de destacar o seu estado de conservação, não sendo, provavelmente, novas, tendo tido uma vida anterior, mas que ainda não chegam ao ponto de serem consideradas velhas.

elementos têxteis, que incluem pedaços de tecido e fitas, que poderiam ser usados para a produção de vestuário posteriormente, assim como, com uma função menos prática, pequenos bocados de fitas e fios, cujo objetivo seria de servirem como elementos identificadores. Ainda que os valores relativos à presença de roupas e têxteis se mantenham relativamente estáveis ao longo do tempo, nos anos de 1767-68 e 1768-69, nota-se uma ligeira predominância percentual.

Verificamos a presença de um conjunto de elementos com uma conotação espiritual e religiosa, como é o caso de verónicas, rosários, medalhas ou figas, cuja presença tende a diminuir com o passar dos anos. Aqui, estamos perante um conjunto de objetos que, por um lado, podem servir como identificadores dos expostos, mas que traduzem uma carga emocional e espiritual associada.

3.6. Crescer na Roda

Chegados aos sete anos de idade, os expostos passariam para a responsabilidade do Juiz dos Órfãos e iniciariam a aprendizagem de um ofício. No entanto, nem todas as crianças chegam a este ponto, e a sua passagem por esta instituição termina noutros momentos e por outros motivos. As cinco categorias, representadas na Tabela 5, correspondem a destinos diferentes, embora seja uma realidade mais complexa. Ou seja, não são exclusivas. Por exemplo, casos em que estas crianças são procuradas após a morte ou depois de atingirem os sete anos⁸⁹.

⁸⁹ Neste momento, iremos considerar o primeiro acontecimento que termina a responsabilidade por parte da Roda, por exemplo, se a criança morreu e só depois foi procurada pelos parentes, está classificada na categoria de morte. Adiante, quando tratamos cada um destes casos em particular, iremos aplicar outro método de análise, que considera cada acontecimento individualmente, sendo que, pegando no exemplo anterior, iremos considerar tanto a morte como a procura pelos pais como momentos individuais, que não se excluem. Por este motivo, se compararmos os valores em ambos os momentos, na análise individual dos modos de terminar a tutela existe uma disparidade, surgindo um total de casos superior às crianças existentes.

Tabela 5- O percurso de crianças deixadas na Roda até aos 7 anos, em percentagem

Anos	Procuradas	Atingem os 7 anos	Morem na Roda	Deixadas mortas	Adoção
1757-58	9,3	9,3	46,7	15	19,6
1767-68	9,7	30,6	53,2	6,5	0
1768-69	9,5	29,4	54	7,1	0
1778-79	9,2	19,1	59,9	11,8	0

Fonte: Registos de Entrada: ADP - Livros de Entrada 16, 17, 20, 21, 22, 31 e 32; Registos de Saída: ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

Para os quatro períodos aqui em observação, o número de crianças que, de facto, atinge os sete anos e finaliza a sua passagem pela Roda é mais elevado nos anos da década de 60, um crescimento considerável em comparação com os valores de 1758-59, mas que no período seguinte volta a sofrer uma diminuição. Algumas crianças que não chegam a este momento saem da alçada da Roda quando os seus pais as procuram e retomam para os seus contextos familiares de origem. Esta realidade possui sempre um peso reduzido, que ronda sempre os 9% em todos os anos considerados.

O motivo que põe fim à passagem dos expostos por esta instituição para a maioria das crianças não surpreende, tendo em conta a realidade demográfica. A morte ceifa, nestes anos, cerca de metade das crianças que entram na instituição com vida, sendo que, ao longo do tempo, parece existir uma tendência para o aumento gradual da percentagem de crianças que morrem na Roda, culminando, no ano de 1778-79, em que os valores rondam os 60%⁹⁰.

⁹⁰ Aqui não podemos deixar de ressaltar a existência de variações sazonais na mortalidade, e que estes valores correspondem à análise de dois momentos no ano.

Destaca-se, por fim, uma situação particular para o ano de 1758-59, em que existe uma proporção de crianças que passam para o cuidado de indivíduos, numa espécie de adoção. Esta é uma realidade única para este ano, sendo o resultado de uma medida aplicada pelo monarca, após uma revolta no Porto, como já tivemos a oportunidade de mencionar, na qual, em troca do cuidado destas crianças, sem receber qualquer pagamento, estas pessoas recebem alguns privilégios.

3.6.1. Para lá dos sete anos

A quantidade de expostos que atinge a idade em que termina a tutela da Roda é reduzida e varia ao longo dos anos (Tabela 6). Para os períodos que tratamos, os anos de 1767-68 e 1768-69 destacam-se por terem uma quantidade superior de crianças em comparação com o que acontecia na década anterior e também em comparação com os valores de 1778-79, com uma diminuição de crianças.

Tabela 6- Total de crianças que atinge os sete anos de idade

Anos	Com quem ficam		Total de crianças
	Criadores	Outros	
1757-58	8	2 ⁹¹	10
1767-68	28	10 ⁹²	38
1768-69	27	10 ⁹³	37
1778-79	22	6 ⁹⁴	28

Fonte: Registos de Saída: ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

⁹¹ Mulher cujo marido estava ausente no Brasil; sem informação.

⁹² Dois mestres cordoeiros; dois lavradores; um piloto; um revocador; um lavrador; um seareiro; uma viúva.

⁹³ Quatro lavradores; um padre; um proprietário; um carpinteiro; três sem informação.

⁹⁴ Dois cordoeiros; duas viúvas; um pároco; um marinheiro.

Neste momento, em que terminam as responsabilidades da Roda para com estas crianças, estas são transferidas para a alçada de alguém que se responsabilize pela sua criação e pelo ensino de um ofício. O que acontece, na maioria dos casos, para todos os anos, é que a responsabilidade destas crianças é assumida pelas amas que as criaram e suas respectivas famílias, mantendo-se estas crianças nos contextos onde viveram e foram criadas, na maioria dos casos, durante anos, senão mesmo a totalidade da sua vida.

Relativamente a estes registos, destaca-se um detalhe significativo, a existência de três termos distintos, *creador*, *creadora* e *creadores*, para se referir a quem fica responsabilizado por estas crianças. Esta variação não parece ser acidental, porque num dos casos o termo é rasurado e substituído por um dos outros.

Os restantes expostos são entregues a um grupo diversificado de indivíduos que se prontificam a responsabilizar-se por estas crianças. Em alguns destes casos, parece evidente a intenção de, de facto, ensinar a estas crianças um ofício e tê-las como uma fonte de mão de obra, como é o caso dos mestres cordoeiros que acolhem estes expostos. Noutros casos, existe a possibilidade destas crianças servirem outros propósitos, podendo ser companhia para alguns ou preencher o vazio daqueles que não conseguem ter filhos. Esta última motivação é comprovada no caso de Luiza Paula da Esperança, que deu entrada na Roda a 1768, e que, no seu registo de saída, já em 1775, nos diz que esta foi entregue a “João da Costa revocador e sua m^{er} Guiteria M^a por nao terem f^o nem f^a [...]”⁹⁵.

Seja como for, o futuro da criança estava bem declarado, sendo que os novos cuidadores se comprometem a assumir um conjunto de obrigações e responsabilidades com estas crianças, que surgem descritas, clara e detalhadamente, em todos os registos. Veja-se: “Aos 12 de Janr^o de 1775 foi apresentado nesta Admin^{am} o Men^o Manuel pelo m^{mo} criador o qual delle se entregou, e obrigou por sua pefoa a bem tratalo como filho proprio, vestilo, calçalo, curalo em suas enfermidades e pafado so 10 ann de sua id^e dalo

⁹⁵ Registo de Saída de Luiza Paula da Esperança: ADP - Livro 60 Saídas, fl. 36-37.

ofício, com 1 pofa ganharsua vida, ou pagarlhe soldadas, prezentalo nesta Admi^{am} quando por ella lhe for mandado, e sem ordem da mesma o não entregara a pefoa alguã, e p^a maior segurança, prezentou por seu fiador e principal pagador a Joze Bapt^a Vir^a Mercador na S^{ra} da Nativide [...]"⁹⁶

A par de concordarem com estas obrigações, os criadores são obrigados a apresentar um fiador *para maior segurança*, antes de poderem levar as crianças. Estes registos, no ano de 1767-68, incluem a obrigação de apresentarem a criança na Casa da Roda, caso lhes fosse pedido, o que sugere vigiar o estado destas crianças após o fim da tutela.

3.6.2. A morte

As taxas de mortalidade da Casa da Roda são elevadas, e a morte determina o final da passagem destas crianças pela instituição, quer seja mais próximo do momento de entrada ou nalgum momento posterior, antes destes expostos conseguirem alcançar os sete anos de idade, a análise dos que eram expostos já mortos e os que morriam na Roda dá uma imagem do peso percentual dos anos indicados (Tabela 7).

Para os recortes temporais aqui estudados, a taxa de mortalidade evidencia uma tendência para o crescimento, sendo que a partir da década de 60 mais de metade das crianças que entram na Casa da Roda com vida acaba por falecer. Neste momento, é importante relembrar a sazonalidade da mortalidade. Para o Porto, a mortalidade infantil atinge o seu pico em agosto, existindo números elevados também em julho e setembro, sendo que os valores mais baixos tendem a ocorrer em fevereiro. Os meses de janeiro e julho que aqui exploramos não correspondem a momentos de particular aumento ou diminuição nestes valores (Osswald, 2008, pp. 363-374).

⁹⁶ Registo de Saída de Manuel: ADP - Livro 60 Saídas, fl. 12v.

Tabela 7- Relação entre as crianças que dão entrada na Roda e as mortes

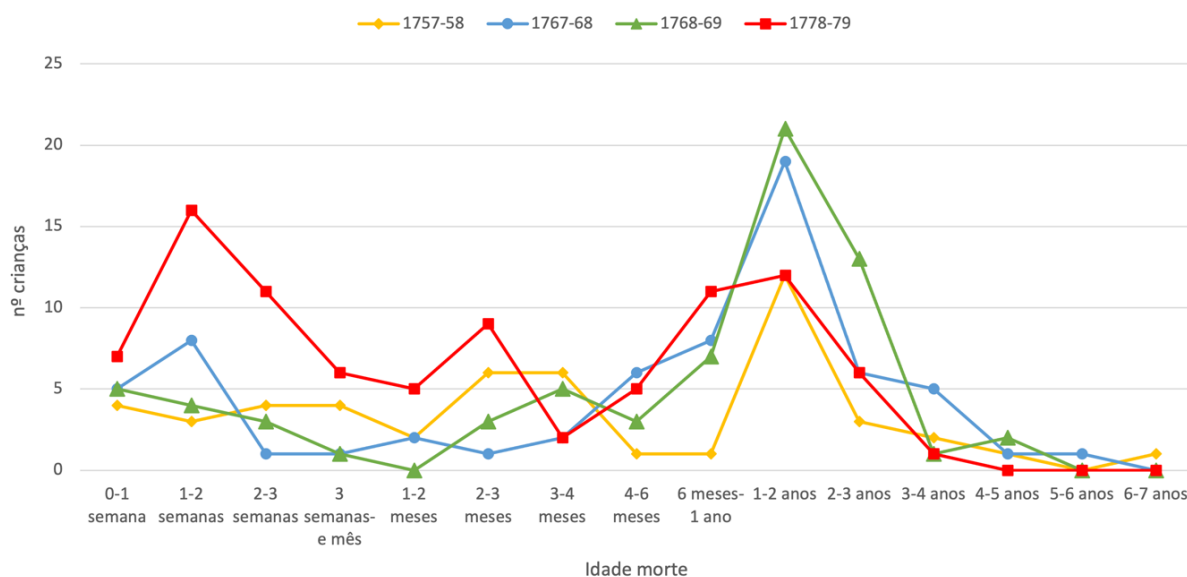
Anos	Entradas	Deixados mortos	Mortes na Roda	Taxa mortalidade ⁹⁷
1757-58	109	16	50	45,8%
1767-68	126	8	66	52,3%
1768-69	126	9	68	53,9%
1778-79	155	18	91	58,7%

Fonte: Registos de Saída - ADP- Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

As idades de morte seguem tendências similares ao longo dos anos (Figura 3). Uma grande quantidade das mortes acontece nos primeiros momentos da vida, quando estas crianças se encontram mais vulneráveis. Após as primeiras semanas, de um modo geral e a diferentes ritmos, a mortalidade vai diminuindo. Destaca-se, no entanto, um aumento considerável das mortes por volta dos dois anos de idade, quando as crianças deixam de ser amamentadas e iniciam o processo de transição para uma nova alimentação, que acarreta riscos e perigos. Após este momento, a mortalidade volta a reduzir-se até aos quatro anos, e, a partir de então, as mortes tornam-se mais esporádicas.

⁹⁷ Apenas considerando as crianças que morrem dentro e ao cuidado da Roda, excluindo as que são deixadas mortas na instituição.

Figura 3- Idade da morte dos expostos que entraram na Casa da Roda



Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

As fontes tendem a ser omissas no que diz respeito às causas de morte destas crianças. No entanto, em alguns casos, os registos da morte do exposto dizem-nos que este *faleceu de bexigas*, ou seja, varíola, sendo esta a única causa que encontramos. Apesar de não ser mencionado no contexto da morte, em alguns registos surgem referências a crianças que não *pega(m) no peito*, o que também poderá ajudar a explicar os motivos que levam a morte destas em particular.

3.6.3. Procurados pelos familiares

O funcionamento da Roda pressupunha que, em algum momento, os pais ou familiares procurassem e retomassem estas crianças e que fosse feito o pagamento dos gastos com estas até esse momento. No entanto, em todos os anos, a quantidade de crianças que são procuradas pelos seus familiares é sempre reduzida.

Tabela 8- Número de crianças que são procuradas, e quem as procura

Anos	Mãe	Pai	Pai e Mãe	Representante dos Pais	Outros	Sem informação	Total
1757-58	7	0	2	1		0	10
1767-68	12	1	1	3		0	17
1768-69	11	1	2	2	1-avó	2	19
1778-79	10	1	3	1	1-tia	1	17

Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

Como podemos ver na Tabela 8, na maioria dos casos, sublinhe-se, estas crianças são procuradas somente pelas suas mães. Existem, também, alguns casos em que ambos os pais retomam esta criança, sendo mais rara a procura apenas pelos pais. Ocasionalmente, outros membros da família procuram estes expostos. Em algumas situações, vão à Roda pessoas que representam os pais da criança, e que por estes foram enviadas para as retomarem.

No que diz respeito ao pagamento dos gastos que a instituição teve com a criação destes expostos, são raros os momentos em que isto acontece, face à apresentação de atestado de pobreza, havendo apenas quatro casos em 1757-58, três em 1767-68 e 1778-79 e dois em 1768-69 em que são feitos estes pagamentos, sinal de que estes teriam alguma capacidade económica.

O momento em que estas crianças são procuradas pelos seus familiares depois de expostas é também revelador de alguns aspetos. Existem, então, dois momentos que se destacam. Uma parte considerável destas crianças é procurada menos de uma semana depois de serem expostas, algumas delas no próprio dia em que dão entrada, o que pode ser uma marca de arrependimento. Existe, depois, um pico de crianças a serem procuradas entre um e três anos de idade, período em que já não seriam

amamentadas, e que já não representariam um encargo e embaraço para as suas mães, nem impediam que estas trabalhassem⁹⁸.

Neste contexto, menciona-se o caso de um par de gémeos, Joze e Luiza, que deram entrada na Roda a 23 de julho de 1778⁹⁹. Alguns dias após serem expostos, a mãe destas crianças dirige-se à Roda e retoma o menino, deixando a menina para seguir o seu caminho na instituição. Quase quatro anos depois, a tia destas crianças dirige-se à instituição e procura a menina¹⁰⁰.

3.7. As amas internas

Ao darem entrada na Casa da Roda, as crianças eram imediatamente cuidadas pelas amas de leite internas que se encontravam neste edifício. Considerando dois momentos, antes e depois do ano de 1768, dado que é nesta data que é introduzido o Regimento das Amas, vejamos se algo muda.

No regime de semiclausura com que funcionava a casa da Roda, estas amas viam-se limitadas a este espaço, não podendo sair sem permissão ou comunicar com elementos de fora da instituição. Contudo, alguns dos motivos para os despedimentos destas amas, relacionados com o desrespeito de regras, fazem mais sentido se tivermos em consideração o seu encerramento diário, contextualizando, deste modo, os frequentes casos em que saem da Roda sem permissão, ou até os conflitos que existiam entre as amas e a própria administração e entre si.

Relativamente à relação entre as amas, os Livros de Entrada e Termos das Amas apontam para uma convivência conturbada, existindo alguns conflitos que chegam a resultar em despedimentos. No entanto, noutros momentos, estas mulheres demonstram algum tipo de simpatia e solidariedade umas com as outras. Por vezes, quando ocorre algum problema dentro da Roda, estas mulheres “ajuntão todas, e

⁹⁸ Esta informação não considera os casos em que as crianças são procuradas após falecerem, dado que não existe informação do momento em que os pais as procuram, apenas que o fazem.

⁹⁹ Registos de Entrada de Joze e Luiza: ADP - Livro 31 das Entradas 1778, fl. 293.

¹⁰⁰ Registo de Luiza: ADP- Livro 75 das Saídas, fl. 428.

ocultão as suas inadvertências”¹⁰¹, protegendo-se e não revelando quem terá sido a verdadeira culpada. Isto, se sugere alguma cumplicidade entre estas mulheres, também pode refletir a existência de um incumprimento comum que nenhuma quer revelar.

A partir da observação da Tabela 9, um dos aspetos que sobressai de imediato ao comparar estes dois períodos temporais é um evidente aumento no número de amas que entra ao serviço da Casa da Roda após a aplicação do Regimento, que triplica. O aumento do número de amas pode dever-se a vários fatores. Por um lado, deparamo-nos com um maior número de expostos, que se reflete na necessidade da presença de mais amas. A aplicação do Regimento e da figura da ama seca poderá também ter influenciado estes valores, dado que, um maior controlo sobre a Roda e estas funcionárias se poderá refletir em despedimentos mais frequentes. Para averiguar isto teremos de considerar se existe uma variação no tempo em que estas mulheres permanecem em funções, como iremos ver mais à frente. Existe também uma variação na quantidade de amas que exerce estas funções mais do que uma vez, sendo que no período antes do Regimento esta representa uma proporção de 27% das amas, e no segundo período apenas 18% repete funções.

Tabela 9- Número total de amas internas da Casa da Roda do Porto

	jul. 1757 - jun. 1768	jul. 1768- jun. 1779
Total de Registos	56	155
Total de Amas	44	130
Repetem Funções	15	24

Fonte: ADP- Livro 1º das Entradas e Termos das Amas

As mulheres que cumpriam funções como amas internas da casa da Roda tendem a ser habitantes de zonas relativamente próximas da instituição, sendo que notamos uma variação entre os dois períodos. Antes da introdução do Regimento das

¹⁰¹ Regimento das Amas: ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 81- 81v.

Amas, as freguesias da cidade do Porto, com destaque para as paróquias de Vitória e Sé, são o principal lugar de habitação destas amas. Após 1768, ainda que exista uma predominância de freguesias portuenses, e que as mencionadas anteriormente ainda apareçam algumas vezes, deparamo-nos com o crescimento do número de amas de S. Ildefonso. Nesta altura surgem também amas de locais mais distantes, como Lamego, Braga, Guimarães ou Guarda.

No que diz respeito ao estado matrimonial destas amas, existe uma predominância de mulheres casadas a cumprirem estas funções (Tabela 10). No entanto, é evidente uma diferença entre o período anterior e o posterior à implementação do Regimento das amas. Se, no período que precede o Regimento, a quase totalidade das amas é casada, no período entre 1768 e 1779, deparamo-nos com um aumento considerável no número de mulheres solteiras que ocupam os cargos de amas internas, bem como um ligeiro aumento do número de viúvas. Esta mudança poderá relacionar-se com a necessidade de mais amas para tratar o crescente número de expostos, bem como com a necessidade de amas para substituírem as que são removidas graças à maior vigilância dentro do espaço da Roda, que pode justificar a presença de mulheres solteiras neste grupo. Por outro lado, esta mudança pode também ser a evidência de um aumento na quantidade de mulheres a terem filhos fora do casamento, porque tinham leite e, como tal, eram mães com filhos ilegítimos.

Tabela 10- Estado matrimonial das amas internas da Casa da Roda do Porto

	jul. 1757 - jun. 1768	jul. 1768- jun. 1779
Solteira	0	56
Casada	42	66
Viúva	1	6
s/i	1	2

Fonte: ADP- Livro 1º das Entradas e Termos das Amas

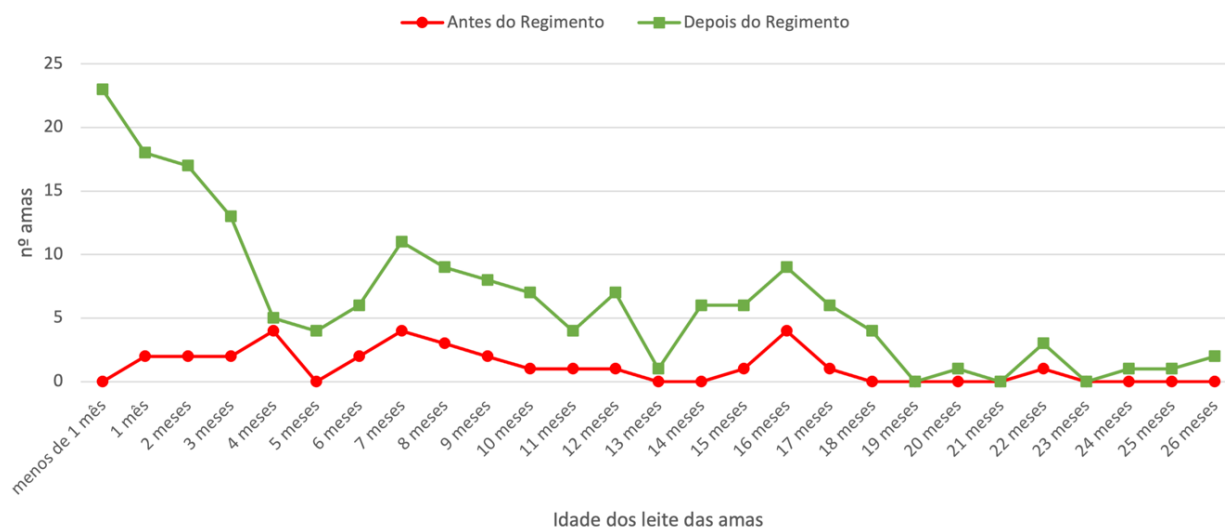
Olhando para as ocupações que os maridos das amas internas casadas possuem, podemos compreender um pouco melhor os contextos de onde estas provêm. Como acima mencionado, a maioria das amas vive relativamente perto do centro da cidade do Porto, o que nos leva a esperar que o tipo de ocupações destes homens sejam, predominantemente, ofícios. Isto, de facto, verifica-se. Ainda que exista alguma variedade nas ocupações, e com uma representatividade muito reduzida, em ambos os períodos existe uma predominância de sapateiros, seguida de alfaiates, que sofrem um aumento considerável no corte temporal após a aplicação do Regimento.

Uma outra informação que nos permite olhar para a vida familiar destas amas é a idade do leite quando estas entram ao serviço da Roda (Figura 4). Esta idade de leite, correspondente à idade do filho da ama, pode permitir-nos compreender as dinâmicas destas famílias, as escolhas feitas e o momento em que as decisões de entrar ao serviço da Roda ocorrem. Para compreender a evolução destes valores de forma mais completa, seria necessário explorar com maior profundidade estas amas e os contextos aquando da sua entrada ao serviço da Roda que, neste trabalho, não tivemos oportunidade de o fazer. No entanto, iremos deixar algumas possibilidades que podem afetar estes valores.

Uma diferença que se destaca desde logo é a presença de uma quantidade considerável de amas cujos filhos têm menos de um mês de idade no período após 1768, enquanto no período anterior não existem amas com leite de menos de um mês. De um modo geral, o leite é mais recente no período após a introdução do Regimento das Amas do que antes destes, o que pode refletir uma tentativa, por parte da Roda, de assegurar que a alimentação destas crianças fosse de melhor qualidade. A presença de mulheres com filhos tão pequenos pode também ser o reflexo de uma maior necessidade de adicionar ao grupo familiar uma fonte de rendimento extra, que serve de motivação para deixar as suas próprias crianças tão cedo. Não podemos também esquecer a mortalidade infantil que sofre um aumento considerável por volta dos anos 70 do século

XVIII (Osswald, 2008, p. 362), que poderá significar que estas mulheres estão disponíveis mais cedo para amamentarem os expostos, porque perdem os seus próprios filhos¹⁰².

Figura 4- Idade do leite das amas internas da Roda



Fonte: ADP- Livro 1º das Entradas e Termos das Amas.

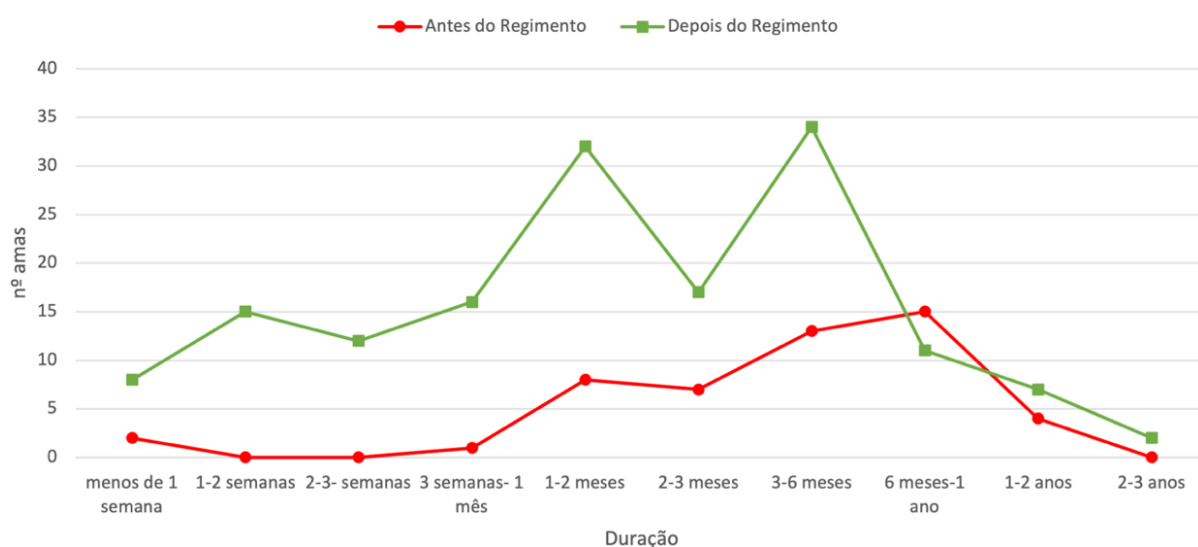
Por outro lado, o máximo da idade dos leites, antes de 1768, é um pouco mais reduzido, ficando nos 22 meses, enquanto, depois deste ano, este valor sobe ligeiramente para os 26 meses. A presença de amas com idades de leite mais avançadas representa uma percentagem reduzida da totalidade das amas, tanto porque, a certo momento, o leite acabava por secar, assim como por se considerar que o leite velho não seria tão benéfico para estas crianças.

Em ambos os períodos, ainda que seja mais evidente para os anos antes de 1768, existe uma subida nos casos de mulheres com idades de leite entre o ano e ano e meio. Isto poderá estar relacionado com o momento em que estas mulheres deixam de amamentar os seus próprios filhos, ficando, então, disponíveis para vender os seus serviços e tirar proveito deste recurso de tanta importância que é o leite materno.

¹⁰² Existem amas que consideram o serviço da Roda apenas após a morte dos seus próprios filhos. No entanto, não podemos dizer que esta é uma tendência, dado que apenas olhamos para alguns casos dispersos, sendo necessária uma análise sistemática para compreender as motivações e momentos em que estas mulheres tomam a decisão de serem amas para expostos.

Considerando o tempo em que as amas internas exercem as suas funções (Figura 5), é possível notar algumas diferenças entre os dois períodos em questão. No período anterior a 1768, a maioria era ama entre três meses e um ano, enquanto, no período posterior a esta data, a maioria das amas vê as suas funções findar após um período mais reduzido, entre um e seis meses. Ou seja, são em maior número, como vimos, mas provavelmente têm uma maior rodagem. A par disto, verificamos a presença de um maior número de amas que cumpre as funções por períodos mais reduzidos após 1768, algumas delas apenas semanas, se não mesmo dias. Estas variações refletem-se na média do tempo em funções das amas internas, que, no período anterior à introdução do Regimento das Amas da Roda, se situava quase nos seis meses, e que, depois, é reduzido para metade, sendo a média de pouco mais de três meses.

Figura 5- Tempo em funções das amas internas



Fonte: ADP- Livro 1º das Entradas e Termos das Amas

O que parece estar na raiz desta mudança é, exatamente, o Regimento das Amas de 1768. Este estipula, de forma mais clara, os tipos de comportamentos que eram esperados das amas internas, as funções que lhes eram incumbidas relativamente ao cuidado dos expostos e de tarefas no interior da Roda, e o modo como deveriam tratar

das crianças a seu cargo, com “zelo, caridade e limpeza”¹⁰³. A introdução de um elemento de vigilância dentro da Roda, a ama seca, torna possível um maior controle dos comportamentos das amas e dos cuidados que eram dados às crianças. No entanto, para completar esta análise, é necessário olhar também para os motivos que levam à saída destas amas.

Existe uma variedade de motivos que justificam a saída destas amas das suas funções e, por questões práticas e para nos permitir a análise, iremos simplificar, agrupando estes motivos em seis categorias gerais¹⁰⁴ (Tabela 11):

- Sem culpa¹⁰⁵- casos em que estas mulheres são removidas dos seus cargos por motivos que não se prendem com os seus comportamentos;
- Características morais e psicológicas¹⁰⁶- aspetos relativos à personalidade ou aspetos da vida destas amas;
- Incumprimento de regras e problemas¹⁰⁷- engloba os casos em que as amas não respeitam as regras de funcionamento da Roda ou por causarem distúrbios;
- Comportamentos negligentes¹⁰⁸- comportamentos que, de forma mais indireta, afetam os cuidados que os expostos que se encontram na instituição recebem;

¹⁰³ Regimento das Amas - ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 82v.

¹⁰⁴ Os termos usados para definir estas categorias de análise partem do presente e do entendimento atual destes conceitos, não sendo expressões que se encontram nas fontes.

¹⁰⁵ Aqui incluem-se despedimentos voluntários, saídas por acabar, faltar ou ter pouco leite, pelas amas adoecerem ou falecerem, por outros membros da família das amas adoecerem, e por casos em que as amas são expulsas por causa de distúrbios que os seus maridos causam.

¹⁰⁶ Neste grupo incluem-se as instâncias em que as amas são descritas como sendo má falantes, de ter mau génio, serem de mau procedimento ou condição, por não terem modéstia e por serem caloteiras, uma por ser regateira de alimentos e uma por ser “louca, e incorregível”.

¹⁰⁷ Aqui estão incluídas situações em que estas amas não respeitam as regras de funcionamento da instituição, não sendo fiel, não tendo sigilo e por causa de trocas das informações e identidades das crianças, bem como roubos ou por “proceder mal”, existindo ainda a situação particular de duas amas que são removidas por não exemplarem uma criança que vinha fragilizada. A par disto também se inclui comportamentos que estas amas não devem ter, como sair da Roda sem autorização, por deixar o marido ou outros entrar na casa, por se distraírem com os seus esposos, ou por se envolver com os seus maridos ou algum outro homem. Por fim, esta categoria também inclui casos de desobediência aos superiores, distúrbios dentro da Roda com outras amas, assim como fora desta e, em três casos relativos ao despedimento de amas secas, uma por tratar as amas como se fossem suas criadas, outra por ser soberba e maltratar as amas e por fim uma ama por ocultar mortes, rasgar bilhetes e ter má letra.

¹⁰⁸ Nesta categoria incluímos casos de falta de limpeza, amas que tem problemas com álcool, casos em que estas mulheres têm pouco cuidado, são remissas nas suas obrigações, preguiçosas ou inábeis para estes cargos, ou quando estas são descritas como tendo pouca caridade.

- Maus-tratos das crianças¹⁰⁹- neste grupo incluímos comportamentos que são nocivos diretamente, senão fatais, para estas crianças;
- Outros - situações mais esporádicas que não cabem nas restantes categorias¹¹⁰.

Tabela 11- Motivos de despedimento das amas internas

Motivo	jul. 1757 - jun. 1768	jul. 1768- jun. 1779
Sem culpa	46	67
Características pessoais	3	46
Incumprimento de regras e distúrbios	23	82
Comportamentos negligentes	10	50
Mau tratamento	4	13
Outros/ sem informação	2	3 /4

Fonte: ADP- Livro 1º das Entradas e Termos das Amas

Destaca-se, dado que as categorias que aqui apresentamos não nos permitem ver uma evolução na quantidade de motivos individuais para o despedimento das amas, que, no período anterior a 1768, existia um conjunto mais reduzido de razões que justificam a saída, e, no período seguinte, começam a aparecer causas que antes não se verificavam nos registos. O aumento na variedade de motivos que explicam a saída das amas do serviço da Roda não se reflete, necessariamente, num agravamento das

¹⁰⁹ Aqui incluem-se os casos em que estas mulheres são despedidas por baterem nas crianças, as matarem ou abafarem enquanto dormem, e um caso em particular em que um menino que anteriormente se encontrava bem, aparece morto *desgraçadamente* nas escadas da Roda, e, sendo que todas as amas se recusam a falar, são removidas do serviço da Roda.

¹¹⁰ A quantidade de motivos de despedimento das amas é superior ao número total de amas, isto porque, em vários casos, é apresentado mais do que um motivo para o fim dos serviços na Roda por cada ama.

situações e dos comportamentos das amas. Estas situações podiam, e decerto já existiam, em proporções similares, dentro deste espaço anteriormente a 1768. No entanto, os elementos de vigilância introduzidos pelo Regimento possibilitaram um maior controlo e registo destas realidades do que antes.

Mas o que nos revelam estes motivos sobre a vida dentro da casa da Roda e o cuidado que era proporcionado a estes expostos?

Com base nestes dados, verificamos que uma parte considerável das amas termina as suas funções por motivos que não se prendem com o tratamento que dão às crianças ou por questões de indisciplina e desrespeito de regras. Muitas amas viam terminado o seu serviço na Roda simplesmente porque a quantidade de leite ia reduzindo ou acabando, assim como algumas delas se removem voluntariamente desta ocupação.

Uma percentagem considerável, em particular para os anos após 1768, é removida do serviço da instituição por aspetos que se prendem com características pessoais, com destaque para estas amas terem *má-língua* ou serem de *mau procedimento*. Estes aspetos não terão um impacto no tratamento dado aos expostos, mas evidenciam uma preocupação, por parte da administração da Roda, com questões de índole mais moral.

Nos casos de desrespeito das regras de funcionamento, que surge com um peso considerável, ainda que não haja uma direta ação que prejudique o bem-estar das crianças e a sua sobrevivência, de modo indireto, as várias distrações externas à Roda têm um impacto negativo. As saídas da casa sem autorização, permitir a entrada de pessoas alheias à instituição na Roda ou os desentendimentos entre as amas, por exemplo, seriam aspetos que condicionariam a atenção e a qualidade do cuidado dado aos expostos.

Os casos que dizem respeito a um tratamento inadequado destas crianças, que tanto antes como depois da introdução do Regimento aparecem com alguma representatividade, apontam para a existência de amas que não teriam o devido cuidado no cumprimento das suas obrigações, quer por *inabilidade*, quer pela *falta de*

cuidado ou por serem remissas nas suas funções. Ainda que alguns destes termos sejam um pouco mais vagos, estas são situações que afetariam diretamente as crianças.

A quantidade de casos onde nos deparamos com um mau tratamento destas crianças é uma fração reduzida do total, em ambos os cortes temporais. Em muitos destes casos, vale a pena destacar que estamos a referir-nos a situações do seguinte tipo: “Esta ama foi expulsa em 10 de M^o de 1774, por ser m^{to} pezada do sono, e abafar algumas criansas, e assim inhabil, foi paga do salario, e soldadas”¹¹¹.

Estamos, então, perante a morte de uma criança que não é resultado de apatia, mas sim de um acidente que resultava dos expostos e das amas partilharem das mesmas camas. Apesar disto, estes incidentes são motivo para remover as amas das suas funções. No entanto, nem todos os casos a que estes valores se referem são acidentes, e, ainda que seja uma minoria dos casos de que aqui falamos, existem amas que levam a cabo atos que só parecem poder ser entendidos com crueldade para com estas crianças: “Constou mais q espancava as creanças ate as de leite, e q duas disso morrerão”¹¹².

Ainda que descrições como esta tenham um impacto considerável, não devemos deixar que estas tenham a nossa visão das restantes amas, que, em vários casos, veem as suas funções descritas de forma positiva e apreciativa como: “Sahio[...] volunt^{te}: era cuidadoza com as crianças”¹¹³.

Com estes dados, é agora possível complementar os motivos de haver um número mais elevado de amas após 1768, bem como o motivo da diminuição dos tempos médios de ocupação das funções de amas internas. Torna-se evidente que a introdução do Regimento provocou alterações nas dinâmicas internas da Roda, possibilitando que, de facto, existisse um mais eficiente controlo sobre as amas, tornando-se os despedimentos mais frequentes e cada vez por mais motivos, que, por

¹¹¹ Registo de Anna M^a: ADP - Livro 1^o das Entradas e Termos das Amas, fl. 188v.

¹¹² Registo de Jozefa M^a: ADP - Livro 1^o das Entradas e Termos das Amas, fl. 81.

¹¹³ Registo de Anna Joquina: ADP - Livro 1^o das Entradas e Termos das Amas, fl. 92.

seu turno, se reflete num menor período em funções e na necessidade de haver mais amas a ocupar estas funções.

3.8. As amas de fora

De modo similar ao que se verifica com as amas internas da Roda, para as amas de fora, em todos os períodos de que aqui tratamos, existe uma predominância de mulheres casadas e sempre poucas amas solteiras e algumas viúvas (Tabela 12). O peso que as amas solteiras ocupam no total é maior no ano de 1778-79, e pode dever-se a motivos similares aos mencionados anteriormente relativos aos padrões reprodutivos e ilegitimidade.

Tabela 12- Estado matrimonial das amas de fora

Anos	Solteira	Casada	Viúva	Sem Informação
1757-58	7	49	2	0
1767-68	18	147	9	1
1768-69	16	144	2	0
1778-79	15	73	2	0

Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

A entrega de expostos a amas de fora era feita, preferencialmente, a mulheres que vivessem em espaços mais rurais, por estes serem considerados mais saudáveis para a criança. Por este motivo, as amas de fora que encontramos, contrastando com o que acontece com as amas internas da Roda, são mulheres originárias de uma área bastante alargada, em torno da cidade do Porto.

Este enquadramento geográfico reflete-se, naturalmente, na distribuição ocupacional dos maridos das amas. Lavradores, jornaleiros e seareiros são as ocupações que predominam em todos os anos focados, surgindo em proporções variáveis, nos diferentes períodos. A par destas ocupações, encontramos também alguns indivíduos com alguns ofícios e trabalhos mecânicos. No ano de 1767-68, a presença de marinheiros ganha destaque, o que pode ser consequência de uma mudança na origem geográfica das amas de fora.

Considerando os valores de amas a cuidar de expostos para o período em que nos focamos, destaca-se de imediato o valor claramente mais elevado de amas para os anos de 1767-68 e 1768-69 do que nos anos extremos (Tabela 13). Esta diferença nos valores surge associada à quantidade de crianças que têm de ser entregues a amas de fora do grupo do total de crianças que dão entrada na Roda¹¹⁴.

Tabela 13- Total das amas de fora em funções no período em estudo

Anos	Total dos Registos	Total das Amas
1757-58	58	58
1767-68	182	175
1768-69	164	162
1778-79	91	90

Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

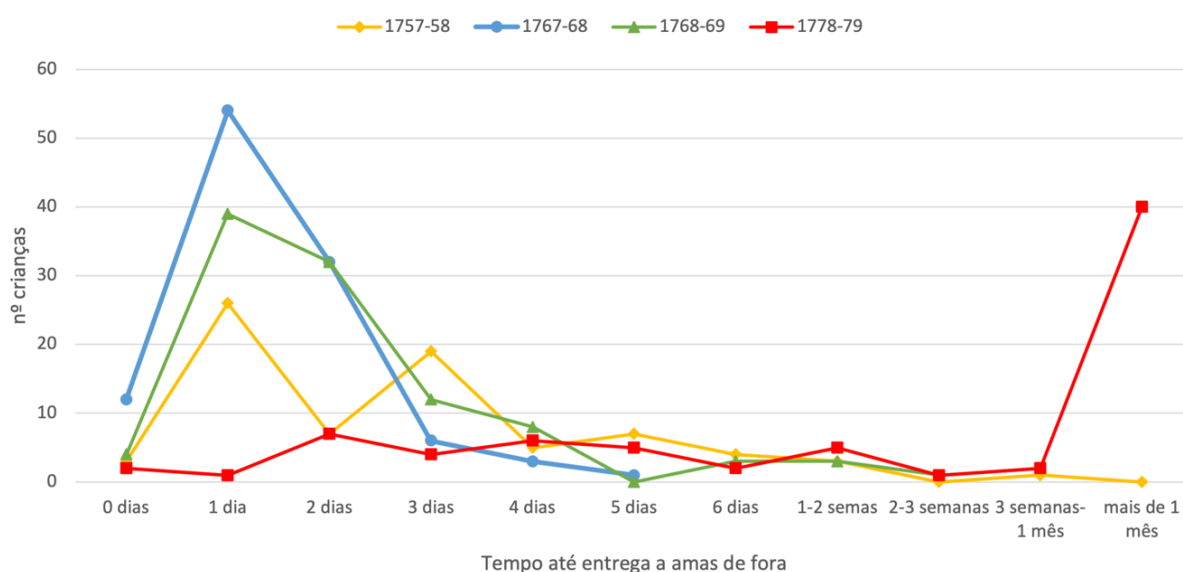
Assim sendo, nos anos extremos de 1757-58 e 1778-79, do total das crianças que entram na Roda, respetivamente, 78 e 77 têm de ser entregues a amas de fora, enquanto nos anos de 1767-68 e 1768-69 estes valores são mais elevados, 111 e 108

¹¹⁴ Este número varia de acordo com a mortalidade e a quantidade de crianças que morrem nos primeiros dias de vida, com o número de crianças que são deixadas mortas na Roda, assim como como a quantidade de expostos que são procurados pelos pais nos momentos iniciais.

crianças. Ainda que este aumento na quantidade de crianças a serem entregues a amas de fora justifique, em parte, a necessidade de mais amas em certos anos, este não é o único fator que tem importância, sendo necessário considerar outros elementos.

A passagem para uma ama de fora devia ser feita o mais rápido possível, e as crianças não se deviam demorar no interior da Roda. No entanto, existe uma variação nos tempos de espera ao longo dos anos, que é importante considerar (Figura 6).

Figura 6- Tempo de espera até os expostos serem entregues à primeira ama de fora



Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

De um modo geral, a maioria das crianças era dada a uma ama de fora poucos dias após a sua entrada na Roda. Como podemos ver na Figura 6, a maioria das crianças acaba por sair no dia seguinte à sua entrada, sendo que as médias dos tempos de espera são 3,1 dias para 1757-58, 1,4 para 1667-68 e 2,3 para o ano de 1768-69. O ano de 1778-79 foge a este padrão, sendo os tempos de espera muito mais prolongados, assentando numa média de 50,2 dias, existindo uma justificação para este aumento.

Aqui temos de considerar uma situação especial, que não se verifica nos restantes anos, que é a entrega das crianças a uma ama de empréstimo, antes destas

serem dadas às amas de fora. As amas de empréstimo, de modo similar às amas de fora, cuidavam das crianças em suas casas. No entanto, esta seria uma solução de curto termo, apenas um meio de remediar a falta de amas de fora e evitar a concentração de crianças no edifício da Roda. As fontes não explicitam a data em que estas crianças são entregues a estas amas temporárias, nem quanto tempo passam na casa da Roda antes de lhes serem entregues. O que sabemos, no entanto, é o tempo que estas crianças passaram com estas amas temporárias. A permanência neste limbo tem uma duração variada, sendo que algumas crianças esperam apenas algumas semanas até serem entregues às amas de fora, mas uma parte considerável vê este período de transição durar entre um e três meses, sendo que os períodos de espera mais longos não ultrapassam o meio ano.

A quantidade de amas que cada exposto tem ao longo do tempo em que se encontra sob a tutela da Casa da Roda (Tabela 14) reflete uma tendência curiosa, que complementa e ajuda a explicar os dados sobre a quantidade total de amas existentes ao serviço da Roda, para cada período.

Tabela 14- Número total de amas que cada criança teve, em percentagem

Anos	1 ama	2 amas	3 amas	4 amas	5 amas
1757-58 ¹¹⁵	68,4	3,9			
1767-68	56,4	30	9	3,6	1
1768-69	58,3	35,2	3,7	1,9	0,9
1778-79	82,7	13,3	4		

Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

¹¹⁵ Aos valores aqui apresentados acrescentam-se 27,6%, correspondentes a crianças que não tiveram nenhuma ama por serem “adotados” no contexto de privilégios atribuídos pelo monarca, após a Revolta dos Taberneiros, a quem cuidasse destas crianças sem receber pagamento.

Nos períodos de 1757-58 e 1778-79, a realidade é similar, sendo que a maioria dos expostos tem a sua criação satisfeita por apenas uma ama, ocasionalmente duas, e no período mais tardio, alguns chegam a passar por três amas. Já nos períodos de 1767-68 e 1768-69, ainda que, de facto, a maioria das crianças continue a ter só uma ama, existe um maior número que têm as suas criadoras alteradas, chegando, algumas, a passar pelos cuidados de um total de quatro ou cinco mulheres distintas¹¹⁶.

Coloca-se, então, a questão acerca do que leva a que, nestes anos, exista um número maior de expostos cujas criadoras são trocadas, cujas razões devem ser apuradas. Olhando as razões que justificam o fim da criação de um determinado exposto por uma ama, além de possivelmente nos elucidar o motivo de um número tão grande de amas, e do número total de criadoras que cada criança teve, dá-nos a perceber a forma como estas crianças eram cuidadas por estas mulheres e as razões que justificam a passagem destas crianças para o cuidado de outra pessoa.

A partir do ano de 1767-68, de modo similar ao que acontece com as amas internas, surge um conjunto de novos motivos que justificam o fim da criação de um exposto por uma ama (Tabela 15). Isto, mais uma vez, não significa que estas causas tenham aparecido apenas nestes anos, podendo isto ser um sintoma de uma maior vigilância e controlo sobre as amas de fora, que iluminam estas situações.

Indo ao encontro do que foi mencionado para o caso das amas internas da Roda, numa grande parte dos casos, as amas de fora deixam de cuidar dos expostos por motivos que não se prendem com o tratamento que dão às crianças. Ao longo de todos os anos em estudo, a morte das crianças é o principal determinante do fim deste período de criação, seguida do facto destas crianças atingirem os sete anos. Excetuando o ano de 1757-58, um outro motivo que leva à mudança de amas numa parte considerável das crianças é a falta, pouca quantidade ou baixa qualidade do leite. Para os anos da década de 60 destaca-se ainda a gravidez das amas como o motivador para esta troca.

¹¹⁶ Não podemos deixar de mencionar que a predominância de ter uma única ama também é determinado pelo facto de que muitas destas crianças morrem pouco tempo depois da sua entrada na Roda, enquanto estão a ser cuidados pela sua primeira, e única, ama de fora.

Tabela 15- Motivos do fim da criação de um exposto por parte das amas de fora

Motivo do Despedimento	1757-58	1767-68	1768-69	1778-79
Morte Criança	37	58	62	41
Procura da família	6	9	6	3
Fim da Criação	10	38	32	28
Doença criança	1	1	1	1
Não cumpre funções, desrespeito regras ¹¹⁷	2	6	2	0
Mal criada	1	7	8	3
Mal nutrida	0	12	3	0
Ama doente/ morte	0	4	8	0
Ama não quer criar	0	4	2	2
Leite, não pegar peito	0	32	18	3
Grávidez da ama	0	8	12	4
Outro	1	5	7	2
s/i	0	5	1	4

Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

Tendo em conta as realidades da época, onde a alta mortalidade infantil se reflete num considerável número de mortes nos primeiros momentos de vida, podemos dizer, com confiança, que este facto não reflete o cuidado que é dado por estas amas

¹¹⁷ Nesta categoria encontram-se um conjunto de comportamentos que iam contra o que era esperado e exigido destas amas, como o apartar a criança do leite antes de ser dado permissão para tal ou as amas terem conhecimento dos pais das crianças.

aos expostos, uma vez que estas crianças, frágeis e com as probabilidades contra elas, acabariam por morrer, mesmo recebendo os melhores cuidados que se encontravam disponíveis à data. Nos casos em que as mortes acontecem mais tarde, é difícil averiguar as causas e medir o peso que os cuidados das amas têm nestas. Parte destas mortes, certamente, continuam a ser o resultado desta fragilidade da vida das crianças. Sabemos, em alguns casos, que as doenças ceifam muitas vidas, e, apesar de nos ser identificada apenas uma, a varíola, existiriam outras que afetavam estas crianças, mas que não eram identificadas. Nestes casos, também não podemos culpar as amas.

Por parte das amas, não existe nenhuma razão para que estas queiram a morte dos expostos, visto que estas são uma fonte de rendimento e a sua morte não apresenta qualquer tipo de benefício. Muito pelo contrário, seria prejudicial, significando a perda do salário pela sua criação e, caso isto ocorresse com frequência, a Roda podia deixar de entregar crianças para cuidar a estas amas.

Nos registos de saída dos expostos, deparamo-nos com descrições do estado físico das crianças, principalmente se estavam *magrinhas* ou *gordinhas* e se tinham melhorado ou piorado desde o registo anterior. Com estas, torna-se possível mapear o estado físico e a evolução destas crianças ao longo da sua passagem pela Roda e o tratamento que recebiam das amas. A presença destas descrições aponta para um controlo mais próximo e eficiente do cuidado que é dado a estas crianças, sendo feitas alterações quando se vê uma progressão negativa no estado dos expostos, quer por negligência das amas quer por problemas de saúde.

Em alguns dos casos em que as crianças aparecem descritas como estando *mal nutridas* ou *magrinhas*, isto surge como justificação para alteração das suas criadoras, estando esta causa presente com maior representatividade em 1767-68. Quando surge uma descrição que aponta para um estado físico mais debilitado, não podemos simplesmente assumir que as crianças se encontram neste estado devido unicamente ao cuidado que as amas lhes dão, ou à falta dele. É necessário considerar que existem vários aspetos sobre os quais é impossível ter controlo e que podem afetar o estado físico destas crianças. Já os funcionários da Roda encarregues de produzir estes registos

se mostravam cientes da impossibilidade de ter esta certeza: “Trouce a Men^a m^{to} magrinha, e na duvida se sera por culpa da Ama se removeu para a Roda...”¹¹⁸.

Não sabemos se isto se deve a uma má qualidade do leite destas amas, que, sendo mulheres pobres, e subnutridas, poderão não produzir leite de qualidade suficiente para sustentar estas crianças, ou se isto é o resultado de uma irregular ou insuficiente amamentação da criança, questão que já coloca a responsabilidade sobre a ama. Contudo, em alguns casos, surgem referências a crianças *papadas* sem autorização da administração, o que significa que o leite começa a ser limitado ou eliminado e substituído por papas, o que, por sua vez, poderá ser fatal para estes expostos.

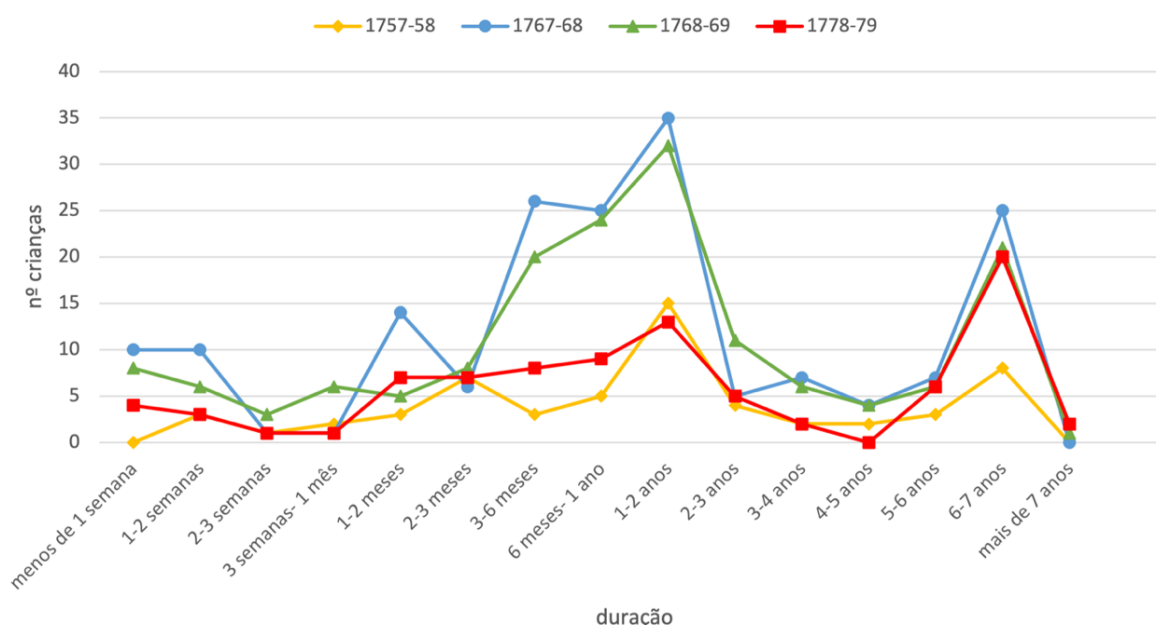
Ainda que, de novo, a imagem destas amas tenda a ser negativa, são poucos os casos em que estas crianças são retiradas dos seus criadores por serem *mal criadas*, o que, apesar de ser uma expressão vaga e não nos permitir saber, exatamente, ao que se refere, reflete a presença de comportamentos inadequados para com estas crianças.

Considerados os motivos, vejamos a evolução dos períodos de permanência das crianças com estas mulheres. Observando a Figura 7, tornam-se, imediatamente, evidentes dois picos da duração da estadia com as amas de fora, comuns a todos os anos, o primeiro por volta de dois anos e o segundo em torno dos sete anos. O período de permanência de sete anos nas amas de fora é mais evidente e refere-se àquelas crianças que, tendo sobrevivido e mantendo-se na mesma ama ao longo de todo este período, atingem a idade em que deixam de ser responsabilidade da Roda, sendo o tempo máximo que estas crianças poderiam permanecer na Roda¹¹⁹.

¹¹⁸ Registo de Benta: ADP - Saídas 59, fl. 430

¹¹⁹ O valor acima dos sete anos presentes no gráfico refere-se a crianças que passaram apenas mais alguns dias além dos sete anos, assim como uma menina que, por ser particularmente frágil, lhe é permitido estar sobre a alçada da Roda por mais um ano.

Figura 7- Tempo que as crianças passam com as amas de fora



Fonte: Registos de Saída - ADP - Livros de Saída 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.

O outro pico situa-se por volta dos dois anos e surge associado ao momento em que é feito o desmame e são introduzidos outros alimentos. Este momento em que se adicionam novos alimentos na dieta dos expostos, tipicamente papas que são feitas com misturas de farinhas com água, é particularmente perigoso para estas crianças, e isto reflete-se na distribuição da mortalidade. Por volta desta altura, como verificamos anteriormente, existe também um aumento do número de crianças a serem procuradas pelos seus pais, por deixarem de ser um encargo tão grande como uma criança a ser amamentada.

Os períodos onde se verifica um menor tempo de permanência com as amas encontram-se na década de 60, o que se relaciona com a mais frequente mudança de amas e maior número total de amas que as crianças tinham, assim como com o mais elevado número de criadoras existentes para este período.

4. As Realidades Afetivas

Neste capítulo, revemos tudo o que apresentamos anteriormente, no entanto, com um outro foco. Partindo da abordagem teórica anterior, vamos explorar em que medida os diferentes agentes envolvidos no quotidiano da Roda apresentavam indicadores que nos levam a referir e detetar emoções. Veremos, em revisão, as reações por parte da administração da Casa da Roda, das famílias biológicas dos expostos e das amas que cuidam destas crianças.

4.1. As preocupações administrativas

Será expectável que uma administração reaja de acordo com emoções? De facto, os indivíduos envolvidos na administração raramente, ou nunca, teriam contacto com os expostos. Apesar disto, estavam profundamente envolvidos na gestão deste projeto de assistência, e ao longo das fontes que produziam foram deixando alguns indicadores afetivos que temos vindo a considerar.

Talvez a manifestação mais evidente seja a introdução do Regimento das Amas, em 1768. As motivações que o provedor apresenta para a introdução de mudanças revelam as perspetivas que este indivíduo tinha relativamente ao tratamento que era dado a estas. Então, os casos em que os expostos eram vítimas de violência ou em que estes acabavam por falecer, ainda que as fontes apontem para uma baixa frequência destes comportamentos, são, de qualquer modo, causadores de desagrado na administração, a ponto de incentivarem uma intervenção.

Uma outra preocupação que ocupa um peso importante surge associada ao batismo, que todas as crianças recebiam, *sub condicione*. No Regimento das Amas de 1768, a importância deste sacramento torna-se visível quando é determinado que uma das funções da ama seca seria, caso uma criança entrasse na Roda mais fragilizada e em perigo de vida, exemplar esta criança, ou seja, dar um batismo não oficial, mas que colocava a criança sob proteção divina. A seriedade desta obrigação torna-se evidente

quando, nesse mesmo ano, uma criança morre sem que lhe seja dado este sacramento, o que leva ao despedimento de uma ama interna e da ama seca, responsáveis por esta criança: “Esta Ama foi expulsa da Roda por ordem do Sr. Provedor em 3 de 8brº vesperé por não emxemplar hua criança, que lhe couve na sua Roda, e vinha mortal, conhecendo-o m^{to} be, pois esteve requerendo à Ama Seca o fizesse havendo para isso lugar, pois durou a d^{ta} criança des-de as 8 da noite te a madrugada, e foi sem Batismo...”¹²⁰.

Ainda que a atenção aos cuidados com os expostos esteja presente, em alguns casos de forma mais direta, noutros mais indireta, quase sempre de forma bastante sucinta, as questões relativas ao bem-estar das crianças e os cuidados que estas recebem surgem quase que em segundo plano. A par disto, em particular no período anterior a 1768, parece existir alguma insensibilidade perante algumas formas de tratar das crianças ou a sua morte¹²¹.

Aqui, questionamos se isto será uma manifestação de desinteresse por parte dos produtores desta informação, ou se será o reflexo de um desconhecimento dos melhores e mais adequados modos de cuidar de uma criança, por parte de um grupo de indivíduos que, por serem do sexo masculino, não se encontravam dentro da Roda, nem possuíam informações específicas relativas ao mundo dos cuidados infantis.

4.2. As famílias

Partindo do princípio de que qualquer criança vem de uma família, tal como refletimos no ponto 1.2. deste documento, vejamos, agora, aqueles que recorrem à exposição, focando-nos no envolvimento emocional dentro deste contexto.

¹²⁰ Registo de Maria Jozefa: ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas, fl. 87.

¹²¹ Exemplo disto podemos considerar os casos em que, quase como informação adicional ao despedimento de uma ama, surgem referências de que, em algum momento, essa ama terá matado, ou abafado uma criança. Quando se trata destas mortes acidentais, talvez, se possa considerar que esta reação e atitude perante a morte de uma criança surge por existir a consciência de que este ato não foi propositado.

4.2.1. As motivações para a exposição

A necessidade de recorrer à Casa da Roda surge fortemente associada à pobreza e à incapacidade de sustentar uma criança¹²², bem como a questões de ilegitimidade¹²³, ambos os aspetos comprovados. A par destas motivações, adicionam-se as mortes ou doença das mães ou pais que colocam pressão num dos parentes, ou os embaraços que criar um filho poderiam representar, em particular para a mãe, realidades que também verificámos no período analisado.

Independentemente da motivação, tendo em conta os casos que analisámos e considerando que as informações relativas ao que leva os pais a expor uma criança tendem a ser vagas, não nos parece que a motivação central para a tomada desta decisão seja o desinteresse pelos filhos. Antes, esta decisão parece surgir em resposta às diversas condicionantes que existem em torno de um indivíduo e do seu grupo familiar.

4.2.2. A relação dos pais com as crianças

As fontes não nos transmitem informações que diretamente nos permitam averiguar a relação que os pais estabeleciam com estas crianças, sendo raros os momentos em que surgem referências diretas a estes aspetos, nos bilhetes, e nenhum na amostra que considerámos. No entanto, estas realidades transparecem de forma

¹²² Apesar disto, existem casos onde as condições económicas não parecem ser o principal motivador, em particular nos casos em que são feitos os pagamentos dos gastos de criação destes expostos, quando estes são procurados, o que nos leva a considerar outros motivos.

¹²³ A questão da ilegitimidade como justificação da exposição precisa, no entanto, de ser contextualizada. Ainda que existissem questões morais em torno de ter um filho que não é legítimo, a realidade é que, independentemente disto, as famílias continuam a ter presentes e a assumir os seus filhos naturais ou ilegítimos, não recorrendo à exposição. Por este motivo, a ilegitimidade, nem sempre, nem para toda a gente, seria um motivo suficiente para expor uma criança.

indireta e, através da análise de várias informações que se encontram disponíveis nas fontes, torna-se possível propor algumas possibilidades de interpretação.

O contexto em que uma criança surge é determinante para o tipo de relação que é desenvolvida com esta, ainda antes mesmo do nascimento. As condições em torno da gravidez e da presença de uma nova criança podem variar de acordo com as circunstâncias. Alguns dos aspetos que já mencionámos, como a questão económica, onde um novo filho, para famílias com dificuldades, surge associado a um agudizar das condições de vida, ou as condicionantes morais, onde estas crianças se tornam um símbolo de transgressões sexuais, poderão ser causadores da presença de sentimentos negativos para com os filhos. Além destas, podem existir outras realidades que causam este tipo de sentimentos, como o desinteresse em ser mãe ou até mesmo a violência sexual¹²⁴, que poderá estar na origem de algumas concepções¹²⁵.

A entrada de recém-nascidos na Roda, alguns deles com meras horas de vida, pode levar-nos a refletir acerca do processo de exposição. Primeiramente, a rapidez com que as crianças entram na instituição após nascer, sendo que estas crianças são, muitas delas, deixadas com peças de enxoval, bem como bilhetes escritos, parece sugerir que a exposição era algo pensado e ponderado antes do nascimento da criança. Esta possível ponderação e tomada de decisão anterior terá por base considerações acerca do futuro, não só da criança, mas também dos pais e, eventualmente, de outros elementos, quer isto tenha por base questões de preservação moral, ou de sustentabilidade económica, evidenciando-se como uma estratégia familiar.

A rapidez com que as crianças são removidas dos seus contextos familiares, por um lado, pode evidenciar a necessidade de afastar, o mais rapidamente possível, uma evidência de alguma relação ilícita ou de transgressões sexuais, que ponha em questão a moral dos pais. Por outro, a presença de uma criança, mesmo que por um tempo

¹²⁴ No trabalho de Kristen Renzi (2018), a autora explora as realidades de violência sexual a partir das petições feitas ao *Foundling Hospital* de Londres.

¹²⁵ Na amostra de fontes que exploramos neste trabalho, não existe nenhuma evidência que aponte para a presença de crimes sexuais e estes temas não surgem em nenhuma das fontes. No entanto, parece pertinente considerar este aspeto como sendo uma possibilidade.

reduzido, implica vários investimentos. Estes podem ser de natureza económica, que, por mais pequeno que seja, para um grupo familiar ou indivíduo em situações precárias, pode piorar e dificultar ainda mais as condições de vida. Existe também um investimento de tempo para vigiar e cuidar de um recém-nascido, o que, por sua vez, dificulta ou impede a capacidade de trabalhar, afetando, consequentemente, a economia familiar. Por fim, não podemos deixar de destacar o investimento emocional necessário quando se cuida de uma criança. A formação de laços com as crianças é um processo que ocorre ao longo do tempo e quanto mais contacto existir, mais se fortalecem estas relações (Lee, 2006, p. 145). A exposição rápida poderá, então, sugerir a necessidade de evitar a formação de laços com estes bebés, de modo a evitar o sofrimento que será causado por uma separação inevitável.

Apesar de, na maioria dos casos, estarmos perante crianças que entram na Casa da Roda muito cedo, não podemos ignorar aqueles que dão entrada em momentos ligeiramente mais tardios, com algumas semanas de vida, e outros já passado mais tempo. O preservar destas crianças no seu contexto familiar por alguns dias, ou semanas, poderá ser reflexo de uma tentativa de adiar a separação destas crianças, demonstrando uma vontade de as manter, mesmo quando as circunstâncias o dificultam, ou não o permitem de todo. Talvez possamos dizer, ainda que sem certezas, que isto aconteceria para algumas das crianças que permanecem algumas semanas ou alguns meses com os seus parentes¹²⁶. Não podemos ignorar, ainda, que, a qualquer momento, as circunstâncias da vida podem mudar. Se, quando as crianças nascem, existe a possibilidade de as sustentar e criar, a qualquer momento isto pode alterar-se, quer seja por uma mudança das realidades económicas, ou até pela perda de um dos pais, o que, por sua vez, afeta a economia familiar, ou outras mudanças que alterem as dinâmicas familiares, levando a recorrer à assistência da Casa da Roda.

A procura de crianças é um dos aspetos que nos permite ver mais diretamente se existe, ou não, interesse, por parte das famílias, em retomarem estas crianças e tê-

¹²⁶ Aqui não podemos deixar de mencionar a existência de crianças que eram conduzidas de outros espaços para a Casa da Roda do Porto, processo que faria com que estas entrassem dias depois de, de facto, se terem separado das suas famílias.

las nas suas vidas, em algum momento. Ainda que seja uma minoria, deparamo-nos com algumas famílias, ou indivíduos, sobretudo mães, que se dirigem à Roda e procuram estas crianças. Em alguns dos casos, existe um conjunto de expostos que são procurados logo após a sua exposição na Roda, ou apenas alguns dias depois, o que parece demonstrar algum tipo de arrependimento. Esta decisão parece guiar-nos para a ideia de que, apesar das condicionantes que inicialmente levaram à tomada de decisão de expor uma criança, que algo mais forte, um laço emocional, tornou impossível esta separação. Além destes, deparamo-nos com os casos em que as crianças são procuradas mais tarde, em diversos momentos, após serem expostas. Nestes casos, os laços existentes e a importância que as crianças possuem preservam-se, mesmo passando anos sem contacto, e voltar a ter estas crianças no seu seio familiar é algo que tem importância para estes parentes. Independentemente do momento em que a procura destes expostos acontece, esta é uma realidade que aponta para que, de facto, estas crianças são valorizadas e que os seus pais se interessam por elas.

No entanto, seria abusivo dizer o oposto, que a grande quantidade de crianças que nunca é procurada terá sido rejeitada completamente pelos seus familiares. Uma criança não ser procurada, não significa, necessariamente, que não há interesse por esta. Se os contextos que levam à exposição em primeiro lugar não se alteram, e se estas crianças continuam, por exemplo, a pôr em causa a moralidade de alguém, ou se continua a não existir a capacidade de sustentar uma criança financeiramente, por mais vontade que possa existir por parte dos parentes, torna-se impossível conciliar a retoma destas crianças com as realidades. A par disto, podem ainda existir casos em que, resultado da elevada mortalidade, os pais destas crianças tenham falecido, não havendo, então, forma de procurar os seus filhos. Considerando as informações que as fontes nos transmitem, é impossível saber os motivos que explicam a não procura destas crianças, sendo que não podemos eliminar, de todo, a possibilidade de existirem casos em que, não havendo constrangimento à procura destas crianças, não houve interesse para o fazer.

Destaca-se, por fim, uma outra realidade que nos pode explicar o porquê de não haver mais crianças a serem procuradas: em alguns casos, os pais encontram-se

informados do paradeiro dos seus filhos e, à distância, vigiam a sua criação nas amas de fora (Sá, 1987, p. 94). Nestes casos, sabendo onde estão os filhos, não existe um incentivo para recorrer aos meios oficiais para saber do estado destes expostos e para os retomar, onde seriam obrigados a pagar a sua criação. Em alguns momentos, os registos de saída informam-nos que as amas sabem quem são os pais das crianças¹²⁷, ou que os pais se encontram informados do paradeiro dos seus filhos, o que põe em causa o princípio que determina o funcionamento da Roda e leva à intervenção da administração para retificar este problema. A manutenção de algum tipo de contacto com as crianças, ao longo da sua criação, revela-nos a preocupação que os pais destas crianças tinham com os seus filhos, mesmo estando separados.

4.2.3. Elementos identitários – laços de ternura?

A elaboração de um bilhete exige logística e planeamento. É necessário um investimento de energia e tempo para encontrar alguém que seja capaz de escrever, o que, por sua vez, pode também significar ter de acarretar uma despesa com um profissional da escrita (Reis, 2016, p. 124). A par disto, existirá também um investimento emocional em todo este processo, nomeadamente no que diz respeito à decisão das informações que deverão acompanhar estas crianças quando estas forem deixadas na Roda. Apesar destas exigências, uma parte considerável das crianças é acompanhada de um escrito, o que torna evidente a importância que este elemento de comunicação possui.

Ainda assim, existem diferenças na extensão e no nível de detalhe entre estes bilhetes, sendo impossível saber, exatamente, o que leva alguns indivíduos a escreverem bilhetes mais complexos e outros mais simples. Considerando que poderá haver fatores limitadores, é necessário ter cuidado em não comparar o valor destes entre si, mas antes, por aquilo que representam por si mesmos. Um escrito com maior

¹²⁷ Isto acontece, por exemplo, com o menino Joao Thomaz, que da entrada na Roda em janeiro de 1768 (ADP - Livro 21 das Entradas 1767, fl.137). Na margem do seu registo de saída, manda-se retirar a criança a esta ama “q sabem os pays onde está ele” (ADP - Livro 60 Saídas, fl. 76).

detalhe não reflete maior preocupação ou interesse numa criança do que um bilhete mais simples. Além disso, especialmente considerando a existência de condicionantes, o que estas notas dizem pode não ser tudo o que havia para dizer.

Mas então o que entender daqueles que não nos dizem nada? Como ver os casos em que estas crianças entram na Roda sem qualquer bilhete? Aqui, podemos encontrar uma evidência de apatia, não existindo interesse em deixar uma mensagem ou em estabelecer uma ligação direta com a instituição. No entanto, como vimos a mencionar, a produção destes bilhetes não é algo simples e acessível a qualquer um. A incapacidade de produzir estes bilhetes por sua própria mão e ter de recorrer a outros para a escrita coloca um entrave para aqueles que não conhecem alguém ou não podem satisfazer os custos de um profissional da escrita, ou para os que não querem arriscar revelar a sua identidade ou a existência destas crianças¹²⁸.

Nestes bilhetes, conseguimos encontrar expressões de preocupação. Os pedidos relativos à criação das crianças, de um modo geral, ou pedidos relativos a características desejadas nas amas que cuidassem dos seus filhos tivessem, revelam que os pais, apesar de terem abdicado de criar os seus filhos, desejam que estes sejam bem cuidados. A quantidade de vezes que este tipo de pedidos surge é reduzida. Quererá isto dizer que esta é uma preocupação que toca poucos pais? Será que estes indivíduos se veem obrigados a fazer uma seleção do que vão assentar nestes bilhetes e, por existirem informações consideradas mais importantes, como aquelas relativas à identificação da criança, este tipo de pedidos acaba por ser colocado de parte? É impossível saber ao certo, e não podemos concluir que isto reflete desinteresse pelas crianças, dado que não conseguimos averiguar se estas preocupações são comuns e apenas não se traduzem no papel.

A atribuição de um nome a uma criança, o nome que os pais escolhem, pode ser vista como algo que, de facto, é dado. Dado como uma herança de pais para filhos, como

¹²⁸ Colocamos a possibilidade, ainda que reduzida face ao rigor da administração na Roda, de alguns destes casos de ausência de bilhetes estar associada a perdas, sobretudo ao longo do caminho até à Roda, em alguns casos de longas distâncias.

um elemento que permanecerá e marcará o resto da vida destas crianças, como um símbolo de esperança para o futuro. “Ao dar um nome, um pai estava a oferecer um presente intangível e imaterial, cujo significado completo não poderia ser compreendido sem explicação”¹²⁹ (Seth, 2012, p. 17). Não sendo este apenas um elemento individualizador, mas estando carregado de um simbolismo e significados, aos quais, na maioria dos casos, nunca iremos ter acesso, o que revela é que dar um nome implica um investimento emocional e o estabelecimento de uma ligação, que marca tanto a vida destes expostos, como a dos seus pais.

Esta ideia de atribuição de um nome como um investimento no futuro pode ser sustentada pelo facto de que apenas as crianças que entram na Roda com vida trazem consigo um nome, e que, nos casos em que as crianças são deixadas falecidas na instituição, nenhuma delas é acompanhada de um nome, mesmo que, em alguns casos, decerto, o possuísse. Isto parece sugerir que, de facto, dar um nome é um ato de vida e uma expressão de esperança na sobrevivência destas crianças.

Consideremos, contudo, a quantidade residual dos expostos que deram entrada na Roda sem que tivessem um nome atribuído. Em teoria, dar um nome seria algo simples de fazer, não sendo necessário o intermediário que conseguisse escrever um bilhete, sendo possível transmitir essa informação oralmente para o interior da Roda, no momento em que se depositava a criança. Então, por que razão existe um número, ainda que menor, de crianças que não recebem um nome dos seus familiares? Será isto uma expressão de desinteresse pela criança? Mais uma vez, e como na maioria dos aspetos aqui abordados, a resposta a esta questão não pode ser dada de forma simples. É necessário considerar, primeiramente, que a ausência desta informação nos registos não significa necessariamente que esta nunca tenha existido, como referimos relativamente aos bilhetes, podendo existir perdas e esquecimentos. Por outro lado, esta atitude de aparente desapego pode ter origem no desejo de evitar o sofrimento da separação da criança, através da negação e do evitar de qualquer tipo de laço que

¹²⁹ Tradução nossa de “By giving a name, a parent was offering an intangible, immaterial gift, one whose full meaning could not be understood without explanation”.

implique um investimento emocional, o que, por sua vez, poderia resultar no sofrimento causado pela separação de um filho. Mesmo que seja uma separação temporária e continue a existir a esperança de, em algum momento, procurar esta criança, a consciência de que sempre existirão condicionantes, económicas, morais ou outras, poderá ter funcionado como um “apagamento” do nome, a dúvida e mesmo o desespero de não mais poder haver um reencontro.

O batismo é outra marca de integração. No ambiente católico, a confiança no poder divino é inerente à vida humana, transcende o terreno, e se prende com o bem-estar espiritual da criança, assegurando que, caso esta morresse, esta teria acesso à vida eterna, sob a proteção divina. Batizar e assegurar que são batizados é tranquilizador para a família, sendo penalizador para quem, na Roda, não zelasse por esta manifestação da ligação transcendente, com uma dimensão espiritual intrínseca.

Além do mais, todas as crianças que dão entrada na Roda trazem consigo algum tipo de objetos que constituem um enxoval. Seria errado levar a cabo comparações entre a constituição destes enxovais; cada um vale por si. Não parece ser de avaliar e tirar conclusões acerca do investimento emocional e do interesse dos pais por estas crianças com base no valor material, sendo que as condições económicas e até mesmo o tempo existente para as preparações antes da exposição têm um impacto. Se uma parte considerável dos objetos possui uma função utilitária (agasalho, conforto), outros são símbolos espirituais e de proteção divina, após a separação, considerando que a “crença sobrenatural frequentemente sustentava as relações emocionais que as pessoas tinham com o mundo material”¹³⁰ (Randles, 2021, p. 166). Este investimento emocional não é exclusivo para objetos de índole espiritual, mas pode ser visto em todos os sinais e peças de enxoval destas crianças. Estes elementos possuem uma forte carga simbólica e afetiva, valores relacionais íntimos, cujos contornos específicos são impossíveis de conceptualizar, sendo elos que fortalecem a ligação com estas crianças.

¹³⁰ Tradição nossa de “supernatural belief frequently underpinned the emotional relationships that people had with the material world”.

4.3. As amas internas

"[H]umas mulheres novas, ignorantes de ler, e escrever, e com pouca madureza para prezarem as horriveis consequencias, [...] nao merecendo menos atençaõ o mau tratam.to, que continuamente se experimenta, dao às crianças, que nao Caza da Roda se demorao, faltando lhe com o leite, comestivel e limpeza necessaria, chegando a tal extremo desamor das ditas Amas, que matarao alguas inda de leite aspancadas"¹³¹. Este é o cenário que nos é apresentado pelo Provedor da Casa da Roda, em 1768, como prelúdio do registo que estabelece o Regimento das Amas internas desta instituição. No entanto, questionamos esta fundamentação normativa. Até que ponto esta descrição, de facto, se applicava às realidades?

Parte da descrição que nos é apresentada destas mulheres assenta na sua ignorância e incapacidade de apreender a complexidade das realidades à sua volta. Estas mulheres são, de facto, ignorantes da leitura e da escrita¹³² e não possuíam os conhecimentos ou entendimentos do mundo que os homens que são responsáveis, pela sua descrição, possuem. Contudo, aquela apreciação não traduz o conhecimento do quotidiano daquelas mulheres, a sua diversidade e percursos heterogéneos. Veja-se que o cuidado e tratamento de crianças é uma tarefa complexa, que envolve um conjunto de conhecimentos e capacidades que qualquer cuidador tem de dominar.

Neste contexto, podemos ponderar a escolha de uma mulher para a posição de ama seca, figura que tutelava a Roda, onde nenhum homem podia entrar e vivia com as amas internas. Será a escolha de uma mulher para este cargo de vigilância uma manifestação do reconhecimento das limitações dos homens no que diz respeito aos cuidados infantis e uma procura de introduzir alguém com estes conhecimentos e

¹³¹ Regimento das Amas: ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 81v.

¹³² Nota-se que, para o período analisado, nos deparamos com suas amas que, em vez de terem alguém a assinar o registo de entrada em seu nome, o fazem pela sua própria mão, numa letra que demonstra algum domínio sobre a escrita. Uma destas mulheres, Maria Thereza, como iremos ver adiante, vai tornar-se ama seca, confirmando que não apenas tem a capacidade de assinar o seu nome, mas de ler e escrever confortavelmente.

capacidades para, de facto, conseguir controlar os cuidados que eram dados aos expostos? Verdadeiramente, à época, os cuidados eram exclusivos do mundo feminino.

Se as amas internas tratavam das crianças apenas por alguns dias, antes de serem enviadas para as amas de fora, não parece existir tempo para que se desenvolva algum tipo de relação com estas, individualmente. Contudo, um detalhe que nos pode indicar algum investimento ou, no mínimo, atenção é o facto destas amas serem capazes de identificar crianças que entram na Roda pela segunda vez. No entanto, a quantidade de vezes que isto acontece é bastante reduzida, sendo incerto se isto acontece por existirem poucas crianças que entram mais de uma vez na Roda, ou se estas simplesmente não são identificadas¹³³.

O cuidado que se investia na preservação da identidade dos expostos e no processo de preservação dos enxovais das crianças era insuficiente. A administração acusava o “pouco, ou nenhum zelo das Amas em ponto tam importante”¹³⁴. Novamente, tentamos aqui lançar um novo olhar. As tarefas destas mulheres não eram assim tão simples. Como lembrar o conjunto de informações relativas à entrada destas crianças e de todos os objetos que elas traziam consigo, sem o auxílio da escrita? E, ao mesmo tempo, realizar diversas tarefas e cuidar de várias crianças, com várias necessidades. Não parece surpreendente que estas amas internas, por vezes, trocassem ou esquecessem alguns aspetos, sobretudo quando o número de expostos por ama subiu significativamente. Assim, estes esquecimentos e trocas não devem ser vistos, imediatamente, como um reflexo de desmazelo no cumprimento das suas funções, ainda que, em alguns casos, possa ser essa a realidade.

Se o provedor faz referência ao *mau tratamento* revelado por alguns dos comportamentos destas amas para com as crianças, a verdade é que elas são repetidamente lembradas, logo no seu registo, das responsabilidades que estas assumiam, bem como ao modo como estas deviam tratar os expostos. Repetidamente,

¹³³ Isto pode acontecer porque as amas não são capazes de identificar as crianças, por a aparência da criança mudar ou porque as amas que inicialmente receberam a criança deixaram de estar ao serviço da Roda.

¹³⁴ ADP - Regimento das Amas- Livro I do Registo 1768, fl.81.

o zelo, amor ou caridade e a limpeza são centrais. Zelo e limpeza são os termos mais frequentes. No entanto, vendo como necessária a presença de caridade, entramos num campo mais próximo do emocional e de um tratamento que não considera apenas importante o bem-estar físico, ainda que aqui não possamos equiparar estes termos ao seu entendimento atual. Relembre-se a expressão com que abrimos este trabalho, na boca da mãe que se encomendava “à caridade e misericórdia”.

Se o Regulamento transmite a ideia da necessidade de contrariar más práticas, e transmite uma visão negativa destas amas, não podemos deixar de mencionar os momentos em que estas veem o seu papel valorizado. Um episódio pode ser sintomático. Aquando da tomada de decisões após os roubos levados a cabo por um mordomo da Roda, e decidindo-se que cargos seriam relevantes para o funcionamento da instituição, refere-se que “A Casa da Roda governa-se belamente sem Mordomo; Só Com a inspeção do Provedor, seu Escrivão e Secretario e a Ama Seca mulher de capacidade”¹³⁵, sendo, aqui, reconhecida a importância que a ama seca possui para o funcionamento da Roda, sendo colocada a par do provedor, escrivão e secretário. Finalmente, o reconhecimento do trabalho das amas era uma questão levada a sério, existindo uma preocupação em assegurar o pagamento dos seus ordenados. Comprovadamente, não podem prescindir destas mulheres e dos cuidados que estas davam aos expostos.

4.4. As amas de fora

Ao longo deste trabalho, temos vindo a ressaltar a importância que as amas de fora possuem para este sistema assistencial, dependendo, quase exclusivamente, destas mulheres, o cuidado dos expostos, por princípio, ao longo de sete anos. Como um bilhete curiosamente nos diz, “...para que supra a falta de seus pays que a dê a ama...”¹³⁶, esta(s) era(m) um substituto da família, que esta(s) criança(s) não tinha(m).

¹³⁵ ADP - Livro I do Registo 1768, fl. 87v.

¹³⁶ Registo de Entrada de Anna Victoria: ADP - Livro 21 das Entradas 1767, fl. 331-331v.

Apesar de existir uma proporção considerável de crianças a morrerem ao cuidado das amas de fora, como já avaliámos, isto não significa que estas são, necessariamente, causadoras das suas mortes, dado que, num contexto de mortalidade infantil elevada, muitas destas crianças nascem já, estatisticamente, de acordo com as dificuldades de sobrevivência à época, destinadas a morrer, sem que as amas possam interferir.

Não podemos, também, ignorar aqueles casos em que o cuidado com estas crianças é deficiente, negligente ou mesmo cruel, que transparece uma frieza e desinteresse com estes expostos, sendo, no entanto, difícil determinar se este é um tipo de comportamento dirigido à criança, de um modo geral, ou para estas crianças em particular, por serem expostos. Considere-se que parte das crianças eram criadas por uma mesma ama, na maioria do tempo em que se encontravam sob a responsabilidade da Roda, sinal de uma contínua atenção, mesmo que a motivação primária fosse o ganho pago pela Roda.

Contudo, parece improvável que, passando tanto tempo ao cuidado de uma ama, e o seu contexto familiar, não se desenvolva algum tipo de relação entre estas crianças e os indivíduos com quem coabitam e se relacionam. Como tivemos oportunidade de averiguar, numa parte considerável dos casos, ainda que possam existir mudanças de amas no percurso, a maioria destes expostos acaba por ter grande parte, senão mesmo a totalidade, da sua criação satisfeita por uma ama. Isto significa que, muitas vezes, estes expostos são criados pelas mesmas mulheres, nos seus contextos familiares durante anos, e durante este processo em que se amamenta, cuida e vê crescer uma criança, dia após dia, é provável que se desenvolva algum tipo de relação entre estas partes.

Dado que algumas destas crianças morrem pouco tempo após serem enviadas para as amas de fora, e que, de um modo geral, a sobrevivência destas está sempre em risco, é possível que, da mesma forma que os pais podem procurar um afastamento destas crianças nos primeiros momentos de vida para evitar o sofrimento de uma perda, o mesmo mecanismo exista para estas criadoras, que podem procurar evitar estabelecer

relação com um exposto que, a qualquer momento, quer seja por causa da morte ou por estes serem procurados pelos pais, pode, ser retirado da sua alçada.

Uma altura em que é possível saber algo sobre a forma como as amas se relacionam com estas crianças surge quando as crianças terminam o seu percurso pela Roda, aos sete anos. O que acontece numa parte considerável dos casos é que estas amas acabam por assumir a responsabilidade por estas crianças, a partir desse momento, sem receber soldo. É verdade que entre as motivações que podem justificar a decisão de incumbir-se da responsabilidade de cuidar destes expostos, estão as de natureza económica. Uma criança representava mão de obra. Ainda que, em teoria, os sete anos marcassem o momento em que as crianças começariam a trabalhar ou a aprender um ofício, já antes deste momento estas iam realizando um conjunto de tarefas, dentro de casa e até mesmo fora, que contribuía para o grupo familiar em que estas se encontravam. Tendo em consideração que estas crianças, certamente, já cumpriam algumas funções e tarefas e que, depois de algum tempo, acabavam por se integrar e contribuir para as dinâmicas e estrutura do grupo familiar das amas, compreende-se que existisse um interesse em manter estes expostos, dado a familiaridade que existia com estes e o contributo que estes tinham para a economia do grupo (Alves, 2013, p. 58). O enquadramento ocupacional dos maridos das amas de fora, que revelam uma presença considerável de lavradores, onde a mão de obra extra era indispensável, e onde as crianças poderiam receber algumas tarefas adequadas às suas capacidades, parece também suportar este interesse com base nas realidades económicas.

No entanto, uma outra motivação que pode levar estas amas e suas famílias a assumirem a responsabilidade por estes expostos prende-se com a afetividade gerada ao longo dos anos. Como dissemos, ao longo do tempo de criação, entre os expostos e as famílias das amas, existe uma probabilidade de se estabelecerem relações entre estes, e uma possível manifestação disto é o interesse em manter estas crianças consigo e criá-las após terminar o período de tutela da Roda. O envolvimento do grupo familiar com as crianças é sugerido no facto de, nos registos de saída, não se referir apenas às *creadoras* como quem fica responsável por estas crianças, mas por vezes surgir o termo

no masculino ou no plural, o que sugere o envolvimento do casal nas responsabilidades com a criança.

Finalmente, não esqueçamos os casos em que estas amas não expressam a intenção de ficar com estes expostos e estas são entregues a outros. Nestes casos, os laços que se formavam entre as amas e crianças eram débeis ou inexistentes, e não excluimos a possibilidade de que, existindo um interesse em continuar a criação, poderiam existir alguns aspetos que o impossibilitavam ou que, comprovadamente, não estariam na estratégia da família.

5. Um contributo para a mediação da Casa da Roda

Em torno da Casa da Roda do Porto, ocasionalmente, têm sido desenvolvidas exposições que pretendem dar a conhecer o funcionamento e o acervo documental da instituição, realizadas, nomeadamente, no espaço do Arquivo Distrital do Porto. A par disto, o interesse por este tema tem também surgido fora da área da história e da mediação e, mais recentemente, têm sido feitos trabalhos de fotografia em torno dos objetos do arquivo da Casa da Roda, como é o caso do trabalho de Felícia Oliveira (2023). Estes projetos, ainda que de diferentes modos (o primeiro com uma abordagem mais institucional, o segundo que procura encontrar os indivíduos particulares), refletem um esforço em dar atenção a esta realidade histórica, e àquela instituição, e em trazer este tema para os públicos. Não retirando valor ou mérito a estes trabalhos, não podemos deixar de mencionar a ausência de um plano estruturado de mediação, em grande parte porque a investigação relativa à Casa da Roda do Porto se tem focado em aspetos institucionais e administrativos, o que limita a informação existente e as possibilidades de projetos que possam vir a ser desenvolvidos.

Em alguns locais, existem museus dedicados a instituições de assistência dos expostos, como é o caso do *Foundling Museum* de Londres¹³⁷ ou o *Ospedale degli Innocenti*, em Florença¹³⁸. As abordagens utilizadas nestes espaços convergem em algumas ideias, possuindo objetivos similares, mas chegando a eles de formas distintas. A exibição de um número avassalador de sinais de expostos, no *Foundling Museum*, ou o grande número de gavetas correspondentes a crianças distintas no museu de Florença, cria um ambiente carregado de informação, difícil de processar, quase com uma sensação de sufoco, propositadamente. Estas formas de apresentar a informação

¹³⁷ *Foundling Museum* de Londres. Disponível em: <https://foundlingmuseum.org.uk/> (consultado a 29 de setembro de 2025).

¹³⁸ *Ospedale degli Innocenti*, Florença. Disponível em: http://www.museumsinflorence.com/musei/ospedale_degli_innocenti.html (consultado a 29 de setembro de 2025).

colocam em evidência o elevado número de crianças que dava entrada nestas instituições, o anonimato e a dissolução da sua identidade particular num grupo tão grande de crianças, estabelecendo e servindo como símbolos associados à morte e perda destas crianças.

O que pretendemos fazer não se alinha com estas abordagens. Iremos dar preferência às experiências individuais e às identidades particulares dos indivíduos associados a esta instituição, sendo, todavia, impossível não tocar naquelas questões-chave, que marcam a realidade da assistência aos expostos.

Considerando a interpretação patrimonial enquanto algo que “tem uma visão holística e integradora que se realiza através de um processo educativo multidirecional, multidisciplinar, sistemático e permanente em contextos formais, informais e não formais, com o objetivo de disseminar, cuidar, conservar, valorizar, interpretar, ativar e transmitir o património”¹³⁹ (Arnica, 2023, p. 7612), iremos esboçar um modo de abordar e mediar a Casa da Roda do Porto e os seus contextos.

O percurso que se apresenta adotou uma metodologia dialogante, porque está aberta à possibilidade de um exercício de discussão com uma equipa que, em conjunto, decidirá o melhor caminho expositivo: espaço disponível, se espaço físico, ou espaço virtual. Encare-se, pois, esta proposta, como permeável a sugestões, face ao volume de informação que se reuniu, e que quer dar rosto ao universo em redor da criação das crianças expostas.

¹³⁹ Tradução nossa de “has a holistic and integrative vision which is carried out through a multidirectional, multidisciplinary, systematic, and permanent educational process in formal, informal, and nonformal contexts with the objective of disseminating, caring for, conserving, valuing, interpreting, activating, and transmitting heritage”.

5.1. Objetivos

O objetivo geral para este projeto de mediação que aqui apresentamos, de forma sucinta, prende-se com dar a conhecer a Casa da Roda do Porto e a sua atuação enquanto instituição assistencial, as suas origens e evolução, as suas tutelas e o seu modo de funcionar e de prestar assistência a um conjunto de crianças numa posição muito particular, os expostos. Não pretendemos, nem seria viável, apresentar esta instituição num vácuo, sem todo o contexto histórico em que se enquadra. Ainda que de forma orgânica e sem causar uma amálgama de temas que desvie da realidade em que aqui nos centramos, seria importante acompanhar as realidades da Roda com as realidades contextuais: a época em que se insere, na articulação entre poderes (reformas régias, municipais e da Misericórdia) e espaço urbano (centralidade da Roda em relação aos hospitais e outras instituições da cidade dentro de portas). A representação cartográfica e orgânica será fundamental, numa visão de conjunto.

Uma abordagem que se centre apenas nestes aspetos institucionais será, necessariamente, incompleta, não permitindo acesso à complexidade que existia em torno da Roda e eliminando o que consideramos ser o elemento mais importante da história: as pessoas. Posto isto, pretendemos trazer a parte humana desta instituição, com os seus diversos intervenientes e dinâmicas entre si, para o plano central, para que o visitante tenha contacto não com uma ideia abstrata de um indivíduo histórico, mas sim que encontre pessoas com uma identidade particular e com características individuais. Este modo de explorar esta realidade, que é influenciada pela abordagem da micro-história, que toca em realidades particulares de certos indivíduos, faz com que o visitante veja, de facto, um ser humano concreto, o que tornará mais fácil estabelecer algum tipo de ligação com estes indivíduos e com o passado e, consequentemente, facilitar e tornar mais interessante o processo de aprendizagem.

Um outro objetivo que se revela central, e que contribui, também, para a individualização do agente histórico é a transmissão das experiências emocionais em torno da Casa da Roda. Como se tornou evidente na fase de investigação histórica, esta instituição surge como um observatório das dinâmicas e realidades emocionais deste período, em particular, mas não unicamente, no que diz respeito às crianças. Partindo,

então, da assistência que a Roda providenciava aos expostos da cidade do Porto, pretendemos evidenciar algumas destas realidades afetivas em torno da criança, bem como procurar revelar as dimensões emocionais particulares deste espaço e dos que a ele se associam.

5.2. Estrutura do projeto

Para que seja possível tocar as três dimensões distintas que pretendemos incluir nesta exposição, o funcionamento da Casa da Roda do Porto, as vivências dos indivíduos a ela associados e as dimensões afetivas presentes nesta realidade, de forma harmoniosa e sem criar algo tão denso que coloque um entrave e dificuldade na sua apreensão, propomos desenvolver uma exposição que se baseia em percursos de vida, em particular dos expostos e das amas, que integram de forma espontânea e com uma organização natural todas estas dimensões.

Os públicos a que este projeto pode ser direcionado são vários, dado que os temas centrais em torno dos quais este se desenvolve tocam em realidades universais, ainda que com dimensões e características variáveis. Apesar disto, decidimos considerar o público alvo os grupos familiares. A exploração desta exposição num contexto de família parece criar o ambiente mais vantajoso para refletir e considerar as informações que são apresentadas. Por um lado, o contexto familiar serve de elemento de ligação, e comparação, entre o passado e o futuro, entre a família em que um se enquadra, e as estruturas e relações existentes no passado, o que, por sua vez, pode contribuir para um melhor entendimento das realidades históricas apresentadas. Por outro lado, a participação nesta atividade com os membros do grupo familiar poderá oferecer um contributo para a compreensão ou até mesmo reforço das ligações dentro do núcleo familiar¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Tendo em conta as realidades que o tema que exploramos inclui, nomeadamente questões de separação da família ou da morte, e morte de crianças, pode-se questionar até que ponto faz sentido este projeto ser, em parte, direcionado para crianças. Em resposta a esta questão, ainda que, muitas vezes, exista uma tendência para resguardar as crianças de temas que se considerem complexos ou emocionalmente fortes, fazê-lo não é necessariamente o melhor, uma vez que isto pode impactar o

Para este projeto, a estrutura e organização do espaço que se idealizou corresponderia a caminhos que representam a vida de uma determinada pessoa e a apresentação de diversos momentos da sua vida, por ordem cronológica, focando não apenas momentos relativos à sua passagem ou serviço na Roda, mas também incluir aspetos relativos à sua vida antes e depois do período em que estabelece uma relação com a instituição. Ainda que seja possível desenvolver este projeto com apenas um caminho, idealmente, nesta exposição, existiria mais do que um percurso, correspondente a experiências e indivíduos distintos, que se cruzam ou se relacionam ao longo das suas vidas.

Neste modo de desenrolar da exposição, os aspetos relativos ao funcionamento e à administração da Roda deverão surgir em espaços adjacentes aos caminhos que são a nossa linha central, introduzindo esta dimensão da Casa da Roda de modo a complementar os momentos e acontecimentos do percurso individual. Aqui estará presente informação relativa às origens da instituição, ao seu modo de agir perante diversas situações, informações adicionais relativas aos funcionários, assim como informações mais quantitativas relativas aos expostos e às amas que permitam enquadrar as vidas no contexto e tendências gerais da instituição.

Nos exercícios de reconstrução de percursos de vida, em muitos casos, é difícil ou mesmo impossível obter uma visão totalmente completa da vida destes indivíduos. Estes vazios de informação, aos quais os historiadores estão acostumados, para um projeto de mediação que se estrutura em torno de narrativas acerca da vida de um indivíduo podem surgir como um problema, dado que podem condicionar o fluxo que se pretende criar ao seguir estes percursos.

entendimento e interferir na capacidade de lidar com estas realidades (Schonfeld, 1993, p. 269). Pelo contrário, a psicologia aponta para a importância de apresentar e apoiar as crianças na navegação destas emoções (Puskás, 2023, p. 900). Assim sendo, o contexto museológico surge como um espaço que permite o contacto com este tipo de realidades mais complexas e difíceis, onde as crianças podem ter um primeiro contacto com estes acontecimentos e onde podem ser explorados mecanismos para lidar com estas situações, num espaço seguro e controlado.

Relativamente a isto, sugerimos duas possibilidades. Por um lado, transmitir informação incompleta e demonstrar estes vazios permite ao visitante compreender um pouco do processo de investigação histórica e os obstáculos com que os historiadores se deparam no seu trabalho, não sendo estas ausências, necessariamente, negativas. No entanto, apesar desta visão ser mais autêntica, a presença de uma narrativa incompleta pode ter um impacto negativo para a apreensão desta realidade. Uma possibilidade para contornar este problema poderá ser adotar uma perspetiva que se inspira nas ideias da história contrafactual ou especulativa¹⁴¹. Aqui, o que sugerimos seria, para responder aos possíveis vazios com que nos deparamos, pôr em prática um raciocínio contrafactual, não como um exercício de imaginação, mas como um processo fundamentado e baseado na informação existente e disponível, para completar as falhas existentes.

A posição que nos parece mais apropriada, relativamente a esta questão, seria uma de equilíbrio entre estas duas possíveis abordagens de modo a que as narrativas criadas se mantenham o mais fieis possíveis e respeitem as vidas dos indivíduos cujas histórias servem de matéria-prima para o desenvolvimento deste projeto, ao mesmo tempo que, reconhecemos que este é um instrumento usado para a mediação e é necessário fazer adaptações, para que responda às necessidades do presente e para a compreensão de uma realidade de forma mais completa e frutífera.

5.3. Uma abordagem multissensorial

Para que exista algum tipo de aprendizagem é essencial a existência de uma postura ativa por parte do visitante, com um investimento consciente para compreender o que é apresentado, de modo a provocar uma reflexão crítica em torno das realidades a que este é exposto (Ham, 2007, pp. 43-44; Silva, 2007, p. 63), sendo inconcebível que um projeto de mediação se limite a apresentar um conjunto de factos

¹⁴¹ Aqui não vamos entrar em debate se faz sentido ou não para a história, mas considerar os benefícios que pode ter na mediação patrimonial.

e esperar que estes sejam assimilados de forma passiva pelos visitantes (Hein, 2006, p. 345).

Uma experiência educativa terá maior sucesso se for capaz de criar uma abordagem multissensorial que combine estes diferentes modos de aprendizagem e se molde às necessidades do visitante¹⁴² (Roberts, 2014, p. 194; Hein, 2006, p. 345), conciliando aspetos cognitivos, sensoriais e emocionais (Roberts, 2014, p. 193; Silva, 2007, p. 63), torna-se possível a criação de uma experiência mais imersiva, cativante, impactante e memorável.

A ideia de uma aprendizagem *hands-on*, cada vez mais presente no espaço museológico, com resultados positivos, tem por base a exploração direta e a interação com objetos ou experiências que permitem algum tipo de relação física (Hein, 2002, pp. 30-31; Silva, 2007, pp. 63-64). Neste projeto gostaríamos de incluir esta dimensão tátil, permitindo contacto com os objetos mais marcantes e de maior interesse dentro da realidade da Casa da Roda, como os bilhetes deixados com as crianças, os sinais e as peças de enxoval.

Evidentemente, a primeira questão que surge é a da preservação destes objetos, sendo impensável colocá-los em risco de se danificar ou perder completamente. Neste caso em particular, esta questão nem se coloca porque grande parte dos objetos em questão, sendo, na sua maioria, peças do quotidiano que seriam usadas até não terem mais utilidade, e sendo principalmente materiais têxteis, de difícil conservação, não chegaram até à atualidade. A solução para esta questão é a criação de réplicas. Ainda que estes objetos não se tenham preservado, as fontes preservam as suas descrições que, no caso dos enxovais deixados com os expostos, são bastante detalhadas, com

¹⁴² Isto significa que o visitante, com as suas características e fatores individuais como as crenças, perceções, os interesses, as emoções, os conhecimentos prévios ou o investimento numa atividade (Falk et al., 2006, p. 325; Haan, 2006, p. 193; Silva, 2007, p. 61), ocupa um papel central enquanto agente ativo e interventivo na construção de significados (Hein, 2002, pp. 34-36). É em torno de tais significados que se devem desenvolver os projetos de mediação (Silva, 2007, p. 57; Falk et al., 2006, p. 325).

informações relativas ao material das peças, estado de conservação e cores¹⁴³. Tendo estas descrições por base, torna-se possível fazer uma recriação exata destas peças de enxoval, principalmente de peças de roupa, sendo mesmo possível recorrer aos métodos de produção da época, para maior exatidão. Ou então, usando formato digital, a apresentação tridimensional e em escala ampliada, para apresentar detalhes, seria fundamental. Mesmo em espaço físico, as duas componentes são passíveis de coexistir.

De modo similar, os bilhetes, cujos originais, para a maioria do tempo de funcionamento da Casa da Roda, se perderam, podem ser recriados, para que o visitante possa abrir e ler por si estes escritos. Em alguns casos, existem não apenas as transcrições da informação presente nos bilhetes, mas também alguns outros detalhes, como pequenos desenhos neles incluídos, a forma como vinham dobrados ou o lacre que traziam. Aqui, recorrendo ao Braille para a escrita e ao relevo para os desenhos, considera-se possível tornar também estes bilhetes mais acessíveis. A par disto, podem ainda existir gravações da leitura destes bilhetes que os visitantes podem ouvir. Seria importante estabelecer um protocolo com o Centro Professor Albuquerque e Castro, sob a administração da Santa Casa da Misericórdia do Porto, que tem como objetivo produzir livros, publicações e outros materiais em Braille, de forma a tornar acessíveis a informação, a cultura e a literacia às pessoas cegas, com deficiência visual ou com baixa visão¹⁴⁴.

Ao adicionar estes elementos à exposição, o visitante não fica limitado apenas a ler transcrições das descrições destes objetos, com uma atitude passiva, mas tem a possibilidade de contactar diretamente com estes, motivando um maior investimento e interesse, que apoiam a interpretação da realidade e encorajam uma interação emocional.

¹⁴³ A par destes, não prescindimos da mais tradicional presença dos objetos e documentos originais, quando estes existem e o seu estado de conservação o permite, mas estes, evidentemente, devidamente resguardados.

¹⁴⁴ Centro Professor Albuquerque e Castro. Disponível em: <https://www.scmp.pt/pt-pt/imprensa-braille/cpac> (consultado a 29 de setembro de 2025).

A luz é um elemento que pode ser manipulado com diferentes propósitos, sendo que o uso de maior ou menor iluminância, em certos momentos da exposição, pode ajudar a refletir tanto as características como os sentimentos associados a um determinado momento. O recurso a zonas menos iluminadas, por exemplo, na parte da exposição que corresponde ao momento de entrada na Casa da Roda, marcado pelo secretismo e estando associado à separação da criança da sua família, ou em momentos que toquem na perda de vida de uma criança, ajuda a pintar o ambiente emocional destes momentos. Por oposição, em espaços onde se abordam questões como a procura e retoma de uma criança pelos seus familiares, ou o terminar da tutela da Roda, podem surgir associados a uma maior iluminação, que representa a vida, sobrevivência e o reencontro.

Em termos auditivos, não nos parece pertinente o uso de música como pano de fundo para esta exposição. O impacto que a música tem no estado emocional dos seres humanos é inquestionável, e o seu uso no espaço museológico pode ser bastante vantajoso para a transmissão de uma mensagem. No entanto, exatamente por sabermos o impacto que a música tem no visitante, para este projeto, consideramos melhor não o fazer. Ao selecionarmos qualquer tipo de composição musical para um determinado momento desta exposição ou para uma determinada realidade da Casa da Roda, estaríamos, desde logo, a condicionar o tipo de reação e interpretação emocional que o visitante faria de um determinado aspeto. Além disto, a seleção das melodias e dos sentimentos a elas associados estaria, necessariamente, a impor as interpretações particulares dos mediadores.

Uma opção para adicionar elementos auditivos que tornem esta experiência mais imersiva e multissensorial seria fazer algo similar ao que é feito no *Ospedale degli Innocenti* (Clark e Nye, 2023, p. 12), e recorrer a sons de crianças, como risos ou choros, sendo possível incorporar outros sons que estejam associados à vida quotidiana.

O que aqui se pretende construir é uma experiência que, o mais possível, não depende de um único sentido ou forma de expor a informação, mas antes que seja a combinação de várias abordagens. Com isto, pretende-se criar um projeto que seja capaz de se adaptar ao modo preferencial de aprender do visitante, sendo mais

interativo e atrativo. Por outro lado, a diversificação dos modos de apresentar a informação permite tornar a exposição mais acessível e inclusiva para pessoas com deficiências sensoriais.

5.4. As emoções - um veículo de mediação

Independentemente da presença ou ausência de uma curadoria emocional por detrás de um museu ou de uma exposição, estes espaços são locais que incitam a algum tipo de respostas ou reação emocional do visitante (Zembylas, 2018, pp. 198-199; Varutti, 2023, p. 61). No entanto, é possível tirar proveito e beneficiar deste modo do ser humano se relacionar e de apreender o mundo em projetos de mediação patrimonial, permitindo que a interpretação surja do visitante e seja moldado pela sua subjetividade, experiências e interesses (Varutti, 2023, p. 71; Roberts, 2014, p. 194), dando-lhe a liberdade para decidir como, quando e de que forma interage, reage e se expressa (Smith e Campbell, 2015, pp. 17-18). Isto, por sua vez, motiva um maior envolvimento do visitante (Miklošević e Babic, 2018, p. 71) e cria espaço para um entendimento mais completo e profundo de uma realidade (Norris e Rainey, 2017, p. 103) que, por sua vez, cria uma experiência mais agradável¹⁴⁵ e que potencia o crescimento pessoal (Varutti, 2023, p. 72).

Para este projeto, quando construímos o nosso *emotional mapping* (Norris e Rainey, 2017, pp. 103-104) adotamos uma postura descontrainda e, em vez de atribuir a cada fase da exposição a reação emocional que se pretende, ou se prevê que seja atingida, deixamos as possibilidades em aberto, permitindo a presença de um conjunto vasto de emoções, sem limites, que será determinado pelo visitante ao longo da sua experiência¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Nota-se, aqui, que nem todas as experiências têm o objetivo de ser agradáveis. Algumas procuram mesmo causar sentimentos de angústia no visitante. Consideremos agradável no sentido de ter valor para o visitante.

¹⁴⁶ Até porque, como diversos estudos em torno das respostas emocionais dos visitantes demonstram, esta seria uma tentativa fútil, dado que cada um reage e interpreta de modo distinto e tendo em conta as suas experiências e sensibilidades individuais, independentemente dos objetivos dos mediadores.

O quadro emocional que tipicamente surge associado à Casa da Roda, e à exposição de crianças, tende a ser marcado por sentimentos de choque, dor, tristeza entre outros similares¹⁴⁷, que são consequência, em parte, da reação que se espera que alguém tenha perante uma realidade tão distante da atual, mas também como resultado de uma mediação, ou apresentação desta realidade que é incompleta, senão mesmo, parcial. Se nos limitarmos a deixar que este grupo de emoções domine o projeto, estaríamos a limitar, por um lado, a visão das experiências emocionais deste contexto que, como averiguámos durante a investigação histórica, são mais complexas, mas também a circunscrever as possibilidades de interpretação e compreensão desta realidade a um conjunto de emoções similares a estas.

Pretendemos, então, abrir portas para a presença de um conjunto mais amplo de respostas emocionais, que variam ao longo dos diferentes momentos da exposição, que sejam contraditórios e que formem uma rede complexa de emoções. Ao fazer isto, torna-se possível estabelecer uma ligação e apreender a complexidade das vivências afetivas dos agentes históricos do passado, ao mesmo tempo que, para o visitante, esta representa um exercício estimulante e enriquecedor para a sua própria vivência emocional.

Ainda que optemos por não estipular nenhum conjunto de respostas emocionais, existe a exceção para uma emoção que, de facto, pretendemos que o visitante atinja na sua experiência: a empatia. A empatia surge, dentro dos temas de curadoria emocional, com uma importância destacada pela capacidade que esta tem em criar conexão, tanto com o outro, como com o passado que, por vezes, parece tão inacessível, pelo impacto mais duradouro no visitante, assim como pela possibilidade de causar mudanças (Smith e Campbell, 2015, p. 17; Norris e Rainey, 2017, p. 103).

¹⁴⁷ É importante reforçar que aqui não criticamos negativamente este tipo de reação emocional, sendo que estas emoções são reações completamente válidas e que decerto irão surgir durante a interação com as realidades que tocamos neste tema. Ao colocar em causa este tipo de reação, não queremos dizer que esta é “errada”, ou de forma alguma estabelecer uma forma de reagir “correta”. Apenas nos parece que limitar uma realidade tão complexa a apenas este conjunto de emoções é um desserviço tanto para esta realidade histórica, como para o visitante.

O uso da empatia, no entanto, deve ser feito com precaução para que, neste processo, o indivíduo não se relacione tanto com o outro, a ponto de perder a sua individualidade neste processo, não considerando, desta forma, a diferença do outro e das suas experiências. O modo como Jennifer Bonnell e Roger Simon colocam o modo de recorrer à empatia torna-se claro: “Em vez de presumir uma semelhança dos sentimentos, a empatia neste modo de ver torna-se uma relação de reconhecimento, uma resposta aos sentimentos dos outros que faz questionar como será viver em proximidade desses sentimentos, de viver de maneira em que se experiencia a força desses sentimentos para alterar a sua própria experiência do mundo e das suas ações nele. Este reconhecimento da situação do outro não pressupõe nem implica que alguém realmente sinta o que o outro sente. É um processo de resposta e aproximação ao outro, no qual o outro permanece diferente, um processo em que as nossas diferenças enquanto pessoas individuais não são obliteradas”¹⁴⁸ (Bonnell e Simon, 2007, p. 76).

Num projeto que tem como um dos temas centrais as vivências emocionais e que recorre a uma curadoria emocional como abordagem à mediação, “não é suficiente simplesmente invocar emoções numa exposição; também é importante apoiar os visitantes no processar dessas emoções”¹⁴⁹ (Norris e Rainey, 2017, p. 106). Por isso, propomos aqui alguns instrumentos e exercícios que permitem, exatamente, apoiar o visitante no processamento emocional ao longo da exposição, assim como posteriormente.

Primeiro, é importante considerar que existem indivíduos com uma maior sensibilidade, quer por natureza, quer pela relação que podem estabelecer com alguns dos temas que se exploram neste projeto, para os quais esta experiência pode, em

¹⁴⁸ Tradução nossa de “Rather than presume a similarity of feelings, empathy thus reconceived becomes a relation of acknowledgement, a responsiveness to the feelings of others that opens the question of what it might mean to live in proximity to these feelings, to live in ways in which one experiences the force of these feelings to alter one’s experience of the world and actions in it. This acknowledgement of the other’s situation neither presupposes nor implies that one actually feels what the other feels. It is a process of being responsive to and reaching out toward another in which the other remains other, a process within which our distinctiveness as individual persons is not obliterated”.

¹⁴⁹ Tradução nossa de “It’s not enough merely to evoke emotions in exhibitions; it’s also important to support visitors in processing those emotions”.

alguns momentos, tornar-se difícil ou angustiante. Parece, então, prudente incluir ao longo desta exposição algum espaço calmo e de refúgio, para onde o visitante se pode retirar para regular e equilibrar. Estes espaços podem também ser úteis para visitantes que começam a sentir fadiga ao longo da experiência¹⁵⁰.

Um elemento, por exemplo, que pode ser introduzido, no sentido de apoiar o processamento emocional, bem como para contribuir para a exploração da vida emocional individual seria uma roda das emoções (Figura 1).

Figura 8- Exemplo de uma versão simples de uma Roda Emocional



Fonte: Zeng et al, 2021, p. 153363

Esta ferramenta, tipicamente usada no contexto da psicologia, ainda que possua várias formatações, é uma representação visual na qual se organizam e interrelacionam um conjunto de emoções. Enquanto elemento a ser usado num espaço museológico, este pode apoiar a exploração e comunicação, sendo fácil de compreender e usar, e coloca na mão do visitante um elemento que o ajudará, por um lado, a expressar-se e, por outro, a compreender melhor a sua própria interioridade¹⁵¹.

¹⁵⁰ Aqui, seria proveitoso incluir e colaborar com profissionais da área da psicologia que, dotados de um conjunto de conhecimentos, ferramentas e experiência relativas ao processamento emocional, podem ajudar a desenvolver estes mecanismos de forma mais apropriada e eficiente.

¹⁵¹ Existem versões distintas destas rodas emocionais, algumas mais simples, outras mais complexas, sendo que podem ser usadas diferentes versões e adaptações para tornar este instrumento mais acessível, por exemplo, para crianças.

5.5. Face a face - reconstrução de percursos de vida: “o meu nome é Custódia”/“o meu nome é Maria Theresa”

Por considerarmos que a aproximação ao quotidiano e aos agentes históricos associados à Roda permite um contacto com as complexidades do passado histórico, seleccionámos dois casos, que tanto podem corresponder a situações excepcionais como se assemelharem a muitos outros casos que não conseguimos reconstituir. Dois perfis são relevantes do universo da Roda: uma criança, Custódia, e uma Ama, Maria. Iniciar por “o meu nome...” é a tentativa de lhes dar voz.

O meu nome é Custódia, exposta (1766-1823)

O caso que procuramos reconstruir centra-se em torno de uma menina, Custódia, que deu entrada na Casa da Roda em 1767. Seleciona-se por ser possível segui-la em diversas fases enquanto esteve sob a tutela desta instituição e por se ter revelado um caso em que é possível ver um pouco da sua vida após a passagem por esta instituição.

João Ferreiro Camelo e Maria Teixeira eram casados¹⁵² quando nasceu a sua filha, a 11 de dezembro de 1766, a primeira e única filha deste casal, Custódia, que é batizada, na freguesia de S. Martinho de Recezinhos (Penafiel), a 21 do mesmo mês¹⁵³. Meio ano depois do nascimento desta criança, a 19 de julho de 1767, entre as nove e as dez da noite, esta menina é deixada na Casa da Roda do Porto, com o bilhete seguinte:

“Esta Menina batizada, chamasse Custodia M^a da Ascensão, tem de id^e seis mezes; enjeitafe por a Mai estar em perigo de vida por doença q D^s lhe deu, e ser pobre, não haver com q a crie, a seu tempo se há de procurar, leva de sinal um contas ouro,

¹⁵² No batismo de Custódia, no registo de óbito de Maria Teixeira, no segundo registo de casamento de João Ferreiro.

¹⁵³ Batismo de Custódia: ADP - Registos de Batismos (PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/001/0008) - Paróquia de São Martinho de Recezinhos, fl. 248, 248v.

uma moeda de trez r, pregada em uma fita de la, leve trez camisas, e seu apertadoiro, e mais uma coifa= 24 de Junho de 1767 ”¹⁵⁴

A par dos objetos que são citados neste bilhete, Custódia trazia, adicionalmente, um pano branco, um cueiro branco de cobertor e duas verónicas presas à fita de lã. Custódia Maria da Ascensão é levada a batizar *sub condicione* no dia seguinte.

Contudo, foram precisos 25 dias para a decisão de exposição ser tomada – o bilhete foi escrito muito antes da exposição¹⁵⁵. O silêncio dos dias parece dizer que a exposição de uma criança é algo pensado e ponderado com antecedência: hesitação, tentativa de retardar esta separação?

O pai fica livre para casar, como era habitual a um viúvo, porque, dias mais tarde, a mãe, Maria Teixeira, faleceu algum tempo após a entrega da menina na Roda, pouco mais de um mês, a 24 de agosto de 1767¹⁵⁶, após o que parece ter sido um período prolongado de luta contra uma doença indeterminada.

Pouco tempo após a sua entrada na instituição, uma semana mais tarde, Custódia é entregue a uma ama de fora, a 21 de julho de 1767, Maria Meyreles, casada com Joze Souza Almeida, alfaiate, habitantes na freguesia de S. André de Sobrado, em Valongo¹⁵⁷.

Maria Meyreles é filha natural de Marianna Meyreles Barroza (?), de Santa Maria de Sousela, natural porque é filha de uma relação ilegítima¹⁵⁸. Quando recebeu a menina

¹⁵⁴ Entrada de Custódia Maria da Ascensão: ADP - Livro 20 das Entradas 1766, fl.358v-359.

¹⁵⁵ Chama-se a atenção para a discrepância entre o dia em que Custódia dá entrada na Roda e a data do bilhete que é deixado com ela.

¹⁵⁶ Registo de Óbito de Maria Teixeira: ADP - Registo de Óbitos (PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/003/0003) - Paróquia de São Martinho de Recezinhos, fl. 172.

¹⁵⁷ Registo de Custódia: ADP - Livro 58 das Saídas 1765, fl. 463v.

¹⁵⁸ A maioria dos registos que possuímos são omissos na identificação do pai, no entanto, um deles, o registo de batismo de uma filha desta ama, revela-nos a identidade desta figura, e torna-se evidente o motivo desta omissão. Este homem é, então, o Reverendo Sebastiam Pinto Macedo, originário de Provesende, antigo abade de Sousela. Maria Meyreles não é, deste modo, verdadeiramente, uma filha natural, mas sim ilegítima, sendo fruto de uma relação com um individuo que assumiu votos religiosos.

Custódia, tinha casado há 9 anos¹⁵⁹ e possuía uma filha, de dois anos¹⁶⁰, pelo que ainda teria leite, e queria continuar a tê-lo, como era comum, sendo uma forma de evitar uma nova gravidez. Terá um segundo filho a 10 de fevereiro de 1771, Manuel Joze¹⁶¹.

Maria Meyreles inicia as suas funções como ama pela primeira vez dois anos depois do nascimento da sua primeira filha, Maria Thereza, e pela segunda vez um ano e quatro meses após o nascimento de Manuel Joze. Esta cronologia sugere que esta mulher entra no serviço da Roda como ama de leite por altura em que deixaria ou começaria a reduzir a amamentação dos seus próprios filhos.

A exposta Custódia ficará, então, sob a tutela desta ama na totalidade da sua criação pela Roda. Esteve sempre bem criada¹⁶² e conviveu, certamente, com os dois filhos da ama¹⁶³. Também com outro exposto, Cláudio, porque a mesma ama recebe o menino a seu cuidado, a 8 de julho de 1772, com um mês de idade. No entanto, este vai falecer pouco tempo depois, a 5 de setembro de 1772, com apenas três meses, sendo uma das muitas vítimas da alta mortalidade que se verifica na década de 70 do século XVIII.

Isto significa que, em certo ponto, na casa da família desta ama coabitavam três, por um curto período quatro, crianças: os dois filhos da ama e a exposta Custódia. Maria

¹⁵⁹Esta ama casou, a 10 de novembro de 1758, com Joze Souza de e Almeida Registo de Casamento de Joze de Souza e Almeida e Maria Meyreles Barroza (?) - Registos de Casamentos (PT/ADPRT/PRQ/PLSD24/002/0004) - Paróquia de Sousela, fl. 1v-2.

¹⁶⁰ Maria Thereza, nascida a 21 de julho de 1765, batizada no dia 27 do dito mês, tendo como madrinha a sua tia, irmã desta ama, Margarida de Souza, solteira. Registo de Batismo de Maria Thereza: ADP- Registos de Batismo (PT/ADPRT/PRQ/PSTS33/001/0003) - Paróquia de Sobrado, fl. 49-49v. O registo de batismo da primeira filha desta ama contém uma informação adicional, curiosa e reveladora das práticas à época. O pároco diz-nos que a madrinha desta menina, a sua tia, Margarida, teria batizado esta criança em casa, mas que “pelo sobresalto em que estava e se nam lembrava se lançou a agoa no tempo que proferia a forma” pelo que voltou a realizar o ritual na sua totalidade. Isto revela-nos, por um lado, a importância de seguir o ritual e atribuir o sacramento de forma correta e detalhada. Ficamos a saber, então, que a acompanhar, e talvez mesmo a assistir ao parto de Maria Meyreles estaria a irmã desta mulher, que, como já vimos, exemplou a criança quando esta nasceu. Destaca-se o termo “sobressalto” que sugere que este nascimento poderá ter tido alguns problemas, ou que existia uma preocupação e medo de perder esta vida.

¹⁶¹ Batizado a 14 de fevereiro. Registo de Batismo de Manuel Joze: ADP - Registos de Batismo (PT/ADPRT/PRQ/PSTS33/001/0003) - Paróquia de Sobrado, fl. 57.

¹⁶² Não havendo registo de nenhum problema com o tratamento, nem registo de nenhuma doença, porque nas apresentações trimestrais a que era obrigada nunca houve ocorrências.

¹⁶³ Não identificámos registos de óbito dos filhos desta ama.

Meyreles é responsável por criá-las. Era um núcleo familiar dentro dos parâmetros habituais da época, com cinco membros.

As responsabilidades desta ama para com Custódia terminam a 19 de setembro de 1774, quando a menina atinge os sete anos, momento no qual esta regressa para a Casa da Roda. Nenhum laço afetivo parece ter perdurado após anos de convívio e a ama não apresenta intenção de com ela ficar ou, talvez, as circunstâncias não o permitem. Três semanas mais tarde, a 8 de outubro, João da Costa, lavrador de S. Martinho de Sardoura, em Lamego, assume a responsabilidade por ela, apresentando como fiador um ourives, João Pinto Pereira.

Ainda que tenha sido dada por terminada a tutela da Roda com esta exposta e sendo ocorrência não muito comum, Custódia é procurada pelos familiares. A 24 de maio de 1779, quase 12 anos após expor a menina na Casa da Roda e cinco anos após residir com aquele lavrador de Lamego, João Ferreiro, o seu pai, retoma a sua filha, não fazendo o pagamento da criação, por apresentar certificado de pobreza.

Apesar de passar mais de uma década desde a separação da sua filha, este pai demonstrou interesse em recuperá-la e voltar a tê-la no seu grupo familiar. Um grupo familiar mudado, dado que, após a morte da sua primeira esposa e mãe de Custódia, João tinha voltado a casar, em 19 de julho de 1768, com Lucia Moreira da Fonseca¹⁶⁴. Podemos levantar questões acerca deste alargado período de espera até à procura desta criança. Uma vez que o pai se voltou a casar pouco tempo depois da morte da sua primeira esposa¹⁶⁵ e existindo uma figura de substituição à mãe, parece que poderia ser possível retomar Custódia mais cedo. A verdade é que não encontramos evidências da existência de filhos de João Ferreiro com Lucia Fonseca. Uma interpretação possível para a retoma desta menina poderá ser a resposta à falta de filhos.

¹⁶⁴ Registo de Casamento de Joam Ferreira Camelo com Lucia Moreyra da Fonceca: ADP - Registos de Casamentos (PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/002/0004) - Paróquia de São Martinho de Recezinhos, fl. 4- 4v.

¹⁶⁵ Neste período era comum que os segundos casamentos acontecessem rapidamente, especialmente se o cônjuge que falecia era a mulher, dado que se perdia a responsável pelas lides domésticas e pelas tarefas associadas à sobrevivência, bem como pelo cuidado de crianças ou outros indivíduos (Osswald, 2008, pp. 396-397).

Custódia foi viver com o pai. Aos 33 anos de idade, a 19 de maio de 1800, na mesma freguesia do seu pai, Recezinhos, casa com António Coelho¹⁶⁶. Teve duas filhas. A primeira delas nasce a 1 de junho de 1801, Maria¹⁶⁷. A segunda menina, Anna¹⁶⁸, nasce a 26 de agosto de 1807 e, em ambos os casos, o pai de Custódia parece estar presente, porque as meninas são batizadas tendo como padrinhos os avós paternos.

A vida de Custódia chega ao fim a 4 de março de 1823, com 55 anos, já viúva, tendo sido sepultada na igreja de S. Martinho de Recezinhos, na sepultura número 25, não tendo feito testamento¹⁶⁹.

A complexidade de momentos na vida de Custódia faz com que esta tenha uma identidade complexa e que foi mantida e registada. É um selo de identidade duplo: no seu registo de casamento, possui duas vertentes, “exposta da Santa Caza da Cidade do Porto que criou Lucia Moreyra segunda mulher de João Ferreyra Camello”, sendo identificada como exposta, apesar de ter sido procurada e retomada, mas também sendo estabelecida a ligação com a família biológica, curiosamente não através do pai, mas da madrastra, que surge como criadora desta menina. Mais tarde, nos registos de batismo das suas filhas, tornamos a deparar-nos com o termo enjeitada, e, ainda que se saiba quem os pais desta mulher eram, nestes documentos eles surgem como incógnitos.

Esta variação faz-nos questionar acerca da relação complexa que existiria entre Custódia e os elementos da sua família. Se, por um lado, no registo de casamento, onde se dá um papel de relevo a Lucia, madrastra, enquanto criadora da menina, o que parece sugerir uma proximidade e importância, mais tarde, nos registos de batismo, a ausência da identificação desta mulher, ou dos pais, parece apontar para um distanciamento. Não

¹⁶⁶ Registo de Casamento de Antonio Coelho e Custodia Maria: ADP - Registos de Casamentos (PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/002/0006) - Paróquia de São Martinho de Recezinhos, fl. 160v.

¹⁶⁷ Registo de Batismo de Maria: ADP - Registos de Batismos (PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/001/0006) - Paróquia de São Martinho de Recezinhos, fl. 75v-76.

¹⁶⁸ Registo de Batismo de Anna: ADP - Registos de Batismos (PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/001/0006) - Paróquia de São Martinho de Recezinhos, fl. 104v-105.

¹⁶⁹ Registo de Óbito de Custódia: ADP - Registos de Óbitos (PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/003/0007) - Paróquia de São Martinho de Recezinhos, fl. 169.

podemos especular acerca do que mudou, entretanto, de acordo com os sucessivos espaços de sociabilidade em que se inseriu.

O meu nome é Maria Thereza, ama (? – 1770)

Procuramos explorar a vida de uma das amas internas da casa da Roda, que, desde logo, se destacou por diferentes motivos. Ainda que não tenha sido possível obter as respostas e um quadro completo o suficiente para compreender a vida desta mulher, iremos, de qualquer modo, expor o que fomos capazes de determinar.

A ama Maria Thereza nasceu em lugar que não fomos capazes de identificar. Era filha de Manuel Antonio Teixeira, de Mondim de Basto, e de Maria Joanna, da Galiza, mulher solteira, o que torna esta ama uma filha ilegítima, ou pelo menos, natural destes indivíduos. No momento em que começa a servir como ama interna da Roda, em agosto de 1767, era casada, em data incerta, com Manuel Soares, sem ocupação mencionada, filho de Joam Godinho e Jozefa Soares, de Lamego.

Frutos deste casal, existiam, pelo menos, dois filhos. A primeira, Rita, nasceu a 3 de janeiro de 1767¹⁷⁰ e Joam, o segundo filho, nasceu ano e meio depois, em 14 de junho de 1768¹⁷¹. Qual a razão para, com dois filhos, caso fossem vivos (não encontramos registo de óbito para estas crianças na sobredita freguesia), a mãe se oferecesse para ir trabalhar na casa da Roda, de onde não pode sair? Neste caso, teria de existir a capacidade financeira de pagar a uma ama de leite, dado que estas crianças são ainda pequenas, ou arriscar a introdução de alimentos nas dietas destes bebés, fator de risco. Por outro lado, a capacidade de deixar os filhos para servir na Roda pode sugerir a

¹⁷⁰ Registo de Batismo de Rita: ADP - Registos de Batismo (PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/001/0014) - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 28v (destaca-se que neste registo o ano mencionado do batismo é 1766, sendo este um erro dado que sem enquadra em registos de 1767). O batismo acontece nove dias após o nascimento, em S. Ildefonso, tendo como padrinhos o doutor Antonio Lopes (?), e Donna Rita Izabel Maia.

¹⁷¹ Registo de Batismo de Joam: ADP - Registos de Batismo (PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/001/0014) - Paróquia de Santo Ildefonso, fl. 143v. Teve como padrinhos o padre Bernardo Joze de Mattos e Catahrina Luiza de Santa Roza.

presença de uma rede de apoio, familiar ou de vizinhança, que criasse os seus próprios filhos.

Veja-se que a sua vida, dentro da Roda, inicia-se, pela primeira vez, em 26 de Agosto de 1767, quando a sua primeira filha, Rita, teria 8 meses de idade. Maria Thereza ocupa funções apenas durante cerca de um mês e meio, até 11 de Outubro de 1767, por “se sentir com pouco leite”¹⁷². A segunda entrada desta ama ao serviço da instituição é datada uns mês após o nascimento do seu segundo filho, Joam¹⁷³. Maria ocupa este cargo até 13 de Outubro de 1768, quando, “pelo bom conhecimento, que havia da sua capacidade, inteireza, e zelo”, é seleccionada para cumprir funções como ama seca¹⁷⁴.

O cargo de ama seca é de grande responsabilidade e exigia uma capacidade de liderança. Por princípio seriam recrutadas entre viúvas, como o Regimento exigia. Neste caso, como nos diz o registo em que esta mulher é aceite como ama seca, esta era casada. Maria ocupa esta posição durante menos de dois anos, vendo-se obrigada a abandonar o cargo a 16 de janeiro de 1770, momento em que adoece. Quinze dias depois, a 30 de janeiro de 1770, Maria Thereza morre, de doença não identificável, com os sacramentos, sendo sepultada dentro da igreja da freguesia de S. Ildefonso, na mesma paróquia onde os filhos foram batizados, e certamente, onde fez a sua vida. Morreu pobre, como é mencionado na margem do registo de óbito¹⁷⁵, mas é apreciada nas suas funções enquanto ama, mencionando o seu registo que “fez bem as suas obrigações”.

Ao longo desta breve e incompleta história da vida desta ama, alguns aspetos ressaltam-se. Estamos primeiramente, perante uma mulher que domina, ainda que seja incerto a que nível, a escrita, assinando os seus registos pela sua própria mão, com uma letra praticada, e sabendo escrever o suficiente para ser promovida a ama seca. Sendo pobre, do ponto de vista de recursos, movimentava-se num ambiente de alguma

¹⁷² Registo de Maria Thereza: ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas, fl. 80v.

¹⁷³ Registo de Maria Thereza: ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas, fl. 87v.

¹⁷⁴ Registo de Maria Thereza: ADP - Livro 1º das Entradas e Termos das Amas, fl. 88.

¹⁷⁵ Registo de Óbito de Maria Thereza: ADP - Registos de Óbito (PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008) - Paróquia de Santo Ildefonso, fl.214.

elevação social, se tivermos em consideração as figuras que apadrinham os filhos, sendo identificados com a categoria de doutor, dona e clérigo.

Um percurso de vida que não conseguimos retratar completamente. Dedicação, sim, pelo menos de cumprimento do dever e de, diríamos, legítima progressão de carreira. Anacronismos? Talvez, mas as competências estão presentes.

Considerações Finais

Reconhecendo a Casa da Roda do Porto como um palco onde se encenam diversas dinâmicas familiares e afetivas, neste trabalho, colocamos esta instituição no centro da nossa investigação. Recorrendo a um conjunto de fontes por ela produzidas no decorrer das suas funções assistenciais, tentamos decifrar os elementos emocionais escondidos por detrás de um conjunto de ações e objetos, associados aos expostos.

Destacamos, à partida, que, ao longo da nossa investigação, os anos que seleccionámos como centrais para este trabalho, 1767-68 e 1768-69, por, hipoteticamente, parecerem manifestar uma diferente postura relativamente aos expostos, de facto, se revelaram como tal. Nestes dois anos administrativos, como atrás detalhámos, a visão da criança exposta surge mais fortemente associada à ideia de inocente, e os dados sugerem a presença de uma mais forte e particular preocupação com os expostos, de todas as partes envolvidas no seu cuidado. No entanto, não nos foi possível identificar a razão para tal acontecer.

Para o período que investigámos, a Casa da Roda surge com um espaço de importância central na criação de expostos, reconhecida pelos seus contemporâneos, ao proteger e assegurar o modelo de entrega de crianças de tenra idade, de forma anónima. Tendo em conta as realidades demográficas e dinâmicas sociais de antigo regime, esta instituição torna-se imprescindível para a gestão de cuidadoras, as amas de dentro e de fora, para responder aos processos de gestão familiar. Como comprovámos, a exposição é um ato de variáveis múltiplas. A exposição de crianças surge, então, como um ato banal, um recurso comum para tantas pessoas, recurso este que é totalmente aceitável e considerado normal. É mesmo necessário, como o título que demos a este trabalho justifica – só por caridade e misericórdia, face a uma doença fatal e à incapacidade do pai, em primeiro lugar, e certamente à falta de um quadro familiar alargado. Comprovadamente, a falta da mãe é incontornável e no caso que suscita a exposição, muitos anos mais tarde, como provámos, um novo ambiente familiar justifica o reencontro da exposta (como é o caso da exposta Custódia).

Efetivamente, apesar da banalidade que a exposição de crianças parece apresentar, isto não significa que exista uma posição de indiferença para com as crianças que são deixadas nesta instituição. Pelo contrário, a nossa investigação revelou que, ainda que com diferentes graus e intensidades, parece existir uma preocupação com a criança que é exposta e o cuidado dado, por parte dos diversos elementos envolvidos neste processo, desde a administração, num sentido mais lato, até aos familiares destas crianças e às amas que delas cuidam.

Devido ao ambiente de anonimato existente em torno da Roda, torna-se difícil ter acesso aos pais e familiares dos expostos. No entanto, prestando atenção aos detalhes relativos às características das entradas dos expostos pela Casa da Roda, nomeadamente aos objetos que os acompanham e aos conteúdos dos bilhetes, assim como olhando mais profundamente para as suas ações como respostas e manifestações emocionais, conseguimos obter uma ideia, ainda que possa não ser representativa de todos os casos, das experiências e contextos de relacionamento.

O que se tornou evidente ao longo da nossa investigação é que a exposição surge, então, como uma estratégia familiar e uma resposta às diversas condicionantes a que um indivíduo se encontrava submetido. As diversas manifestações de emoção que fomos capazes de detetar a partir das informações presentes nas fontes revelam a presença de uma dimensão afetiva extremamente complexa que, em muitos casos, torna difícil interpretar estas manifestações, devido a uma falta de contextualização da sua produção, do ambiente em que estas ocorrem ou das inúmeras condicionantes que as podem afetar.

Ainda que algumas destas manifestações, em alguns casos, possam ser consideradas como reflexo de uma ausência de preocupação por estas crianças, a maioria das evidências aponta para sentimentos de ternura, medo, tristeza, amor, e, em simultâneo, esperança (no nosso entendimento destes termos), que podem ser observadas tanto nos diversos conteúdos que encontramos nos bilhetes, desde a mais simples atribuição de um nome a uma criança, até aos pedidos relativos à criação destas, em todo o processo que antecede a exposição ou quando se procuram e retomam estas crianças meses ou anos mais tarde.

As amas, tanto internas como de fora, figuras imprescindíveis para a assistência aos expostos, foram outro foco da nossa investigação, que procurou adotar uma postura mais crítica das fontes, onde estas mulheres são sempre representadas por olhares masculinos reguladores. Com base nos dados recolhidos, foi possível refutar a ideia comum de que estas amas eram mulheres cruéis que maltratavam os expostos. Ainda que, de facto, existam alguns indicadores de amas cruéis ou negligentes com os expostos, fomos capazes de averiguar que, numa parte considerável dos casos, estas amas cumprem as suas funções com zelo, reconhecido pela própria administração. Assim aconteceu com uma das amas internas que subiu a ama seca pelo seu exemplar cumprimento de funções, Maria Theresa.

As amas de fora, que recebiam nas suas casas estes expostos e que cuidavam deles, em muitos casos, durante anos, servem de enquadramento em contextos familiares, os únicos contextos familiares de alguns destes expostos, ainda que seja incerto o grau de integração. No entanto, as fontes apontam para a probabilidade de, ao longo deste processo, se terem formado relações afetivas, tanto por parte das amas como dos restantes membros do grupo familiar, que servem de motivação para que esta criança se mantenha com estas mulheres após completar os sete anos, idade de entrega ao mundo.

Estas crianças, apesar de terem sido removidas dos seus grupos familiares biológicos, não são, verdadeiramente, abandonadas, termo que propositadamente não utilizamos neste trabalho. As famílias que decidem ou se veem obrigadas a se separar destas crianças não demonstram intenção de cortar relações com estas de modo definitivo, deixando elementos de ligação e identitários que estabelecem com elas uma relação.

Após esta separação, as crianças não são deixadas desamparadas, sendo, em cada momento da sua vida, cuidadas, tratadas e protegidas. Nunca, no seu percurso pela instituição, se permite que estas crianças sejam marginalizadas ou excluídas, existindo múltiplos meios de enquadrar a criança nas comunidades, através, desde logo, do batismo, ao inserir estas crianças no contexto familiar das amas de fora, ou ao atribuir a aprendizagem aos maiores de sete anos, e inseri-los no núcleo familiar dos mestres.

A exposição de crianças, em especial a aceitação deste fenómeno por parte desta sociedade, leva-nos a questionar o lugar que estas crianças ocupam dentro destes grupos. Será que estamos perante uma comunidade de indivíduos que facilmente e com alguma frieza descarta crianças e recorre à Casa da Roda como uma resposta rápida?

Se, de facto, a exposição de crianças na Roda é um fenómeno comum e com o qual estas comunidades se encontram familiarizadas, tudo o que temos vindo a mencionar não aponta para que tal seja verdade. Estas comunidades, através da existência da Casa da Roda, que é sustentada por dinheiros públicos, evidenciam uma preocupação com estas crianças, uma valorização destas vidas que, facilmente, poderiam ser consideradas insignificantes, sem importância, mas que são, antes, vistas como inocentes e merecedoras de proteção e um investimento na sua sobrevivência e futuro. A Festa dos Santos Inocentes tornou-se, possivelmente, a face visível de uma prática que foi ganhando contornos de intervenção estatal (legislação de Pina Manique), de maior visibilidade de comportamentos que envolvem diferentes atores: Câmara, Misericórdia e Coroa.

Contudo, o que aqui gostaríamos de ressaltar é que a exposição de crianças não deve ser considerada como um fenómeno isolado, mas contextualizado no sistema assistencial existente, assente nas Casas da Roda. Consideramos, ao longo desta investigação, que não é suficiente apenas olhar para as crianças que são removidas dos seus contextos biológicos, mas antes considerar o valor que é colocado na vida destas crianças, a importância que lhes é dada, que serve de motivador para a criação e manutenção de um longo projeto de apoio a esta infância desvalida.

O exercício de reconstrução de percursos de vida provou ser frutífero. Além de conseguirmos, de facto, ver pessoas em particular e as suas vidas, várias questões que abordamos ao longo desta investigação, num plano mais teórico, podem ser contextualizadas na prática e num enquadramento necessário para que de facto estes sejam apreendidos.

A proposta de mediação que aqui esboçamos, apesar de ser uma proposta aberta, em diálogo permanente com o espaço e o tempo, permite-nos considerar um

tipo de abordagem que pode ser feita a esta temática. Se invocamos experiências próximas que ocorrem em instituições museológicas internacionais, foi para comprovarmos a validade de uma narrativa em Portugal.

A abordagem que dá ênfase às potencialidades das emoções, tanto como tema de um projeto de mediação, como uma ferramenta que permite uma melhor compreensão e acesso a uma realidade histórica, no estabelecimento de empatia com os indivíduos do passado, e provoca um mais significativo impacto na atualidade. Com efeito, quando usamos como base as narrativas de vida de indivíduos reais para apresentarmos informações históricas, e estas são aplicadas a um caso prático, a sua apreensão é facilitada, provoca um maior interesse pela realidade em causa e facilita o relacionamento dos indivíduos do presente com alguém do passado histórico, tendo, por isso, potencialidades de comunicação emocional.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Laurinda- As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI. In Araújo, Maria (org.)- A Infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI- XIX). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 31-49.
- Abreu, Laurinda- Os Enjeitados. In Abreu, Laurinda- A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e poder. Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, pp. 77-96.
- Abreu, Laurinda – Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A, 2013.
- Alston, Laura; Harvey, Karen- In Private: The Individual and the Domestic Community. In Barclay, Katie; Lemmings, David; Walker, Claire; (eds.)- A Cultural History of the Emotions: In the Baroque and Enlightenment Age. Bloomsbury Publishing, 2019, pp. 137-154.
- Alves, Milene- A Real Casa dos Expostos de Lisboa e a Aprendizagem de Ofícios (1777-1812). 2013. Dissertação de mestrado.
- Alves, Patrícia- A construção e reconstrução da Memória da Casa da Roda do Porto- o Arquivo (1689 – 1838). 2011. Relatório de mestrado.
- Alves, Patrícia; Moreira, Ana- Os expostos e Menores. In Amorim, Inês (coord.)- Sob o Manto da Misericórdia (1668- 1820), vol.2. 1ª ed. Porto, Edições Almedina, 2018, pp. 325-359.
- Alves, Patrícia; Moreira, Ana- Proteger, Administrar e Financiar: o papel da Santa Casa da Misericórdia e da Câmara Municipal na assistência aos expostos na cidade do Porto (séculos XVII a XIX). In Culto, Cultura, Caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Porto, Santa Casa Da Misericórdia do Porto, 2012, pp. 315- 362.
- Alves, Patrícia; Moreira, Ana- Zelar, Vigiar, Governar. Os Mecanismos de Controlo e Fiscalização na Casa da Roda do Porto no Século XVIII. In A Solidariedade nos Séculos:

A Confraternidade e as Obras. Atas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Lisboa, Alêtheia Editores, 2009, pp. 163-206.

- Amorim, Maria- Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica. *Ler História*. Vol. 47, 2004, pp. 147-170.
- Anico, Marta- Património, museus e representações culturais locais na contemporaneidade. In Peralta, Elsa; Anico, Marta (org.)- *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. 1ª ed. Celta Editora, 2006, pp. 91-98.
- Araújo, Maria- Meninos de Ninguém: as crianças abandonadas no Pico de Regalados (séculos XVII- XX). *Boletim Cultural de Vila Verde*. Câmara Municipal de Vila Verde, (2008a), pp. 25-28.
- Araújo, Maria- Pequenos e pobres: a assistência à infância nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna. In Araújo, Maria (org.)- *A Infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI- XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008b, pp. 135-149.
- Arendell, Terry- Conceiving and investigating motherhood: The decade's scholarship. *Journal of marriage and family*. Vol. 62 Nº4 (2000), pp. 1192-1207.
- Ariès, Philippe- *Centuries of Childhood: A Social History of Family Life*. New York: Alfred A. Knopf, 1962.
- Arnica, Yenifer et al.- The Status of Didactic Models for Heritage Education: A Systematic Review. *Heritage*. Vol.6 (2023), pp. 7611- 7623.
- Averill, James- The Future of Social Constructionism: Introduction to a Special Section of *Emotion Review*. Vol. 4, No. 3 (2012), pp.215–220.
- Badinter, Elisabeth- *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Editora Nova Fronteira, 1985.
- Barclay, Katie; Lemmings, David; Walker, Claire- Introduction. In Barclay, Katie; Lemmings, David; Walker, Claire; (eds.)- *A Cultural History of the Emotions: In the Baroque and Enlightenment Age*. Bloomsbury Publishing, 2019, pp. 1-14.
- Barclay, Katie; Reynolds, Kimberley- Introduction: Small Graves: Histories of Childhood, Death and Emotion. In Barclay, Katie; Reynolds, Kimberley; Rawnsley,

Ciara (ed.)- Death, Emotion and Childhood in Premodern Europe. Palgrave Macmillan. 2016, pp. 1-24.

- Barclay, Katie- State of the Field: The History of Emotions. History. Vol. 106, nº 371 (2021a), pp. 456-466.
- Barclay, Katie- The emotions of Household Economics. In Lynch, Andrew; Broomhall, Susan (eds.)- The Routledge History of Emotions in Europe: 1100-1700. Routledge, 2020, pp. 185-199.
- Barclay, Katie- The practice and ethics of the history of emotions. In Barclay, Katie et al. (ed)- Sources for the History of Emotions: A Guide. Routledge, 2021b, pp. 26- 37.
- Barclay, Katie; et al.- Introduction: A guide to sources for the history of emotions. In Barclay, Katie et al. (ed)- Sources for the History of Emotions: A Guide. Routledge, 2021c, pp. 3-14.
- Benzaquén, Adriana- Illness and death. In French, Anna- *Early Modern Childhood: an introduction*. 2019. Routledge. pp. 196-216.
- Berry, Helen- Orphans of Empire: The Fate of London's Foundlings. Oxford University Press, 2019, pp. 1-102; 276-284.
- Boddice, Rob- The affective turn: historicizing the emotions. In Tileaga, Cristian; Byford, Jovan (eds.)- Psychology and History: Interdisciplinary Explorations. Cambridge University Press, 2014, pp. 147- 165.
- Boddice, Rob- The History of Emotions: Past, Present, Future. Revista de Estudios Sociales vol. 62 (2017), pp. 10-15.
- Bonnell, Jennifer; Simon, Roger- 'Difficult' exhibitions and intimate encounters. Museum and society. Vol. 5, nº 2 (2007), pp. 65-85.
- Bornstein, Marc; et al.- Emotional relationships between mothers and infants: knowns, unknowns, and unknown unknowns. Development and psychopathology. Vol. 24, no. 1 (2012), pp. 113-123.

- Braga, Isabel- Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: Os Expostos Pretos e Pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 11 (2011), pp. 223-247.
- Brettell, Caroline; Feijó, Rui- Foundlings in nineteenth century northwestern Portugal: public welfare and family strategies. *Enfance abandonnée et société en Europe, XVe-XXe siècle. Actes du colloque international de Rome: École Française de Rome*, 1991, pp. 273-300.
- Broomhall, Susan- Beholding Suffering and Providing Care: Emotional Performances on the Death of Poor Children in Sixteenth-Century French Institutions. In Barclay, Katie; Reynolds, Kimberley; Rawnsley, Ciara (ed.)- *Death, Emotion and Childhood in Premodern Europe*. Palgrave Macmillan. 2016, pp. 65-86.
- Brookshaw, Sharon- The Material Culture of Children and Childhood: Understanding Childhood Objects in the Museum Context. *Journal of Material Culture*. Vol. 14, nº 3 (2009), pp. 365–383.
- Bunzl, Martin- Counterfactual History: A User's Guide. *American Historical Review*. Vol. 109, nº3 (2004), pp. 845- 858.
- Burke, Peter- Is There a Cultural History of the Emotions? In Hills, Helen; Gouk, Penelope (eds.)- *Representing Emotions: New Connections in the Histories of Art, Music and Medicine*. Routledge, 2016, pp. 35- 48.
- Carvalho, Ana- Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas. Évora, 2009. Dissertação de mestrado.
- Carvalho, Joaquim- As sexualidades. In Monteiro, Nuno (coord.)- *História da Vida Privada: a Idade Moderna. Círculo de Leitores e Temas e Debates*, 2011, pp. 96-129.
- Carvalho, Patrícia- Da Roda ao Hospício de Penafiel (1789-1928): Uma Visão Sistémica e Integrada da Produção da Informação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Dissertação de mestrado.
- Cavallo, Sandra- Family Relationships. In Cavallo, Sandra (ed.)- *A cultural history of childhood and family in the Early Modern Age*. Bloomsbury Academic, 2010, pp. 15-32.

- Choay, Françoise- Alegoria do Património. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014. Trad. Teresa Castro.
- Clark, Jennifer; Nye, Adele- Foundling museums: exhibition design and the intersection of the vital materiality of foundling tokens and affective visitor experience. *Museum Management and Curatorship*. Vol. 38, nº 6 (2023), pp. 1-17.
- Coleborne, Catharine; Stearns, Peter- Institutional records: A comment. In Barclay, Katie et al. (ed)- *Sources for the History of Emotions: A Guide*. Routledge, 2021, pp. 92-98.
- Cook, Daniel- Children as consumers: history and historiography. In Fass, Paula (ed.)- *The Routledge History of Childhood in the Western World*. Routledge, 2013, pp. 283-195.
- Cook, Daniel- Embracing Ambiguity in the Historiography of Children's Dress. *Textile History*. Vol. 46, nº I (2011), pp. 7-21.
- Crawford, Patricia- *Blood, Bodies and Families in early Modern England*. Oxford: Routledge, 2014, pp. 79-112; 140-174.
- Dawson, Hannah- Shame in early modern thought: from sin to sociability. *History of European Ideas*. vol.45, nº3 (2019), pp. 377-398.
- Dias, Ana- O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Século XVIII e XIX. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2007. Dissertação de mestrado.
- Dixon, Thomas- *The History of Emotions: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2023, pp. 1-61; 104-125.
- Dodman, Thomas- Theories and methods in the history of emotions. In Barclay, Katie et al. (ed)- *Sources for the History of Emotions: A Guide*. Routledge, 2021, pp. 15-25.
- Evans, Tanya- The emotions of family history and the development of historical knowledge. *Rethinking History*. Vol. 24, nº 3-4 (2020), pp. 310-331.
- Falk, John; Dierking, Lynn- *The museum experience*. Routledge. 2016.

- Falk, John; et al- Living in a Learning Society: Museums and Free-choice Learning. In Macdonald, Sharon- A Companion to Museum Studies. Blackwell Publishing, 2006, pp. 323-339.
- Farge, Arlette- The Honor and Secrecy of Families. In Ariès, Philippe; Duby, Georges (eds.)- A History of Private Life: Passions of the Renaissance. The Belknap Press of Harvard University Press. 1989 p. 571- 608.
- Ferraro, Joanne- Childhood in medieval and early modern times. In Fass, Paula (ed.)- The Routledge History of Childhood in the Western World. Routledge, 2013. p. 61-77.
- Flandrin, Jean-Louis- Families in Former Times: Kinship, Household and Sexuality. Trad. Richard Southern. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- Frykman, Jonas; Frykman, Maja- Affect and Material Culture: Perspectives and Strategies. In Frykman, Jonas; Frykman, Maja (eds.)- Sensitive Objects: Affect and Material Culture. Nordic Academic Press, 2016.
- Fuente, Maria- Ilegitimidad y Abandono en la Granada del Siglo XVIII: un Establecimiento para Partos de Expósitos Ilegítimos. Chronica Nova. Vol. 27 (2000), pp. 9-21.
- Gammerl, Benno; Nielsen, Philipp; Pernau, Margrit- Introduction: Encountering Feelings – Feeling Encounters. In Gammerl, Benno; Nielsen, Philipp; Pernau, Margrit (eds.)- Encounters with Emotions Negotiating Cultural Differences since Early Modernity. Berghahn Books, 2019, pp. 1-36.
- Gardiner, Amanda- Can Historical Infanticide Investigations Help Us Understand Embodied Experiences of the Past?. Australian Feminist Studies. Vol. 36, nº 109 (2021), pp. 352-376.
- Gaskell, Ivan; Carter, Sarah- Introduction: Why History and Material Culture? In Gaskell, Ivan; Carter, Sarah (eds.)- The Oxford Handbook of History and Material Culture. Oxford University Press, 2020, pp. 1-13.

- Grant, Julia- Parent- Child Relations in Western Europe and North America, 1500-Present. In Fass, Paula (ed.)- The Routledge History of Childhood in the Western World. Routledge, 2013, pp. 103-124.
- Gélis, Jacques- The Child: From Anonymity to Individuality. In Ariès, Philippe; Duby, Georges (eds.)- A History of Private Life: Passions of the Renaissance. 1987, pp. 329-326.
- Gonzalez E. Ondina- Down and Out in Havana: Foundlings in Eighteenth-Century Cuba. In Hecht, Tobias- Minor Omissions: Children in Latin American History and Society. The University of Wisconsin Press, 2002, pp. 102-113.
- Gouk, Penelope; Hills, Helen- Towards Histories of Emotions. In Hills, Helen; Gouk, Penelope (eds.)- Representing Emotions: New Connections in the Histories of Art, Music and Medicine. Routledge, 2016, pp. 15-34.
- Gribble, Karleen- Mental health, attachment and breastfeeding: implications for adopted children and their mothers. International breastfeeding journal. Vol. 1, nº1 (2006), pp. 1-15.
- Guillaume, Marc- A Política do Património. 1ª ed. Porto: Campo das Letras. 2003. Trad. Joana Caspurro.
- Haan, Rosmarie- Re-staging Histories and Identities. In Macdonald, Sharon- A Companion to Museum Studies. Blackwell Publishing, 2006, pp. 186-197.
- Ham, Sam- Can Interpretation Really Make a Difference?: Answers to Four Questions from Cognitive and Behavioral Psychology. In Proceedings of the Interpreting World Heritage Conference. Canada, 2007, pp. 42-52.
- Hansen, Anna- Bonds of Affection between Children and Their Foster-Parents in Early Icelandic Society. In Broomhall, Susan (ed.)- Emotions in the household 1200–1900. New York: Palgrave Macmillan, 2008, pp. 38-53.
- Heijden, Manon et al.- Illegitimate parenthood in early modern Europe. The History of the Family. Vol. 26, nº 1 (2021), pp. 1-10.
- Hein, George- Learning in the Museum. Routledge, 2002.

- Hein, George- Museum Education. In Macdonald, Sharon- A Companion to Museum Studies. Blackwell Publishing, 2006, pp. 340-352.
- Hespanha, Manuel- Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na Época Moderna. *Análise Social*. Vol XXVIII, nº 5-6 (1993), pp. 951-973.
- Heywood, Collin- A history of childhood: children and childhood in the west from medieval to modern times. Cambridge: Blackwell Publishers Ltd., 2001, pp. 93-178.
- Howell, Martha- The problem of women's agency in late medieval and early modern Europe. In Moran, Sarah; Amanda Pipkin (eds.)- Women and gender in the early modern Low Countries, 1500-1750. Brill, 2018, pp. 21-31.
- Howard, Peter- Interpretation in Practice. In Howard, Peter- Heritage: Management, Interpretation, Identity. Continuum. 2003, pp. 244-272.
- Hunt, David- Parents and Children in History. Basic Books, 1970, pp. 80-88.
- King, Margaret- Concepts of Childhood: What We Know and Where We Might Go. *Renaissance Quarterly*. Vol. 60 (2007), pp. 371-407.
- Laslett, Peter (ed.)- Household and family in past time: Comparative studies in the size and structure of the domestic group over the last three centuries in England, France, Serbia, Japan and colonial North America, with further materials from Western Europe. Cambridge University Press, 1972, pp. 1-51.
- Laslett, Peter- Family life and illicit love in earlier generations: Essays in historical sociology. Cambridge University Press, 1977, pp.12-49.
- Leahy, Carla- Maternal heritage: remembering mothering and motherhood through material culture. *International Journal of Heritage Studies*. Vol. 27, nº 10 (2021), pp. 991-1010.
- Leandro, Maria- Transformações da família na história do Ocidente. *Theologica*. Vol. 42, nº 1 (2006), pp. 51-74.

- Lee, Seung- A journey to a close, secure, and synchronous relationship: Infant–caregiver relationship development in a childcare context. *Journal of early childhood research*. Vol. 4, no. 2 (2006), pp. 133-151.
- Lemmings, David; Brooks, Ann- The Emotional Turn in the Humanities and Social Sciences. Lemmings, David; Brooks, Ann (eds.)- *Emotions and Social Change: Historical and Sociological Perspectives*. Routledge, 2014, pp. 3-18.
- Linaa, Jette- The Materiality of Emotions: an archaeological point of view. In Lynch, Andrew; Broomhall, Susan (eds.)- *The Routledge History of Emotions in Europe: 1100-1700*. Routledge, 2020, pp. 269-280.
- Lopes, Maria- Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 2 (2002), pp. 155-184.
- Lopes, Maria- Os Expostos no Concelho da Meda em Meados do Século XIX (1838-1866): Subsídios para o seu Estudo. In *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXI (1984), pp. 119-176.
- Lopes, Maria- Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX). *Estudos do Século XX*. Coimbra. Nº 13 (2013), pp. 257-280.
- Macdonald, Sharon- *A Companion to Museum Studies*. Blackwell Publishing, 2006.
- Machado, Ângela- A cultura material dos expostos batizados na Paróquia da Sé de Braga (1744–1763). Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado. 2021.
- Machado, Maria- As crianças e os expostos. Amorim, Inês (coord.)- *Sob o Manto da Misericórdia (1499-1668)*, vol.1. 1ª ed. Porto, Edições Almedina, 2018, pp. 258-278.
- Matt, Susan- Recovering the Invisible: Methods for the Historical Study os the Emotions. In Matt, Susan; Stearns, Peter (ed.)- *Doing Emotions History*. Illinois: University of Illinois, 2014, pp. 41-53.
- Matt, Susan; Stearns, Peter- Introduction. In Matt, Susan; Stearns, Peter (ed.)- *Doing Emotions History*. Illinois: University of Illinois, 2014, pp. 1-13.

- Mattoso, Joze (coord.)- História de Portugal: o Liberalismo. Editorial Estampa. 1998. pp. 43-66.
- Maza, Sarah- The Kids Aren't All Right: Historians and the Problem of Childhood. *American Historical Review*. Vol. 125, nº 4 (2020), pp. 1261-1285.
- Meneguello, Cristina; Pistorello Daniela- Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. *Revista História Hoje*. Vol. 10, nº 19 (2021), pp. 4-11.
- Mikloševic, Željka; Babic, Darko- Constructing heritage through subjectivity: Museum of Broken Relationships. In Smith, Laurajane; Wetherell, Margaret; Campbell, Gary (eds.)- *Emotion, Affective Practices, and the Past in the Present*. Routledge, 2018, pp. 70-84.
- Millar, Erica- Abortion, Selflessness and "Happy Objects". Lemmings, David; Brooks, Ann (eds.)- *Emotions and Social Change: Historical and Sociological Perspectives*. Routledge, 2014, pp. 196- 213.
- Monteiro, Nuno- Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In Monteiro, Nuno (coord.)- *História da Vida Privada: a Idade Moderna*. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 130- 158.
- Moreira, Ana- Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico. 2011. Dissertação de mestrado.
- Możdżyńska-Nawotka, Małgorzata- Dressed 'as if for a Carnival': Solving the Mystery of the Origins of Children's Fashion. A New Perspective on the History and Historiography of Children's Dress. *Textile History*. Vol. 51, nº I (2020), pp. 5-28.
- Musgrove, Nell; Leahy, Carla; Moruzi, Kristine- Hearing Children's Voices: Conceptual and Methodological Challenges. In Moruzi, Kristine; Musgrove, Nell; Leahy, Carla (eds.)- *Children's Voices from the Past: New Historical and Interdisciplinary Perspectives*. Palgrave Macmillan, 2019, p. 1-28.
- Norris, Linda; Rainey Tisdale- Developing a toolkit for emotion in museums. *Exhibition; A Journal of Exhibition Theory & Practice for Museum Professionals* (2017), pp. 100-108.

- Obladen, Michael- Exposed and Abandoned. Origins of the Foundling Hospital. Neonatology. Vol. 120. Nº 1 (2023), pp. 134-141.
- Oliveira, Felícia- Passados sem Rosto, Rostos sem Nome: os Expostos da Roda do Porto: Arquivo e Fotografia. 2023. Dissertação de mestrado.
- Olsen, Stephanie- Introduction. In Olsen, Stephanie (ed.)- Childhood, Youth and Emotions in Modern History: National, Colonial and Global Perspectives. Palgrave Macmillan. 2015, pp. 1-11.
- Olsen, Stephanie- The History of Childhood and the Emotional Turn. History Compass. Vol. 15, nº 11 (2017), pp. 2-10.
- Osswald, Helena- Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos. 2008. Tese de doutoramento.
- Paulino, Joana- A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista. Revista de História da Sociedade e da Cultura. Vol. 17. (2017a), pp. 211-228.
- Pereira, Ana- Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700 - 1799. 2009. Tese de doutoramento.
- Pereira, Edite; et al.- A Casa da Roda do Porto: o tratamento técnico das «Partes da Diretora». 12.º Congresso Nacional BAD, 2015.
- Perrot, Michelle- A Família Triunfante In Perrot, Michelle- História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Companhia das Letras. 2006a, pp. 93-104.
- Perrot, Michelle- Dramas e Conflitos Familiares. In Perrot, Michelle- História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Companhia das Letras. 2006b, pp. 163-286.
- Perrot, Michelle- Figuras e Papeis. In Perrot, Michelle- História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Companhia das Letras. 2006c, pp. 121-186.
- Perrot, Michelle- Funções da Família. In Perrot, Michelle- História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Companhia das Letras. 2006d, pp. 105-120.

- Piloto, Adelina- Os Expostos da Roda de Vila do Conde: 1835- 1854. Faculdade de Letras do Porto, 1996. Dissertação de mestrado.
- Pinheiro, Bruno; et al.- Uma Época Histórica, Uma Cidade, Três Motins: Análise Comparativa dos Motins do Porto de 1592, 1661 e 1757. CEM- Cultura, Espaço & Memória. Vol. 1 (2010), pp. 281- 297.
- Plamper, Jan- The History of Emotions: an introduction. Oxford University Press, 2015, pp. 1-163; 251- 296.
- Pollock, Linda- A Lasting relationship: parents and children over three centuries. University Press of New England, 1987, pp. 53-92.
- Pollock, Linda- Forgotten Children: Parent-Child Relations from 1500 to 1900. Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 2-32; 96-142.
- Puskás, Tünde; et al- Living in heaven and buried in the earth? Teaching young children about death. European Early Childhood Education Research Journal. Vol. 31, nº 6 (2023) pp. 900-913.
- Rana, Jasmijn- Moved by the tears of others: emotion networking in the heritage sphere. International Journal of Heritage Studies. Vol. 23, nº 10 (2017), pp. 977-988.
- Randles, Sarah- The material world. In Barclay, Katie et al. (ed)- Sources for the History of Emotions: A Guide. Routledge, 2021, pp. 159-171.
- Reher, David- Family Ties in Western Europe: Persistent Contrasts. Population and Development Review. Vol. 24, Nº. 2 (1998), pp. 203-234.
- Reis, Maria- Ler sinais: os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870). 2016. Tese de doutoramento.
- Renzi, Kristen- Archival Seduction: The Discursive Challenges of Reading Sex Crimes in the London Foundling Hospital Mothers' Petitions, 1807–1827. Feminist Formations. Vol. 30, nº 2 (2018), pp. 118-146.
- Revuelta-Eugercios, Bárbara- Abandoned and illegitimate, a double mortality penalty? Mortality of illegitimate infants in the foundling hospital of Madrid, La Inclusa (1890–1935). The History of the Family. Vol. 18, nº 1 (2013), pp. 44-67.

- Richards, Graham- Emotions into Words—Or Words into Emotions? In Hills, Helen; Gouk, Penelope (eds.)- Representing Emotions: New Connections in the Histories of Art, Music and Medicine. Routledge, 2016, pp.49-65.
- Rodrigues, Teresa- História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade. 2008. p. 247-290.
- Roberts, Scott- Using counterfactual history to enhance students' historical understanding. The Social Studies. Vol. 102, nº 3 (2011), pp. 117-123.
- Roberts, Toni- Interpretation design: an integrative, interdisciplinary practice. Museum and Society. Vol. 12, nº 3 (2014), pp. 191-209.
- Robinson, Emily- Touching the void: Affective history and the impossible. Rethinking History. Vol. 14, Nº 4 (2010), pp. 503-520.
- Rosenfeld, Gavriel- Why do we ask “what if?” Reflections on the function of alternate history. History and theory. Vol. 41, nº 4 (2002), pp. 90-103.
- Rosenwein, Barbara- Emotional communities in the early Middle Ages. Cornell University, 2006, pp. 1-31; 191- 203.
- Rosenwein, Barbara- Problems and Methods in the History of Emotions. Passions in Context I. Vol. 1 (2010), pp. 1-32.
- Rosenwein, Barbara- Theories of Change in the History of Emotions. In Liliequist, Jonas (ed.)- A History of Emotions, 1200-1800. Routledge, 2012, pp. 7-20.
- Rosenwein, Barbara- Worrying about emotions in history. The American historical review. Vol. 107, nº 3 (2002), pp. 821-845.
- Rosenwein, Barbara; Cristiani, Riccardo- What is the History of emotions? Polity Press, 2018, pp. 64-135.
- Sá, Isabel- A assistência aos expostos no Porto: Aspectos institucionais (1519-1838). Porto: Edição do Autor, 1987. Dissertação de mestrado.
- Sá, Isabel- Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das fontes jurídicas. Penélope: revista de história e ciências sociais. Nº 8 (1992a), pp. 75-89.

- Sá, Isabel- A casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780). Separata da Revista da Faculdade de Letras: História. II Série. Vol. 2 (1985), pp. 5-43.
- Sá, Isabel- A circulação de crianças na Europa Meridional do Século XVIII: o exemplo da "Casa da Roda" do Porto. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. Vol. X, nº 3 (1992b), pp. 115-123.
- Sá, Isabel- Abandono de Crianças, Identidade e Lotaria: reflexões em torno de um inventário. In Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1998, pp. IX-XXII.
- Sá, Isabel- Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas. Atas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica- Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente. 1993, pp. 37-58.
- Sá, Isabel- As crianças e as Idades da Vida. In Monteiro, Nuno (coord.)- História da Vida Privada: a Idade Moderna. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 72-95.
- Sá, Isabel- Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no antigo regime demográfico. In Vaz, Maria (org.) et al.- Exclusão na História. Lisboa: Celta, 2000, pp. 41-51.
- Sá, Isabel- The "Casa da Roda do Porto" : reception and restitution of foundlings during the eighteenth century. In Enfance abandonnée et société en Europe, XVe-XXe siècle. Actes du colloque international de Rome. École Française de Rome (1991), pp. 539-572.
- Sá, Isabel- Trabalho de Mulheres e Economia Familiar: o Caso das Amas da Roda do Porto no Século XVIII. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. Vol. XII, nº 2-3 (1994), pp. 233-250.
- Sá, Isabel- Up and Out: children in Portugal and the Empire (1500-1800). In González, Ondina; Premo, Bianca (eds.)- Raising and Empire: Children in early Moderna Iberia and Colonial Latin America. 2007, pp. 17-40.

- Sá, Isabel; Cortes, Nuno- A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. Cadernos do Noroeste: sociedade, espaço, cultura. Vol. 5, nº 1-2 (1992), pp. 179-190.
- Santos, Cândido dos - A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana. Separata da Revista de História. Vol. 1 (1978), pp. 281-349.
- Scheer, Monique- Are Emotions a Kind of Practice (and is that what makes them have a history)? A Bourdieuan Approach to Understanding Emotion. History and Theory. Vol. 51 (2012), pp. 193-220.
- Schonfeld, David- Talking with Children About Death. Journal of Pediatric Health Care. Vol. 7, nº 6 (1993) pp.269- 274.
- Seth, Catriona- Nobody's children?: enlightenment foundlings, identity and individual rights. Werkgroep 18e Eeuw, 2012.
- Sieff, Daniela- The Death Mother as Nature's Shadow: Infanticide, Abandonment, and the Collective Unconscious. Psychological Perspectives. Vol. 62, nº 1 (2019), pp. 15-34.
- Silva, Érica- As Crianças da Roda do Porto: aspetos familiares e afetivos (1700-1705). Omni Tempore, Encontros da Primavera 2023, vol. 9 (2024). p. 84-115.
- Silva, Francisco- Tempos Modernos. In Ramos, Luis (dir.)- História do Porto. Porto Editora. 2000. pp.254-369.
- Silva, Ricardo; Araújo, Maria- A infância entre muros na diocese de Braga na Época Moderna. Diálogos. Vol. 19, nº 2 (2015), pp. 549-564.
- Silva, Susana- Enquadramento Teórico para uma Prática Educativa nos Museus. Serviços educativos na cultura, nº 2 (2007), pp. 57-66.
- Simões, João- Os Expostos da Roda de Góis 1784-1841. 1999. Dissertação de mestrado.
- Smith, Greg- Muffled Voices: Recovering Children's Voices from England's Social Margins. In Moruzi, Kristine; Musgrove, Nell; Leahy, Carla (eds.)- Children's Voices

from the Past: New Historical and Interdisciplinary Perspectives. Palgrave Macmillan, 2019, pp. 163-284.

- Smith, Laurajane; Campbell, Gary- The elephant in the room: heritage, affect and emotion. In Logan, William, et al (eds.)- A Companion to Heritage Studies. 2015, pp. 443-460.
- Smith, Laurajane; et al (ed.)- Emotion, Affective Practices, and the Past in the Present. Routledge. 2018.
- Smith, Laurajane- Emotional heritage: Visitor engagement at museums and heritage sites. Routledge, 2020.
- Smith, Laurajane- The Uses of Heritage. Routledge. 2006.
- Smith, Laurajane- Visitor Emotion, Affect and Registers of Engagement at Museums and Heritage Sites. Conservation Science in Cultural Heritage. Vol. 14, nº 2 (2014), pp. 125-132.
- Spyros, Spyrou; Rosen, Rachel; Cook, Daniel- Introduction: Reimagining Childhood Studies: Connectivities ... Relationalities ... Linkages In Spyros, Spyrou; Rosen, Rachel; Cook, Daniel (eds.)- Reimagining Childhood Studies. Bloomsbury Publishing. 2019, pp. 1-22.
- Stearns, Peter- Childhood emotions in modern Western history. In Fass, Paula (ed.)- The Routledge History of Childhood in the Western World. Routledge, 2013, pp. 158-173.
- Stearns, Peter; Stearns, Carol- Emotionology: clarifying the History of Emotions and Emotional Standards. The American Historical Review. Vol. 90, nº 4 (1985), pp. 813-836.
- Sunstein, Cass- Historical explanations always involve counterfactual history. Journal of the Philosophy of History. Vol. 10, nº 3 (2016), pp. 433-440.
- Susman, Lily- In Absence and From Transference: Adoption, Abandonment, and Uneasy Familial Bonds in the Chinese Tradition, 2021. Dissertação de mestrado.
- Thomas, Courtney- The Honour & Credite of the Whole House. Cultural and Social History. Vol. 10, nº 3 (2013), pp. 329-345.

- Uzzell, David; Ballantyne, Roy- Heritage that Hurts: Interpretation In A Post-Modern World. Contemporary issues in heritage and environmental interpretation, 1998, pp. 152-171.
- Vallgård, Karen et al- Emotions and the Global Politics of Childhood. In Olsen, Stephanie- Childhood, Youth and Emotions in Modern History: National, Colonial and Global Perspectives. Palgrave Macmillan, 2015, pp. 12-34.
- Varutti, Marzia- The affective turn in museums and the rise of affective curatorship, Museum Management and Curatorship. Vol. 38, nº 1 (2023), pp. 61-75.
- Walker, Garthine- Child-Killing and Emotion in Early Modern England and Wales. In Barclay, Katie; Reynolds, Kimberley; Rawnsley, Ciara (ed.)- Death, Emotion and Childhood in Premodern Europe. Palgrave Macmillan. 2016, pp. 151-172.
- Weisner, Merry- Women and Gender in Early Modern Europe. Cambridge University Press, 2008, pp. 207-251.
- Witcomb, Andrea- Understanding the role of affect in producing a critical pedagogy for history museums. Museum Management and Curatorship. Vol. 28, nº 3 (2013), pp. 255-271.
- Zembylas, Michalinos- Understanding the emotional regimes of reconciliation in engagements with 'difficult' heritage. In Smith, Laurajane; Wetherell, Margaret; Campbell, Gary (eds.)- Emotion, Affective Practices, and the Past in the Present. Routledge, 2018, pp. 197-212.
- Zeng, Xueqiang, et al- Emotion wheel attention-based emotion distribution learning. *IEEE Access* 9 (2021) pp. 153360-153370.
- Zytaruk, Maria- Artifacts of elegy: the Foundling Hospital tokens. Journal of British Studies. Vol. 54 (2015), pp. 320-348.

Fontes Impressas

- Ordenações Manuelina: Vol. 1. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1984.

- Dicionário da Língua Portuguesa composta pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa. 1789.

Fontes arquivísticas

Arquivo Distrital do Porto

- Livro I do Registo 1768 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/ADM/015/0385);
- Livro 4º da Receita e Despesa (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/ADM/018/0360);
- Livro 5º da Despesa Miúda (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/ADM/018/0361);
- Livro 1º das entradas e termos das Amas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/005/0389);
- Livros de Entrada:
 - Livro 16 das Entradas 1755 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0017);
 - Livro 17 das Entradas 1757 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0018);
 - Livro 20 das Entradas 1766 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0021);
 - Livro 21 das Entradas 1767 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0022);
 - Livro 22 das Entradas 1768 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0023);
 - Livro 31 das Entradas 1778 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0032);
 - Livro 32 das Entradas 1779 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0033).
- Livros de Saída:
 - Livro 44 das Saídas 1755 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0146);
 - Livro 45 das Saídas 1756 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0147);
 - Livro 46 das Saídas 1757 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0148);
 - Livro 51 das Saídas 1761 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0153);
 - Livro 52 das Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0154);
 - Livro 53 das Saídas 1762 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0155);
 - Livro 54 das Saídas 1763 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0156);
 - Livro 55 das Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0157);
 - Livro 56 das Saídas 1764 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0158);
 - Livro 57 das Saídas 1765 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0159);

- Livro 58 das Saídas 1765 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0160);
- Saídas 59 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0161);
- Livro 60 Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0162);
- Livro 61 das Saídas 1768 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0163);
- Livro 62 das Saídas de 1769 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0164);
- Livro 71 das Saídas 1775 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0173);
- Livro 72 das Saídas 1776 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0174);
- Livro 73 Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0175);
- Livro 74 Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0176);
- Livro 75 das Saídas (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0177);
- Saídas 76 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0178);
- Livro 77 das Saídas 1779 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/003/0179).
- Inventário 1839 (PT/ADPRT/ACD/CRPRT/ADM/024/0697)
- Paróquia de Santo Ildefonso
 - Registos de batismo - PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/001/0014
 - Registos de óbitos - PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008
- Paróquia de São Martinho de Recezinhos
 - Registos de Batismo - PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/001/0008;
PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/001/0006
 - Registos de Casamento - PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/002/0004;
PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/002/0006
 - Registos de Óbitos - PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/003/0003;
PT/ADPRT/PRQ/PPNF33/003/0007
- Paróquia de Sobrado
 - Registos de Batismos - PT/ADPRT/PRQ/PSTS33/001/0003
 - Registos de óbitos - PT/ADPRT/PRQ/PSTS33/003/0003
- Paróquia de Sousela
 - Registos casamento - PT/ADPRT/PRQ/PLSD24/002/0004

Anexos

Anexo 1 - Regimento das Amas, 1768

Livro I do Registo - fls.81- 85v

Registo de huma Resolução que tomou o M. R^{do} D^{or} Provrdror actual sobre o que hão de observar as Amas no tempo do Seu governo

Sendo hum dos principaes objetos da boa Administração dos Expostos a Sua identidade, e não tendo sido bastentes todas as cautelas, que se tem procurado para evitar o trocarem-se, mostrando a experiencia o pouco, ou nenhum zelo das Amas em ponto tam importante; porque muntas, e muntas vezes, vindo na manhã seguinte a Caza do Provedor para os mandar batizar, nem sabem qual foi o primeiro, ou o seguindo que entrou, nem os nomes que frequentemente lhe dizem bocalmente de fora, que os expões, nem a qual pertence este, e aquele enxoval, este, e aquele escrito, que de ordinário trazem, e isto quando senão ajuntão todas, e ocultão as suas inadvertências, em erroz por fugirem as Reprehensões do mesmo Provedor; bem entendido, qua quando faltarão as ditas experiencias, senão podia esperar outra axação de humas mulheres novas, ignorantes de ler, e escrever, e com pouca madureza para pezaram as horriveis consequencias, que resultão de semelhantes descuidos, qual a de hir herdar huã herança de outro assim trocado; e munto menos da indigna pratica, de logo que as crianças entravão as despirem de tudo, o que trazihão, em que no cazo de terem sido expostas cinco, ou seis, e ainda menor e recém nascidos, como ordinariamente sucede, fica bem timivel, ou crível a troca, não merecendo menos atenção o mao tratam^{to}, que continuamente se experimenta daõ as crianças, que na Caza da Roda se demorão, faltando-lhes com o leite, comestível e limpeza necessaria, chegando a tal extremo desamor das ditas Amas, que matarão alguãs inda de leite aspancadas: Pelo que tudo experimentado evidentemente nos dois annos contínuos que tenho servido a dita occupação me pareceu precisamente, digo me pareceu precizissima a providencia de

hum Regimento para as Amas/ que ate agora não houve/ e de huma Seca como há na Roda, ou Hospital dos Santos Innocentes de Lisboa, e houve já nesta em os primeiros tempos da sua Instituição, o que se colhe dos primeiros Livros das Entradas a qual deve ser, e convem munto q seja viúva, com nenhuã ou pouca família, Christãa velha, bem procedida, e temente a Deos, de quarenta annos para sima, de munta capacidade, proposito, e Respeito, que saiba Ler, e escrever desembaraçadamente, e ultimamente, e ultimamente de que se espere o cumprimento do Regimento Seguinte

A Ama Seca será a primeira no zelo, Caridade, e educação com as crianças, que na Caza da Roda se demorem, tratando as e fazendo-as tratar pelas Amas com as referidas cirtudes, observando cada huã o seu Regimento respectivo, e dando parta ao Irmão Provedor de toda a transgressão para elle prover como for justo.

Não consintira que alguã das referidas Amas de Leite fale para fora a pessoa alguã suspeitoza, e que não seja das precisas para o seus ministeres, e ainda a estas que seja por pouco tempo, e pelo proporcionado para o referido, de sorte que, nunca as crianças padeção na falta das suas assistencias; nem menos que sião fora da Caza da Roda a couza alguã mais, que não seja do Serviço da mesma Roda, Salvo se lhe mostrarem licença do Irmão Provedor por escrito; e o mesmo observará a dita Ama Seca quanto a Si, sendo em tudo exatissima para lhes dar exemplo.

Guardará, e as mais hum inviolavel segredo em tudo o que se passar na Caza da Roda, e souber respectivo a sua administração, e não consintira entrar nella pessoa alguã, que não sejaõ das ocupadas no verviço da mesma.

Assim que se exposera alguã criança a fara logo tirar da Roda pela Ama de leite, a quem pertencer pelo seu turno, e trazer a sua presença, tendo cuidado quem lhe não caia, ou se desencaminhe alfaya, envolta escrito, sinal, ou outra couza alguã, com que a criança foi exposta, pelo gravissimo prejuizo, que lhe pode rezultar, perdendo se talves o sinal de que se ges lembrança quem a ha de procurar: depois do que, examinara se vem mortal, porque neste cazo batizaram sem may demora com palavras e forma costumada em taes com?: ezaminara se tras o embigo ou embigo bem tada, alias lhe prendera

melhor, para que não suceda o esgotar-se a criança do sangue, e falecer, como tem resultado de semelhantes inadvertencias.

Escreva logo, e imidiatamente fara assento interino do dia, ou noute, mes, anno, e horas, a que foi exposta a criança individuando todas as envolturas, a qualidade, as cores, e os sinaes que ella troucer, se com escrito, se sem elle, o nome, que de fora se deu, e as palavras, que se dicerão, e depois cortara da alfaya mais notavel huma tira, ou retalho, e o predera em hum dos pulsos da criança, e se revendo em hum bilhete que he a primeira, e tem em tal braço este, ou aquelle distintivo para o assim ficar smpre firme a identidade sem receio algû de troca; o dito bilhee de concervará sempre pregado na cabeceira do berço, té que a criança saia para Ama de fora, em cuja ocazião, e na de ir batizar se lho metera na cinta.

Semilhantermente ira praticando com as mais que entrarem na Roda pelo decursso da noute, ou do dia, repartindo as pelas Amas com igualdade de maneira que nunca cada huã tenha mais que duas, porque sucedendo entrarem mais dará parte para se mandarem para a Roda Amas de emprestimo, e as crianças não padecerem.

Pella manhã se levantará, e as mais; de verão pelas cinco horas, e de Inverno pelas seis, e remettera ao Irmão Provedor os assentos, que tiver feito na dita fora, e as crianças com as envoltas da Caza pelas Amas a quem pertencerõ?, e sempre co os bilhetes referido na cintura, os seus enxovaes para se conferirem, quando se passarem os assentos ao Livro; e o numero das de fora de leite, q a Ama respectiva alimentou no dia antecedente, individuando-a e se foi jantar, e ceia, se só uma das couzas.

Nos Domingos, e Dias Santos levará ba Sua companhia a ouvir Missa os Expostos de Sete annos para sima, tendo cuidado em que vão lavados, limpos, e suficientemente vestidos, e fora desta ocazião não consistirá, que algum saia da Caza da Roda, que terá sempre fixada, para que não fujão de baixo da sua chave, e administrando lhes as suas roupas, e nos dias, em que os alimentar que sera por turno com as mais os penteará, e proverá doprecizo cozinhado nos taes para se lhes, e as Amas de Leite, e varrendo as cazas, para que senão occupem todas com o Serviço que pode fazer huã; e as doutrinará quanto lhes for possível espiritual, e temporalmente;

As Amas de leite observarão o Regimento acima da Ama Seca nos respectivos capitulos, obedecendo lhe no que for serviço da Caza, sendo todas iguaes no zelo, caridade, e limpeza com as crianlas, com os moveis, e alfayas da mesma Caza.

Porto 3 de Julho de 1768

O Provedor Manuel de Moura e Castro